



S. F.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

ANO XXX — Nº 39

QUINTA-FEIRA, 1º DE MAIO DE 1975

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 55, § 1º, da Constituição, e eu, Magalhães Pinto, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 43, DE 1975

Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.385, de 31 de dezembro de 1974.

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 1.385, de 31 de dezembro de 1974, que “reajusta os vencimentos dos servidores da Secretaria e dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, e dá outras providências”.

Senado Federal, em 30 de abril de 1975. — Senador José de Magalhães Pinto, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 55, § 1º, da Constituição, e eu, Magalhães Pinto, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 44, DE 1975

Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.389, de 21 de janeiro de 1975.

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 1.389, de 21 de janeiro de 1975, que “isenta do imposto de importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados os aparelhos tipo “Neurostimulator” (Pacemaker)”.

Senado Federal, em 30 de abril de 1975. — Senador José de Magalhães Pinto, Presidente.

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, Magalhães Pinto, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 06, DE 1975

Suspender a proibição contida nas Resoluções nºs. 58, de 1968, 79, de 1970, 52, de 1972, e 35, de 1974, para permitir que o Governo do Estado do Rio Grande do Sul eleve em Cr\$ 150.000.000,00 (cento e cinqüenta milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

Art. 1º É suspensa a proibição constante do artigo 1º da Resolução nº 58, de 1968, revigorada pelas de nºs. 79, de 1970, 52, de 1972, e 35, de 1974, todas do Senado Federal, para permitir que o Governo do Estado do Rio Grande do Sul eleve em Cr\$ 150.000.000,00 (cento e cinqüenta milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, mediante a emissão de letras e obrigações do Tesouro Estadual.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 30 de abril de 1975. — Senador José de Magalhães Pinto, Presidente.

**EXPEDIENTE****CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL****DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL****Seção II**

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

**ASSINATURAS**

EVANDRO MENDES VIANNA  
Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES  
Diretor-Executivo

PAULO AURÉLIO QUINTELLA  
Diretor da Divisão Administrativa

ALCIDES JOSÉ KRONENBERGER  
Diretor da Divisão Industrial

**Via Superfície:**

Semestre .....	Cr\$ 100,00
Ano .....	Cr\$ 200,00

**Via Aérea:**

Semestre .....	Cr\$ 200,00
Ano .....	Cr\$ 400,00

(O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,30)

Tiragem: 3.500 exemplares

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VII, da Constituição, e eu, Magalhães Pinto, Presidente, promulgo a seguinte

**RESOLUÇÃO Nº 07, DE 1975**

**Suspender, por inconstitucionalidade, a execução de dispositivos de Decreto e de Lei do Município de Lucélia, Estado de São Paulo.**

Artigo único. É suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, proferida em 18 de abril de 1974, nos autos do Recurso Extraordinário nº 71.177, do Estado de São Paulo, a execução do artigo 1º, inciso VIII do Decreto Municipal nº 1.204/67, e a do inciso VIII da Tabela I da Lei nº 840/66, todos do Município de Lucélia, naquele Estado.

Senado Federal, em 30 de abril de 1975. — Senador José de Magalhães Pinto, Presidente.

**SUMÁRIO****1 — ATA DA 41ª SESSÃO, EM 30 DE ABRIL DE 1975****1.1 — ABERTURA****1.2 — EXPEDIENTE****1.2.1 — Discursos do Expediente**

**SENADORES FRANCO MONTORO E PETRÔNIO PORTELLA**, respectivamente, em nome do MDB e da ARENA — Dia do Trabalho.

**O SR. PRESIDENTE** — Fala associativa, em nome da Mesa.

**1.2.2 — Mensagem do Sr. Presidente da República**

— De agradecimento de comunicação referente à escolha de nomes indicados para cargos cujo provimento depende de prévia autorização do Senado Federal:

Nº 90/75 (nº 121/75, na origem), referente à escolha dos Senhores Doutor Ewald Sizenando Pinheiro e Carlos Alfredo Bernardes o primeiro, para exercer o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Wilson de Souza Aguiar e, o segundo, Ministro de Pri-

meira Classe, da Carreira de Diplomata, para a função de Embaixador do Brasil junto à República das Filipinas.

**1.2.3 — Pareceres****— Referentes às seguintes matérias:**

Projeto de Lei do Senado nº 1/75-DF, que altera a denominação da Central de Abastecimento de Brasília S/A — CENABRA. (Redação final.)

Projeto de Resolução nº 9/75, que suspende a proibição contida nas Resoluções nºs 58/68, 79/70, 52/72, e 35/74, para permitir que a Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Sul (RS) fixe em Cr\$ 600.000,00 o montante de sua dívida consolidada. (Redação final.)

Projeto de Resolução nº 6/75, que suspende, por inconstitucionalidade, a execução do inciso II do § 1º do art. 16 do Decreto nº 683, de 3 de setembro de 1971, do Estado de Santa Catarina. (Redação final.)

**1.2.4 — Leitura de projeto**

Projeto de Resolução nº 17/75, de autoria do Senador Catte Pinheiro, que altera os artigos 73, nº 3, 78, *caput*, nº 2, e 99 do Regimento Interno do Senado Federal.

### 1.3 — ORDEM DO DIA

— Requerimento nº 165/75, de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do discurso do Exmo. Sr. Ministro da Justiça, Sr. Armando Falcão, pronunciado por ocasião das comemorações do 183º aniversário da Inconfidência Mineira em Ouro Preto (Minas Gerais), publicado no *Jornal do Brasil* em 22 de abril de 1975. **Aprovado.**

— Requerimento nº 166/75, de autoria do Sr. Senador Mauro Benevides, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do editorial do jornal *Tribuna do Ceará*, do dia 18 de abril de 1975, no qual são tecidas considerações relacionadas com os interesses da indústria têxtil do Nordeste. **Aprovado.**

— Requerimento nº 173/75, de autoria do Sr. Senador Cattete Pinheiro, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do pronunciamento do Governador do Pará, Professor Aloysio da Costa Chaves, no dia 25 de abril de 1975, quando da reunião dos Governadores dos Estados e Territórios da Amazônia, com o Ministro Mauricio Rangel Reis. **Aprovado.**

— Redação Final do Projeto de Resolução nº 13, de 1975, que suspende a proibição contida na Resolução nº 58, de 1968, vigorada pelas de nºs 79, de 1970, 52, de 1972, e 35, de 1974, todas do Senado Federal, para permitir que a Prefeitura Municipal de Pederneiras (SP) fixe em Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros) o limite de sua dívida consolidada. **Aprovada.** À promulgação.

— Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 1974 (nº 1.174-C/73, na Casa de origem), que modifica o art. 130 do Decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927 (Código de Menores). **Aprovado.** À sanção.

### 1.4 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

**SENADOR LOURIVAL BAPTISTA** — Pronunciamento do Ministro Reis Velloso perante à reunião extraordinária do Conselho Deliberativo da SUDENE, no qual S. Ex<sup>a</sup> salienta as quatro preocupações maiores do Governo Federal em relação ao

Nordeste. Presença do Sr. Ângelo Calmon de Sá àquela reunião, esclarecendo a ação já em desenvolvimento na área nordestina pelo Banco do Brasil.

**SENADOR BENJAMIM FARAH** — Apelo ao Presidente da República no sentido de determinar às repartições públicas o abono das faltas dos servidores que comparecerem às comemorações do Ano Santo, em Roma.

**SENADOR NELSON CARNEIRO** — Solicitação ao Ministro do Trabalho visando a conclusão dos estudos da Comissão de Revisão da Consolidação das Leis do Trabalho.

**SENADOR ORESTES QUÉRCIA** — Rejeição, pelo Superior Tribunal Eleitoral, do recurso interposto pela ARENA contra a diplomação do Senador Adalberto Sena como representante, nesta Casa, do Estado do Acre.

### 1.5 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO.

#### 2 — TRANSCRIÇÕES

— Matérias constantes do primeiro, segundo e terceiro itens da Ordem do Dia.

#### 3 — DISCURSO PROFERIDO EM SESSÃO ANTERIOR

— Do Sr. Senador Wilson Gonçalves, pronunciado na sessão de 29-4-75.

#### 4 — SECRETARIA-GERAL DA MESA

— Resenha das matérias apreciadas de 1º a 30 de abril de 1975.

#### 5 — ATAS DAS COMISSÕES

#### 6 — MESA DIRETORA

#### 7 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

#### 8 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

## ATA DA 41ª SESSÃO, EM 30 DE ABRIL DE 1975

### 1º Sessão Legislativa Ordinária da 8ª Legislatura

### PRESIDÊNCIA DOS SRS. MAGALHÃES PINTO E WILSON GONÇALVES

Às 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Altevir Leal — Evandro Carreira — José Esteves — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Helvídio Nunes — Petrônio Portella — Mauro Benevides — Virgílio Távora — Wilson Gonçalves — Agenor Maria — Ruy Carneiro — Wilson Campos — Teotônio Vilela — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Heitor Dias — Ruy Santos — Dirceu Cardoso — Eurico Rezende — Roberto Saturnino — Danton Jobim — Nelson Carneiro — Gustavo Capanema — Magalhães Pinto — Franco Montoro — Orestes Quérzia — Lázaro Barboza — Italívio Coelho — Mendes Canale — Saldanha Derzi — Evelásio Vieira — Tarso Dutra.

**O SR. PRESIDENTE** (Magalhães Pinto) — A lista de presença acusa o comparecimento de 36 Srs. Senadores. Havendo número regimental declaro aberta a sessão.

O tempo destinado aos oradores do Expediente da sessão de hoje, face à aprovação pelo plenário de requerimento do Senhor Senador Petrônio Portella, será dedicado a comemorar o "Dia do Trabalho".

Concedo a palavra ao nobre Senador Franco Montoro, que falará em nome do Movimento Democrático Brasileiro.

**O SR. FRANCO MONTORO** (São Paulo) — (Em nome do MDB, pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O "Dia do Trabalho" é certamente ocasião oportuna para uma reflexão sobre os rumos de nosso desenvolvimento. Em contraposição a uma perspectiva meramente econômica e material do progresso, a data de 1º de maio vem-nos lembrar outras dimensões sociais e humanas do desenvolvimento.

Essa reflexão é particularmente importante para a análise de nossa realidade econômica e social, porque não podemos confundir aumento do produto nacional bruto com o verdadeiro desenvolvimento do País.

Em recente relatório apresentado à ONU, pelo Banco Mundial de Desenvolvimento, encontramos as seguintes considerações.

Diz o Relatório:

"O estado de desenvolvimento na maioria dos países que se encontram nesse processo (países em desenvolvimento) é

inadmissível e vai piorando cada vez mais. É inadmissível, porém, não pela ausência de progressos. Pelo contrário, houve notáveis avanços. O crescimento econômico global desses países, durante a Primeira Década para o Desenvolvimento (1960-1970), medido em termos do produto nacional bruto, foi impressionante. Para muitos deles foi a década de resultados mais frutíferos na sua história em termos econômicos brutos, em termos de PNB ou de renda "per capita". Mas, esses parâmetros econômicos não refletem o que está ocorrendo na vida individual das grandes massas da população. Entretanto, em definitivo, o melhoramento da vida individual das grandes massas da população é a finalidade fundamental e irrecusável do desenvolvimento. Que podemos dizer de um mundo em que centenas de milhões de pessoas não são apenas pobres, falando estatisticamente, mas, além disso, desfrontam-se com privações cotidianas que degradam a dignidade humana até níveis que não há estatística capaz de descrever adequadamente?

E segue o relatório com considerações semelhantes, demonstrando um fato que deve ser o ponto de partida para a discussão global do desenvolvimento de qualquer país: o aumento do produto bruto é um índice insuficiente. É preciso verificar como este crescimento se distribui pela população.

Desenvolvimento de um país é a elevação de vida de seu povo. Um país se desenvolve quando a sua população progride. Este não é apenas um conceito ético, mas, também, econômico.

A ONU acaba de publicar uma série de documentos sobre as dimensões reais do desenvolvimento, encoroadados a alguns dos melhores economistas do mundo. Esta série tem uma preocupação central: demonstrar que o desenvolvimento de um país se caracteriza essencialmente pela elevação dos níveis de vida de sua população. E a denúncia constante de tais documentos é a de que está havendo, hoje, uma confusão entre o aumento do produto bruto, que muitas vezes beneficia apenas uma pequena minoria, e o conceito exato de "desenvolvimento".

A situação denunciada no relatório do Banco Mundial e na série de documentos publicados pela ONU, nos impede de considerar como "desenvolvimento" qualquer crescimento econômico, porque nos casos referidos não é a população que progride, é uma pequena minoria que se beneficia, enquanto a imensa maioria é marginalizada ou sacrificada."

Dentro dessa perspectiva, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é oportuníssimo focalizarmos dois problemas estreitamente ligados ao "Dia do Trabalho".

Primeiro, a necessidade de ser adotada, no Brasil, uma política econômica de estímulo ao aproveitamento do trabalho.

Segundo, a necessidade de ser retificada nossa política salarial, particularmente no tocante ao salário mínimo, para assegurar à família trabalhadora uma participação proporcional e equitativa no desenvolvimento nacional.

Passemos ao exame desses problemas.

O primeiro ponto (estímulo ao trabalho) deve ser a adoção de uma política econômica de estímulo ao desenvolvimento intensivo em trabalho. Há diferentes formas de se promover o desenvolvimento de um país: particularmente estimulando a concentração de capitais ou incentivando o crescimento intensivo em trabalho.

É uma das alternativas da maior importância, para qual é de grande significação refletirmos neste momento em que se procuram rumos novos para a nossa política de desenvolvimento.

Em artigo publicado na "Revista Brasileira de Economia", da Fundação Getúlio Vargas, o economista Edmar Lisboa Bacha, Diretor do Departamento Econômico da Universidade de Brasília, aborda o tema: "Subemprego, custo social da mão-de-obra e a estratégia brasileira de crescimento".

Diz ele, numa das frases centrais do seu trabalho:

"A crescente marginalização da mão-de-obra não qualificada ou semiqualificada no processo de desenvolvimento pode ser considerada como a mais grave distorção da economia brasileira no pós-guerra".

Temos dado "incentivos" ao uso do capital e verdadeiras "punições" ao uso da mão-de-obra. "Essa política, ao congelar a taxa de câmbio, afugentou os investimentos dos setores exportadores agrícolas e manufatureiros, relativamente intensivos em mão-de-obra; e, ao erigir barreiras aduaneiras intransponíveis, atraiu os investimentos a setores de indústria substituidora que geralmente são intensivos em capital.

Ademais, por ter sido executada pela importação de tecnologia estrangeira e, em parte, diretamente por filiais de empresas estrangeiras, essa industrialização substitutiva de importações incorporou à economia técnica e procedimentos típicos dos Estados Unidos e da Europa Ocidental, onde, ao contrário do Brasil, o capital é abundante e a mão-de-obra escassa.

**O Sr. Virgílio Távora (Ceará)** — V. Ex<sup>e</sup> me permite um aparte?

**O SR. FRANCO MONTORO (São Paulo)** — Com prazer, ouço o aparte de V. Ex<sup>e</sup>

**O Sr. Virgílio Távora (Ceará)** — Ouvimos, com atenção e em silêncio, as afirmativas de V. Ex<sup>e</sup>, para ver a que conclusões chegava. Mas, já estamos algo haurindo, como não podia deixar de ser, das brilhantes palavras do representante de São Paulo. Taxa de câmbio. Quem tornou realística a taxa de câmbio no Brasil? Foi o Governo Revolucionário ou os de antes dele? Substituição de importações, a que V. Ex<sup>e</sup> se refere. Período anterior ou posterior a 64? Realmente, o que o Governo Revolucionário fez, foi apanhar situações de fato, situações em que não havia, inclusive, uma política salarial equilibrada — sabe V. Ex<sup>e</sup>, melhor do que nós, disso — e trazer este País à realidade. Inicialmente, tratamento de choque: houve. Era necessário, como a um doente se aplica uma intervenção cirúrgica, mas logo depois, a própria política salarial — V. Ex<sup>e</sup> há de reconhecer — foi abrandada; desapareceu o achatamento. E, no Governo Costa e Silva, terminou o achatamento e, gradativamente, no Governo Costa e Silva, Governo Médici, e agora, Governo Geisel, caminha para, em formas salariais, que não representem concessões demagógicas, mas, justamente, concessões humanas, procurar colocar o salário mínimo, como de resto, os demais salários do operário brasileiro, em posição que lhe permita maior usufruição de bens de vida. Com toda serenidade, sem que polêmicas sejam feitas a respeito é preciso que a primeira retificação às palavras de V. Ex<sup>e</sup> sejam feitas: todos os dois pontos, mencionados por V. Ex<sup>e</sup> o Governo Revolucionário já havia encontrado em situação crítica e procurou, aos poucos, consertar.

**O SR. FRANCO MONTORO (São Paulo)** — Agradeço a contribuição. Diz V. Ex<sup>e</sup> que os Governos Revolucionários procuraram consertar essa situação. Deixarei, para a segunda parte do trabalho, onde vou enfrentar o problema salarial, a discussão mais detida do problema. Mas, a conclusão a que chegamos, nobre Senador Virgílio Távora, é que infelizmente, longe de se consertar, o que se fez a este respeito, foi agravar o mal, que já vinha de longe, em dois aspectos:...

**O Sr. Virgílio Távora (Ceará)** — Ouviremos as razões de V. Ex<sup>e</sup>.

**O SR. FRANCO MONTORO (São Paulo)** — ...no estímulo ao trabalho, com o qual tenho certeza, V. Ex<sup>e</sup> há de concordar nas conclusões a que chegarei, e no tocante à política salarial, que o Governo começa a corrigir com os atos tomados, inclusive, ontem.

Reconhecemos a justiça de alguns atos, mas isso não nos impede de apontar alguns erros fundamentais que nos cabe indicar também.

**O Sr. Virgílio Távora (Ceará)** — Ouçamo-los. V. Ex<sup>t</sup>, até agora, ficou na teoria; vamos à prática.

**O SR. FRANCO MONTORO (São Paulo)** — Estavamos citando o economista Edmar Bacha.

"Dado esse acúmulo de circunstâncias", que eu acabo de referir e contra as quais S. Ex<sup>t</sup>, em parte, se insurgiu, acrescenta Edmar Lisboa Bacha:

Dado esse acúmulo de circunstâncias, não é de estranhar que a indústria brasileira, hoje, tenha uma das piores performances mundiais em matéria de absorção de mão-de-obra. O grande fracasso da industrialização brasileira, nesse particular, é dramaticamente ilustrado, no quadro anexo, onde se apresentam, para certo número de países, a relação entre a produção e o número de empregos gerados na indústria.

É este um dos aspectos mais sérios e mais críticos do nosso desenvolvimento. Fiz questão de citar, *ipsis verbis*, a palavra de um Professor de Economia que, atualmente, dirige o Departamento Econômico da Universidade de Brasília, homem que tem curso de Mestrado e de Doutorado em Economia em Universidades estrangeiras e que, neste momento, percorre algumas partes do mundo, para participar de debates econômicos, a convite de organizações internacionais, inclusive a ONU.

O problema é sério e deve ser colocado acima, evidentemente, de divisões partidárias.

A porcentagem entre o número de empregos gerados e a produção efetivamente feita apresenta, no Brasil, os dados que a seguir aponto:

"A média desta relação para os demais países é de 0,82, enquanto que para o Brasil ela é de 0,28. Isto quer dizer que, enquanto nos demais países 10% de industrialização significam 8,2% de empregos industriais, no Brasil a relação é de 10 para apenas 2,8 quase quatro vezes menor. Ademais, nos países bem sucedidos industrialmente, no mínimo, 8% dos empregos industriais são gerados por cada 10% de industrialização."

Segue-se um mapa donde se verifica a indicação de País por País. Na base de todos esses países, com nível mais baixo, está o Brasil. A industrialização aumenta, a produção sobe, mas o nível de emprego gerado é mínimo. É um dos aspectos mais graves de nossa fase de desenvolvimento.

**O Sr. Virgílio Távora (Ceará)** — V. Ex<sup>t</sup> permite um aparte?

**O SR. FRANCO MONTORO (São Paulo)** — Com muito prazer, ouço o aparte de V. Ex<sup>t</sup>.

**O Sr. Virgílio Távora (Ceará)** — Eminente Senador, V. Ex<sup>t</sup> envolve, na sua afirmativa, que há desemprego no Brasil, no setor industrial?

**O SR. FRANCO MONTORO (São Paulo)** — Há desemprego, subemprego e emprego disfarçado — são três coisas e todas elas levam a esse resultado.

**O Sr. Virgílio Távora (Ceará)** — Perdão. A pergunta que fizemos é se V. Ex<sup>t</sup> afirma que, no setor industrial, existe desemprego, subemprego e emprego disfarçado.

**O SR. FRANCO MONTORO (São Paulo)** — Exato.

**O Sr. Virgílio Távora (Ceará)** — Então, V. Ex<sup>t</sup> vai ter — não, hoje, de acordo com *gentleman agreement* que mantemos com o seu ilustre Vice-Líder, que não está presente, pois prometemos não perfurir assuntos econômicos na sua ausência, e vice-versa, breve resposta V. Ex<sup>t</sup>, então, vai ter uma contestação mais formal e, desde já, aqui fica patente. Ao contrário, V. Ex<sup>t</sup> já ouviu, não uma, mas várias vezes, de nossa boca, que justamente o que existe em relação às

disparidades de renda se prende muito mais à carência de mão-de-obra qualificada comparada com a abundância de não qualificada; ao contrário, existe muita falta de mão-de-obra qualificada para a indústria brasileira, principalmente, na terra de V. Ex<sup>t</sup>. Mas, não iríamos interromper o belo discurso de V. Ex<sup>t</sup>, a não ser fazendo essa retificação, prometendo, então, este tema ser, nesta tribuna, percutido.

**O SR. FRANCO MONTORO (São Paulo)** — Agradeço a colaboração de V. Ex<sup>t</sup>, mas ela em nada afeta a grande consideração feita por este economista, que se refere à marginalização de milhões de brasileiros do nosso mercado de trabalho. O subemprego, o emprego disfarçado, nobre Senador, é daquelas pessoas que não obtêm, pelo seu trabalho, o mínimo para manter-se dignamente. É esse o conceito econômico de subemprego, ou de emprego disfarçado, emprego parcial. E esse dado é incontestável e até incontestado. O fato de não haver desemprego em determinados setores da indústria, em nada invalida a tese.

**O Sr. Virgílio Távora (Ceará)** — V. Ex<sup>t</sup> já progrediu muito. Aceita que não existe desemprego na indústria!

**O SR. FRANCO MONTORO (São Paulo)** — A grande necessidade do Brasil é proporcionar trabalho a essa imensa mão-de-obra disponível que se encontra diante de nós.

**O Sr. Gilvan Rocha (Sergipe)** — Permite V. Ex<sup>t</sup> um aparte?

**O SR. FRANCO MONTORO (São Paulo)** — Com prazer, ouço o aparte de V. Ex<sup>t</sup>.

**O Sr. Gilvan Rocha (Sergipe)** — Coincidentemente, estou aqui com um recorte do jornal, porque estou preparando um estudo sobre a mortalidade infantil, que, para algumas nações, é o melhor índice de desenvolvimento que existe. Tenho em mãos a declaração do Ministro Nascimento Silva, feita ao *O Estado de São Paulo*, no dia 25 último, onde ele diz, textualmente: "Não podemos mais viver em uma sociedade que só pode proteger uma parte de sua população, enquanto a grande massa de brasileiros sobrevive quase de esmolas". O Ministro — e continuo citando o texto original — refere-se à faixa da população que vive com um ou dois salários mínimos — 70% dos brasileiros. Mais uma vez, a ARENA está mais bem informada que o próprio Ministro.

**O SR. FRANCO MONTORO (São Paulo)** — Mais realista do que o próprio Governo. Estes dados que apontamos são de absoluta objetividade. Querer-se negar esta evidência é fechar as perspectivas de uma solução, porque a solução que há no caso, que existe aberta diante de nós e para a qual, segundo estamos informados, o próprio Governo está voltando a sua atenção, é precisamente estimular o desenvolvimento que aproveite o trabalho, é diminuir os excessivos incentivos que têm sido concedidos a certos setores industriais, que proporcionam uma oportunidade de trabalho muito menor do que aquela que seria de se desejar.

**O Sr. José Sarney (Maranhão)** — Permite V. Ex<sup>t</sup> um aparte?

**O SR. FRANCO MONTORO (São Paulo)** — Ouço, com prazer, o aparte de V. Ex<sup>t</sup>.

**O Sr. José Sarney (Maranhão)** — V. Ex<sup>t</sup> convidou a Casa para que discutíssemos este assunto fora da órbita partidária. Isto me anima, primeiro, a lembrar a V. Ex<sup>t</sup> que a crítica que V. Ex<sup>t</sup> faz parece-me que é ao modelo brasileiro de desenvolvimento, e não propriamente ao Governo atual.

**O SR. FRANCO MONTORO (São Paulo)** — Fui muito claro a esse respeito, e vou mais além, não só dos governos recentes, mas esta é uma tendência que vem do pós-guerra.

**O Sr. José Sarney (Maranhão)** — V. Ex<sup>t</sup> combate o modelo brasileiro de substituição de importações. Segundo aprendi, é essa a tese

de V. Ex<sup>e</sup> Acha V. Ex<sup>e</sup> que não devíamos partir para a industrialização, e, fazendo-o, não devíamos adotar a tecnologia mais moderna, nem a alta produtividade, mas, sim, dar preferência à absorção, o quanto mais possível, de mão-de-obra, com isso, desviando a indústria da parte da automação.

**O SR. FRANCO MONTORO** (São Paulo) — Não, esta é a conclusão a que V. Ex<sup>e</sup> chegou!

**O Sr. José Sarney** (Maranhão) — Se V. Ex<sup>e</sup> não pensa assim, seria bom que V. Ex<sup>e</sup> esclarecesse à Casa, porque tenho a impressão de que, ao mesmo tempo em que diz que o emprego na indústria é muito baixo, diz, também, que há desemprego na indústria. As estatísticas mostram justamente o contrário. V. Ex<sup>e</sup> está defendendo a tese de que a indústria está absorvendo, preferencialmente, grande parte da mão-de-obra disponível, marginalizando outra parte da população brasileira que deseja um mercado de trabalho. Assim, acredito que V. Ex<sup>e</sup> deve definir-se para que possamos, então, contribuir no sentido que V. Ex<sup>e</sup> pede à Casa: discutirmos, não em termos partidários, mas numa reflexão sobre o desenvolvimento brasileiro. Se V. Ex<sup>e</sup> é contra o sistema de substituição de importações, da industrialização, V. Ex<sup>e</sup> deverá dizer-nos a fórmula que deveríamos ter adotado ou que se deva adotar.

**O SR. FRANCO MONTORO** (São Paulo) — O esforço é realmente no sentido do entendimento, e não da divisão. Ninguém é contra a industrialização. V. Ex<sup>e</sup> não encontrará nenhuma afirmação, em nosso trabalho, negando validade à industrialização. Mas há certos tipos de industrialização e de tecnologia que podem não convir ao Brasil, embora altamente sofisticados, como por exemplo, os elaborados na Alemanha, onde o problema que se coloca ao industrial que inicia um empreendimento é a abundância de capital de que dispõe este país, em que há falta de mão-de-obra, tanto assim que vão trabalhadores de toda a Europa e de todo o mundo — até do Brasil — trabalhar ali.

O problema é esse: transpor essa tecnologia altamente sofisticada, e nem por isso mais perfeita, que pode ser para a Alemanha, mas não para nós, como realmente, não o é. Se aplicarmos uma tecnologia como esta, no Nordeste brasileiro, onde o problema é outro — falta de capital e excesso de mão-de-obra — estaremos fazendo um transplante de tecnologia, aumentando o produto nacional, mas realizando um desenvolvimento em detrimento do homem brasileiro.

**O Sr. Jarbas Passarinho** (Pará) — V. Ex<sup>e</sup> me permite um aparte?

**O SR. FRANCO MONTORO** (São Paulo) — E esta opinião não é do MDB, e sim do Professor Edmar Bacha, que o Governo Federal acaba de convidar para presidir o Departamento Econômico da UnB. Está claro o sentido elevado, objetivo e patriótico desta nossa intervenção. Não se trata de uma crítica a este Governo, nem mesmo a Governos imediatamente anteriores; trata-se de uma tendência que já vem de longe em nossa economia, para a qual, entretanto, é preciso voltar nossos olhos e deixar de realizar um tipo de desenvolvimento baseado em países estrangeiros, julgando que nosso desenvolvimento está em copiar o desenvolvimento de alguns daqueles países.

Esse transplante representa uma das lacunas mais graves em nosso processo de desenvolvimento.

**O Sr. Roberto Saturnino** (Rio de Janeiro) — Permite V. Ex<sup>e</sup> um aparte?

**O SR. FRANCO MONTORO** (São Paulo) — Com prazer, ouço o aparte de V. Ex<sup>e</sup>

**O Sr. Roberto Saturnino** (Rio de Janeiro) — Senador, V. Ex<sup>e</sup> meu nobre Líder, tem total razão no nosso entendimento. É claro — e darei um exemplo flagrante só para concretizar o que V. Ex<sup>e</sup> está dizendo, com o nosso apoio. Na construção rodoviária, por exemplo, procura-se adotar os processos e as tecnologias mais avançadas,

que economizam mão-de-obra e que mecanizam, totalmente, a construção. Seria compreensível que se adotassem, em alguns casos, tecnologia como essa, em estradas cuja construção se requeresse a maior urgência. Mas, na grande maioria das estradas, por exemplo, que se constroem neste País, o que se poderia empregar de mão-de-obra não qualificada — que é a que nós temos em maior abundância — seria incomparavelmente maior do que aquela relação de fatores que se emprega atualmente, copiando tecnologias estrangeiras. E assim em uma série de setores industriais. Mas esse fenômeno não ocorre apenas na seleção de tecnologia aplicada a diferentes setores industriais; ocorre, também, na seleção dos próprios setores industriais a desenvolver. Por exemplo, basta comparar a relação entre capital e mão-de-obra que existe na indústria automobilística, por exemplo, que é muito alta, com a mesma relação que existiria na indústria têxtil, na indústria de alimentação, na indústria de calçados, que, essas sim, teriam uma relação capital-mão-de-obra muito mais baixa, e atenderiam, também, digamos assim, à demanda das classes de população de renda que queremos exatamente favorecer. De modo que, quanto ao aspecto da seleção de tecnologia, quanto ao aspecto da seleção dos próprios setores a desenvolver, V. Ex<sup>e</sup> tem total e completa razão. O que há é um desperdício, é um péssimo aproveitamento de um fator abundante existente no País, que é a mão-de-obra principalmente não qualificada, e uma solicitação fortíssima de um fator que nos falta, que é o capital.

**O Sr. José Sarney** (Maranhão) — O orador permite um aparte?

**O SR. FRANCO MONTORO** (São Paulo) — Agradeço a contribuição de V. Ex<sup>e</sup>. Ouço o aparte do nobre Senador José Sarney.

**O Sr. José Sarney** (Maranhão) — Senador Franco Montoro, depois que V. Ex<sup>e</sup> fez este brilhante e divagador discurso, à margem do seu próprio discurso, peço que nos voltemos ao mundo da racionalidade. Na realidade, esta tentativa de se absorver o máximo de mão-de-obra no setor industrial brasileiro, não é uma tese nova, é tese pela qual estamos batalhando há muitos anos.

**O SR. FRANCO MONTORO** (São Paulo) — Se bem que não aplicada...

**O Sr. José Sarney** (Maranhão) — Toda a teoria da industrialização do Nordeste foi baseada justamente na absorção de maior número de mão-de-obra. Entretanto, a realidade é muito diferente do sonho. A que devemos em grande parte o fracasso da industrialização do Nordeste? Foi devido, na realidade, à formação de tipo de indústria gravosa. Em vez de terem optado por uma tecnologia avançada ao contrário, tornaram o mercado industrial inacessível, em termos de competição, não só em termos nacional, como internacional. Então V. Ex<sup>e</sup> vê que o nosso dilema tem sido este. Esse tema não constitui preocupação somente do MDB, mas permanente de todos. Acredito mais, em homenagem aos nossos técnicos do que realmente na reformulação política que V. Ex<sup>e</sup> vem hoje apresentar aqui, no "Dia do Trabalho", renovando essa reformulação que há 20 anos se busca neste País.

**O SR. FRANCO MONTORO** (São Paulo) — E que não se aplica...

**O Sr. José Sarney** (Maranhão) — Tem se aplicado. V. Ex<sup>e</sup> está inteiramente enganado. Tem se aplicado tanto, que o Brasil, hoje, oferece já escassez de mão-de-obra no setor industrial nos grandes centros. Tem-se aplicado, porque o desenvolvimento brasileiro, também nesse setor, já hoje oferece 1 milhão e 800 mil empregos por ano. Agora, analisando os números que V. Ex<sup>e</sup> traz a esta Casa, tem-se o fato de que o Brasil está aderindo ao processo da industrialização um pouco retardadamente, e, com isto, tem absorvido muito mais rapidamente e importado tecnologia muito mais avançada do que aquela empregada nos países que levaram longo tempo para chegar a esse tipo de produção. Assim, estamos quase que sendo beneficiários do processo de industrialização pelo que, nosso índice é desse porte que

V. Ex<sup>e</sup> está apresentando aqui, o que não é desvantagem para o Brasil; ao contrário, isto torna a nossa indústria competitiva. Acredito que V. Ex<sup>e</sup> não queria que se tivesse uma indústria feita aqui, irracionalmente, e que os produtos não tivessem custo competitivo nem nacional, nem internacional e que o povo brasileiro fosse pagar — ai sim — diretamente, produtos muito mais caros. Acho que V. Ex<sup>e</sup> não vai defender essa tese contra o povo brasileiro. Portanto, quero que V. Ex<sup>e</sup> faça, também, essa reflexão de que o processo de industrialização brasileiro, por ter sido mais retardado, se beneficiou, importando tecnologia muito mais requintada, propiciando ao País, apesar de subdesenvolvido, um parque industrial de alta qualidade em condições de competir no setor de exportações, disputando o mercado dos produtos industrializados.

**O SR. FRANCO MONTORO** (São Paulo) — Permite-me, nobre Srs. Senadores, lembrar que estamos comemorando o "Dia do Trabalho," e é precisamente por isso...

**O Sr. Ruy Santos** (Bahia) — E por isso V. Ex<sup>e</sup> não quer ter o trabalho de ouvir o Sr. Senador Jarbas Passarinho, aparteando V. Ex<sup>e</sup>...

**O SR. FRANCO MONTORO** (São Paulo) — Pelo contrário, desejo o trabalho do Senador Jarbas Passarinho e dos demais. É que S. Ex<sup>e</sup> não insistiu, ele pediu o aparte ao mesmo tempo que vários outros.

Com a maior satisfação ouço agora o aparte de V. Ex<sup>e</sup>

**O Sr. Jarbas Passarinho** (Pará) — Não, eu até que insisti, seria mesmo uma grosseria; há 10 minutos que tento realmente pedir aparte a V. Ex<sup>e</sup>

**O SR. FRANCO MONTORO** (São Paulo) — Mas, Excelência, há mais de 10 microfones aí armados. Insista no aparte que V. Ex<sup>e</sup> o terá, com a maior satisfação.

**O Sr. Jarbas Passarinho** (Pará) — Provavelmente é o meu tom de voz. Agora, quanto à miopia não, porque V. Ex<sup>e</sup> não é miope e me viu puxar o microfone há 10 minutos; eu estava fazendo até acenos de mão. O que ocorre é que quando V. Ex<sup>e</sup> fala, para deleite de todos os seus companheiros de Senado, V. Ex<sup>e</sup> não trata de um tema só. V. Ex<sup>e</sup> é homem tão polimorfo que quando começa a falar, surge logo uma constelação de temas, com os consequentes subtemas. Já estou, por exemplo, atrasado. Há 10 minutos que pretendo um aparte para fazer reparo humilde à conclusão do nobre Senador Gilvan Rocha, quando deu um aparte a V. Ex<sup>e</sup>, depois de um aparte que lhe havia dado o nobre Vice-Líder Virgílio Távora. Vê V. Ex<sup>e</sup> que tenho de fazer um relatório para poder dar o aparte, tal a velocidade e o complexo de assuntos de V. Ex<sup>e</sup> — se desdobra no tempo.

**O SR. FRANCO MONTORO** (São Paulo) — São apartes que enriquecem o meu pronunciamento.

**O Sr. Jarbas Passarinho** (Pará) — Então, se V. Ex<sup>e</sup> não considera impertinente, voltarei a este ponto. Não creio que o aparte do nobre Senador Gilvan Rocha tenha atingido em nada a pergunta que lhe fez o Senador Virgílio Távora, e muito menos que merecemos o exercício de ironia que o Senador Gilvan Rocha acaba de fazer quando, ao concluir seu aparte, disse que, "como se vê, a ARENA mais uma vez está mais bem informada de que os Ministros do Governo Geisel". Até porque se houver um pouco menos de cuidado da nossa parte, a ARENA passará a Oposição ao Governo e serão V. Ex<sup>e</sup>s que deterão aqui a bandeira do Presidente Geisel e, já vejo agora que, também, a dos seus Ministros, o que é muito simpático, sem dúvida.

**O SR. FRANCO MONTORO** — É a união nacional. (Risos.)

**O Sr. Jarbas Passarinho** — Entretanto, foi V. Ex<sup>e</sup> Ministro do Trabalho e Previdência Social como eu fui, e V. Ex<sup>e</sup> sabe que a

maior parcela de contribuições para a Previdência Social se situa no nível dos dois salários mínimos, em média talvez.

**O Sr. Gilvan Rocha** (Sergipe) — Sessenta por cento.

**O Sr. Jarbas Passarinho** (Pará) — Então, de 60% para 50%. V. Ex<sup>e</sup> quer obrigar, no Dia do Trabalho, comigo por causa de 10%, quando disse em média, talvez. Agora, nesses dois salários mínimos, ele situou aqueles que são os pagantes, os contribuintes da Previdência Social. Qualquer um de nós traduz imediatamente, da leitura que o Senador Gilvan Rocha fez das declarações do Sr. Ministro com a maior naturalidade, quando diz que uma grande parcela dos brasileiros está marginalizada. O Sr. Ministro está se referindo especialmente à Previdência Social que não tem universalidade no Brasil, como V. Ex<sup>e</sup> sabe. Quando fui Ministro do Trabalho e Previdência Social, há sete anos, atingíamos trinta milhões de brasileiros numa população que já passava de noventa milhões. Portanto, quando o nobre Vice-Líder pediu a V. Ex<sup>e</sup> o informasse se confirmava a declaração de que há desemprego na área industrial, V. Ex<sup>e</sup> saiu para o desemprego, subemprego, emprego disfarçado e o emprego mediante contrato bilateral e até unilateral, V. Ex<sup>e</sup> não teve, por parte da contribuição do Senador Gilvan Rocha, uma destruição do argumento do Senador Virgílio Távora. Apenas era esse reparo que vejo muito pouco importante, e por isso mesmo me recolhi à minha insignificância, enquanto os outros mereciam de V. Ex<sup>e</sup> precedência no aparte.

**O SR. FRANCO MONTORO** (São Paulo) — Os apartes de V. Ex<sup>e</sup> são sempre muito valiosos e trazem contribuição para o assunto. Apenas quero, fazendo eco das suas lamentações a respeito do aspecto polimórfico de minha intervenção...

**O Sr. Jarbas Passarinho** (Pará) — Polimorfo, não. Ao contrário, global.

**O Sr. Virgílio Távora** (Ceará) — Queremos dizer da admiração por essa polimorfia escorregadia!

**O SR. FRANCO MONTORO** (São Paulo) — Então, a minha tentativa, é ficar dentro de um tema restrito. Mas são os apartes que não me permitem. Quando arrolei, ao lado do pedido dos dados sobre desemprego no setor industrial, arrolei imediatamente subempregos e desempregos disfarçados, foi para evidenciar — e para isto pretendendo fazer um esforço — que o que nos interessa é mostrar que em nosso desenvolvimento um dos pontos negativos — e com isto penso que todos estaremos de acordo — é que está havendo uma geração de empregos em percentagem menor do que seria desejado. Não se trata de uma opinião isolada. Trata-se de um dado estatístico. Demonstro com a relação de dezenas de países, citando a autoridade de um economista insuspeito, que o Brasil comparado aos demais países, é aquele que tem a sua produção industrial, em relação ao número de empregos gerados, em menor porcentagem, enquanto que, a média mundial é de 8 — a nossa é de 2,8 — quase a quarta parte. Isto tem importância ou não tem? No Dia do Trabalho — e esta é a significação de nossa intervenção — é preciso pensar, não apenas no efeito competitivo interno ou externamente, para exportação para este ou aquele continente. Mas é preciso olhar para o Brasil e para o seu povo, para a nossa realidade. É ou não é importante este dado? É ou não grave que tenhamos dezenas de milhões de brasileiros desocupados, subocupados ou com empregos disfarçados e tenhamos, ao mesmo tempo, um aumento do produto bruto que não gera o desenvolvimento interno, o desenvolvimento real da população?

Dei esse dado objetivo e acrescento outro dado, também objetivo, para o qual peço a atenção dos Srs. Senadores, não sob o aspecto de Oposição e Governo, mas sob o aspecto do interesse nacional. É inegável que tem havido excessos nos estímulos ao capital e tem havido excessos naquilo que quase poderíamos chamar de verdadeira perseguição ao trabalho.

**O Sr. Gilvan Rocha** (Sergipe) — Permite-me V. Ex<sup>e</sup> outro aparte?

**O SR. FRANCO MONTORO** (São Paulo) — Permita-me continuar um pouco mais na exposição de minha argumentação, para que os apartes possam realmente situar-se em torno do tema central, porque teremos oportunidade, ainda, de em seguida, ouvir a palavra do nobre Líder da Maioria sobre a mesma data de 1º de maio.

**O Sr. Roberto Saturnino** (Rio de Janeiro) — Permite-me V. Ex<sup>t</sup> apenas uma pequena observação, nesse particular. (Assentimento do orador.) Já que essa informação foi pedida, e infelizmente eu não estava presente, nem me sentiria seguro para fornecer os dados com precisão, entretanto, li muito recentemente, em publicações especializadas — numa dessas revistas de natureza econômica cujo nome, confesso, que não me recordo exatamente, mas poderei pesquisar e, oportunamente, trazer os dados com precisão à Casa — então, li um levantamento baseado em informações do IBGE de que da mão-de-obra ativa urbana, apenas urbana, cerca de 7%, se não me falha a memória, era declaradamente desempregada, e que, se não me engano, mais 7% declarava ter emprego de meio-expediente, isto é, semi-empregada ou de emprego disfarçado, como V. Ex<sup>t</sup> bem salienta. Assim, apenas na mão-de-obra urbana, cerca de 14% da população ativa seria empregada ou semidesempregada.

**O SR. FRANCO MONTORO** (São Paulo) — E no meio rural.

**O Sr. Roberto Saturnino** (Rio de Janeiro) — E no meio-rural, conforme diz muito bem V. Ex<sup>t</sup>, são dados também da realidade, são dados concretos.

**O SR. FRANCO MONTORO** (São Paulo) — Agradeço a contribuição de V. Ex<sup>t</sup>, mas peço permissão para prosseguir um pouco mais o meu discurso, a fim de chegar à sua conclusão e, em seguida, fazermos os debates que sejam necessários, porque deve falar, ainda, o nobre Líder da Maioria e, hoje, devemos receber, também, a delegação de parlamentares ingleses.

**O Sr. Virgílio Távora** (Ceará) — V. Ex<sup>t</sup> dá licença para um aparte?

**O Sr. Gilvan Rocha** (Sergipe) — Meu ilustre Líder, por pertinente eu estou sendo impertinente.

**O SR. FRANCO MONTORO** (São Paulo) — Pois não.

**O SR. PRESIDENTE** (Magalhães Pinto) (Fazendo soar a campainha) — Desejaria justamente, chamar a atenção de V. Ex<sup>t</sup>, pois o tempo do Expediente foi destinado à comemoração do Dia do Trabalhador, falando dois oradores, V. Ex<sup>t</sup> e o Líder da Maioria, e que nós temos que receber, em seguida, a delegação de parlamentares ingleses.

De modo que conviria, talvez, V. Ex<sup>t</sup> terminar o seu discurso, independente de apartes.

**O Sr. Gilvan Rocha** (Sergipe) — Prometo a V. Ex<sup>t</sup> que serei brevíssimo. Apenas para dizer que V. Ex<sup>t</sup>, usando, aliás, o dever da Oposição, está fazendo uma crítica sob todos os títulos absolutamente positiva, e que não deixa de comemorar, também, a data do trabalhador. Como fui citado nominalmente, apenas queria fazer um reparo à observação do ilustre Senador Jarbas Passarinho, em dois pontos: o primeiro deles é que a assertiva de que o MDB se aproxima dos Ministros é absolutamente legítima, e digo mais que a réciproca é verdadeira. Tanto é verdadeira que a Oposição está usando os argumentos dos Ministros. E lembro ainda a V. Ex<sup>t</sup> que, hoje mesmo — e V. Ex<sup>t</sup>, homem bem informado como é, deve ter lido — os jornais matutinos informavam que o Ministro Ney Braga, da pasta da Educação e Cultura, manifestava ao Presidente da República, ontem, a sua apreensão pela baixa qualificação do ensino superior no País, na mesma ocasião em que essa baixa qualificação era desmentida pela ilustre Vice-Liderança da ARENA. Então, a réciproca é verdadeira. Os Ministros estão sendo sensíveis às críticas construtivas da Oposição, como o nosso ilustre Líder está a fazer, agora.

**O Sr. Jarbas Passarinho** (Pará) — Agora, sim, eu pediria a V. Ex<sup>t</sup>, Senador Franco Montoro, que no limite escrupuloso de um minuto me concedesse o aparte.

**O SR. FRANCO MONTORO** (São Paulo) — Concedo o aparte a V. Ex<sup>t</sup>

**O Sr. Jarbas Passarinho** (Pará) — É irresponsável o aparte do Senador Gilvan Rocha a V. Ex<sup>t</sup>. Eu também li a notícia do jornal; apenas, o que o nosso ilustre colega por Sergipe declarou me parece ser equívoco. Eu não disse, aqui, que não existia má qualidade de ensino. Pode-se recorrer à Taquigrafia e vai-se verificar que eu não disse que não havia má qualidade de ensino superior. O que eu disse — já discutindo com o Senador Orestes Quêrcia — foi que havia abusos que o próprio Conselho Federal de Educação tinha que corrigir, em seguida. Entretanto, li hoje, também, como disse o Senador Gilvan Rocha, que a declaração do Ministro — e S. Ex<sup>t</sup> me poupou — foi de que essa má qualidade se deu nos últimos anos. Sobre isto, falarei ao Senado.

**O SR. FRANCO MONTORO** (São Paulo) — Srs. Senadores, pretendo concluir rapidamente as considerações que vinha fazendo.

No "Dia do Trabalho" queremos lembrar a importância que o trabalho deve ter no processo do desenvolvimento econômico. Vimos o baixo índice de geração de empregos. Há outro aspecto sério. Ao mesmo tempo em que se criam grandes estímulos e incentivos ao capital e à sua concentração multiplicam-se os encargos, os ônus, sobre o trabalho.

Os encargos sociais que hoje são, em média, da ordem de 43% representados por contribuições para o INPS, Banco Nacional da Habitação, Sesi, SENAI, INCRA, Salário-Educação, Salário-Família, Seguro contra Acidentes do Trabalho, Fundo Rural, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço etc., todas essas contribuições recaem sobre a folha do salário. Se uma pessoa desejar tomar um empreendimento que concentre capitais terá os estímulos; se tiver a intenção de iniciar um empreendimento que utilize muito trabalho terá que pagar pesada contribuição a título de trabalho.

Para a Previdência Social a contribuição que recai sobre a empresa e a título do trabalho é, no Brasil, das maiores do mundo. Em outros países, de acordo com o gráfico que encaminharei à Taquigrafia, verifica-se, por exemplo, que na Dinamarca a contribuição do Governo é de 76%, do empregador 9% e do segurado 13%. Na Inglaterra, o Governo contribui com 54%; na Irlanda, 68%; na Suécia, 57%, e assim por diante. No Brasil a contribuição é quase, exclusivamente, da empresa e do empregado. O Governo tem uma contribuição teórica de 8%. Mas, na prática, ela é nula, porque o Governo não paga essa contribuição. O fato concreto é que o ônus do trabalho ou, melhor, sob o título do Trabalho se estabelece um ônus para aquele que pretenda empregar. Dai uma idéia sugerida por vários economistas, e que deve ser examinada pelo Congresso Nacional e pelo Governo, é de fazer com que grande parte desses encargos sejam calculados com base no faturamento da empresa e não do salário ou da remuneração dos empregados. É uma forma de defendermos o trabalho e darmos um sentido humano e social ao nosso desenvolvimento. Este, o apelo que está contido nessa consideração que acabo de fazer.

Finalmente, a respeito do salário mínimo, para não fazer considerações mais amplas, porque o tempo não nos permite.

Quanto ao salário mínimo, o dado objetivo incontestável e incontestado é o seguinte: nos últimos doze anos o produto nacional cresceu 56%, e o salário mínimo, que condiciona a vida de milhões de brasileiros, caiu 55%. Isso significa que o País ficou 56% mais rico, mas a população trabalhadora que depende do salário mínimo ficou 55% mais pobre.

**O Sr. Virgílio Távora** (Ceará) — V. Ex<sup>t</sup> dá licença para um aparte de meio minuto? (Assentimento do orador.) — Vamos infringir a ordem do Sr. Presidente, mas o silêncio, aqui imposto, daqui a pou-

co nos brindará com um ataque de coração. Eminent Senador, já ouvimos das formas mais elevadas de retórica pronunciamentos seus a esse respeito, mas ouvimos, também, que V. Ex<sup>e</sup> estabelece comparação entre o salário mínimo antes de 1964, que fazia parte de uma política salarial completamente deslocada da realidade. E quem diz isso não somos nós, é o Presidente do Partido de V. Ex<sup>e</sup>, o eminente Deputado Ulysses Guimarães. Então, um dos termos da comparação de V. Ex<sup>e</sup> é, justamente, um termo que é considerado, pelo próprio Presidente de V. Ex<sup>e</sup>, como completamente deslocado da realidade. Declarações de S. Ex<sup>e</sup>, da revista *Exame*, que V. Ex<sup>e</sup> conhece melhor do que nós. Então, não pode V. Ex<sup>e</sup> vir, mais uma vez, repetir perante os seus colegas, após o pronunciamento do seu chefe, de que uma das bases de comparação que V. Ex<sup>e</sup> faz estava defasada da realidade, vir justamente apresentar isto como um demérito de toda a política salarial do atual Governo.

**O SR. FRANCO MONTORO** (São Paulo) — Infelizmente, a citação invocada por V. Ex<sup>e</sup> nada tem a ver com o assunto de que estou tratando.

**O Sr. Virgílio Távora** (Ceará) — Engano de V. Ex<sup>e</sup>.

**O SR. FRANCO MONTORO** (São Paulo) — Não estou comparando dados atuais com anteriores a 1964; estou comparando depois de 1964 com depois de 1964: a produção nos últimos dez anos e o salário mínimo nos últimos dez anos. Comparação absolutamente homogênea. Plano de Ação Econômica do Governo, baixado pelo Presidente Castello Branco e através do seu Ministro Roberto Campos, em gráfico que apresento a V. Ex<sup>e</sup>, que está no PAEG, em duas linhas paralelas. A política salarial foi assim definida: aumentou o produto real *per capita*, aumenta o salário na mesma proporção. Duas linhas paralelas, para que não haja defasagem. Estou cobrando do Governo o compromisso que ele assumiu. Não estou fazendo comparações a antes de 1964. Seria outro assunto.

Este foi o compromisso traduzido até de forma muito clara, num gráfico publicado no PAEG. Pois bem. Passaram-se dez anos. O que se deu? As linhas foram paralelas? Não, foram divergentes. O produto cresceu 56% e o salário caiu 55%. Este, o dado objetivo.

**O Sr. Virgílio Távora** (Ceará) — Salário mínimo é uma coisa, salário real, salário médio, outra.

**O SR. FRANCO MONTORO** (São Paulo) — Vamos evitar discussões inúteis. Estou falando de salário mínimo mesmo.

**O Sr. Virgílio Távora** (Ceará) — Salário mínimo mesmo, mas o salário mínimo de 1964 era irreal.

**O SR. FRANCO MONTORO** (São Paulo) — É o salário mínimo que caiu 55%.

**O Sr. Virgílio Távora** (Ceará) — Caiu porque estava em termos irreais.

**O SR. FRANCO MONTORO** (São Paulo) — Estava alto demais?

**O Sr. Virgílio Távora** (Ceará) — Quem diz é o Presidente do Partido de V. Ex<sup>e</sup>: bases irreais de uma política salarial.

**O SR. FRANCO MONTORO** (São Paulo) — Não.

**O Sr. Virgílio Távora** (Ceará) — Estamos aqui apenas transcrevendo o que ele disse.

**O SR. FRANCO MONTORO** (São Paulo) — V. Ex<sup>e</sup> incide no erro dos tradutores: *traduttore, traditore*. Há, assim, uma traição ao pensamento daquele nosso ilustre companheiro.

Se V. Ex<sup>e</sup> não dispõe de melhores argumentos, peço que não me aparteie. Porque o argumento de citar uma palavra do Presidente do Partido, que se refere a antes de 1964, quando estou tratando só do salário mínimo, e depois de 1964, é, positivamente, não ajudar o encaminhamento da nossa discussão.

**O Sr. Virgílio Távora** (Ceará) — Não o apartaremos; como pede. Mas, V. Ex<sup>e</sup> fala do salário mínimo desde 62.

(**O Sr. Presidente faz soar a campainha.**)

**O SR. FRANCO MONTORO** (São Paulo) — Comparando o que se prometeu com o que se cumpriu. Não acuso, não considero que teria sido fácil cumprir. Mas este é o fato objetivo. Tenho, em mãos, um exemplar da revista *Administração de Empresa*, da Fundação Getúlio Vargas, em que o mesmo dado é repetido, no seu primeiro artigo, com a mesma objetividade. O dado é incontestável, tanto que o Governo está cogitando de corrigi-lo neste momento.

Hoje, pela primeira vez nos últimos anos; o que os Senhores representantes da Maioria deveriam fazer — como certamente fará o seu Líder — seria cumprimentar o Governo, como o fazemos, pelo fato de ter baixado, agora, depois de muitos anos, pela primeira vez, um novo salário mínimo como um início de reconstituição daquele poder aquisitivo perdido no passado. O salário mínimo acaba de ser reajustado em bases que indicam o início de um processo de recuperação do seu valor. Cumprimentamos o Governo pela tomada desse novo rumo, que revela, assim, o propósito de dar ao desenvolvimento brasileiro uma dimensão social e humana.

Reconhecemos o acerto do passo: em lugar de uma diminuição ou da manutenção daquela defasagem, vai ser recuperado, em parte, o seu valor. Mas é preciso lembrar que o reajuste do salário mínimo foi feito na base de 41%, aproximadamente, e a inflação, no último ano, foi de 35%. Houve, assim, uma recuperação real de 6%.

Cumprimentamos o Governo por esta recuperação, mas cumprimos o nosso dever de advertir que essa recuperação ainda é pequena. Ela precisa contribuir, porque a diferença, como acabamos de demonstrar, a perda do valor, é da ordem de 55%. Dos 55, recuperamos 6. Há outras recuperações a serem feitas, para se dar ao salário mínimo a sua significação exigida por lei, garantida pelos textos legais e que, infelizmente, não foi cumprida.

Além disso, o novo salário mínimo é da ordem de quinhentos e trinta e dois cruzeiros e oitenta centavos, no seu maior nível. É um esforço do Governo. Por este motivo, não lhe negamos o nosso apoio e o nosso aplauso, mas é ainda muito pouco. Um levantamento feito em São Paulo sobre o custo de vida, especialmente sobre alimentação, em março de 1974, — custo de alimentação de uma família mínima — revela: Alimentação, 800 cruzeiros, de acordo com os dados do Decreto nº 329. Sei que isso não se pode fazer de um momento para outro — e cumprimento o Governo, pelo passo que deu, mas cumpro o dever de advertir, repito, que é preciso dar muitos passos nesse sentido para fazer com que o nosso desenvolvimento corresponda à sua finalidade, que é a de ser um desenvolvimento da população brasileira e não apenas o aumento do produto bruto.

Os mais dados do meu trabalho, Sr. Presidente, encaminharei à Taquigrafia para divulgação.

Quero concluir, lembrando a lição de um dos grandes, talvez um dos maiores economistas vivos, Karl Gunnar Myrdal, que acaba de receber o Prêmio Nobel de Economia. Dizia ele — e isto cabe muito bem no dia em que se comemora a data do trabalho:

“Um desenvolvimento social voltado para as necessidades do trabalho, para a defesa da família, da educação, da saúde, representa um investimento da maior significação econômica; é através de medidas que beneficiam o homem, que é a maior riqueza de uma nação, que obtemos a realização de um mercado interno, que é a base indestrutível de qualquer verdadeiro desenvolvimento.”

São estas as palavras com que o Movimento Democrático Brasileiro comemora o “Dia do Trabalho” no Brasil. (Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)

**O SR. PRESIDENTE** (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Líder Petrônio Portella, que falará em nome da Aliança Renovadora Nacional.

**O SR. PETRÔNIO PORTELLA** (Piauí) (Em nome da ARENA, pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Não cabe o formalismo das homenagens em que o elogio basta. Cabe a reverência que nasce de convicções profundas. Estamos diante de um culto e isso nos fala à alma, fazendo-nos reviver os lances de bravura e heroísmo de que resultou o símbolo que temos diante de nós: o trabalho.

Nessa data, a humanidade descansa, num balanço, e numa retrospectiva de longa caminhada pela história, que é a própria história da Civilização e da Cultura.

E contemplamos, contristados, o homem aviltado pelo trabalho escravo, consumindo-se na luta animal pela sobrevivência miserável. E vemo-lo, também, a pouco e pouco, erguer-se, sob o impulso libertador de uma consciência em busca de um destino humano.

Na surda e silenciosa postura dos sem esperanças muitos constituem os objetos de dominação de poucos, sem encontrarem nem mesmo dentro de si a força da resistência libertadora. Nascidos escravos, no pauperismo de sua consciência aviltada pela abolia ancestral, nada neles crescia para o impulso vital e necessário à reação redentora.

Somente através de um processo penoso e diria cruento, no qual se libertaram forças sociais precursoras do progresso, é que paulatinamente se foi ensejando a humanização do trabalho e a promoção do homem. Ressoaram, antes, mas não se ouviam as mensagens fraternas de Cristo, "na sua simbólica presença no lar modesto de um carpinteiro.

De uma manjedoura, num contraste de suma beleza, o Rei dos Reis triunava por sobre os bens a que se escravizam os homens e na humildade de sua pregação gritavam, impetuosos e divinos, os mandamentos da Justiça.

Do domínio autárquico de titular e Senhor, o poder deslocou-se para o intercâmbio entre os centros urbanos, gerando mobilidades e diversificações secundas. Um mundo novo surgia e nele se acendiam esperanças no harmonioso convívio e no produtivo e livre trabalho dos homens.

As mudanças da produção deram novo sentido às relações de trabalho e, no pluralismo que crescia com a sociedade, o desnível gerou desconfianças e antagonismos profundos. O que era surdo e silencioso fez-se aguerrido e gritante.

Ao lado das gestações de novas formas de vida e de produção, nasciam, também, as concepções ideológicas anunciativas do confronto inelutável entre o capital e o trabalho, e preconizadoras da luta de classe em nome da qual se organizaram, embora de forma incipiente, os movimentos políticos que pretendiam ser de libertação dos trabalhadores.

Ao procedermos a este exercício um profundo sentimento místico toma conta de nós, ao vermos o homem, no domínio de si e da natureza, alçar vôos em todas as direções do pensamento e da ação, emergir das cavernas e se afirmar poderoso como artífice do mundo estonteante e belo dos nossos dias. É o filho de Deus em sua marcha criadora, avizinhando-se Daquele de quem procede. É o trabalho no apoteótico triunfo de que a cultura é a expressão viva e eterna.

Em seu caminho, mercado de sangue ou de flores, vemos o ideal fazer mártires e heróis. São os que, com o sacrifício, irradiam o exemplo inspirador de fidelidade à luta; são os que, afrontando os perigos insuperáveis, marcam de grandeza a aventura humana.

"Dia do Trabalho" é o da consagração do próprio homem.

E hoje, no terceiro quartel do Século XX, dois mundos gritantes nos assombram e perturbam:

O de que são protagonistas os Senhores, donos das riquezas, dos bens, das nações, donos da vida, homens donos dos homens, desfigurados estes em seu pauperismo e os dos homens máquinas, homens objetos, homens espetros da criatura feita por Deus à sua imagem e semelhança.

Dir-se-ia inútil o extraordinário esforço humano. Seu trabalho perdido nas transações infíquas — objeto da exploração do próprio homem.

O grito de guerra ressoou, no desespero dos que, já sem crença, acreditaram ainda na violência. E em nome dos trabalhadores, revoluções se fizeram e se fazem. Do ideal libertário que mobilizou, pela esperança, milhões e milhões de desafortunados e da ação dos arautos da nova promessa a mais grave e desumana escravidão se instaurava — a escravidão totalitária.

Sob seu reinado, o homem e o seu mundo de regalias e direitos não há; nem mesmo a Nação, cuja vontade foi substituída pela vontade dos poucos manipuladores do poder. A liberdade banida, ainda sob as promessas da redenção que não veio. Aos trabalhadores, nem o direito de pensar, os burocratas por eles o fazem. A Verdade não se procura, já está feita e acabada numa cartilha, para o consumo abundante de todos. Da luta cruenta a herança trágica: a escravidão total a uma máquina eficiente e devoradora.

Aos influxos de nossa cultura muitos são os caminhos do homem, onde, não raro, desgraçadamente, o solidarismo cristão se perde na ambição descomunal do lucro.

No evolver dos tempos e trabalho físico convive com o que ganhou qualificação extraordinária e posições eminentes, no plano mais alto das decisões sociais.

Surgiram os gerentes e administradores na difícil tarefa de coordenar, dirigir e multiplicar as empresas, em redes de complexidade impressionante.

Na escalada incessante de valores o trabalho se projeta, finalmente, ante o capital, mas a ele se alia em tessitura orgânica com desiderato comum do lucro.

As decisões não se consumam no estrito limite da vontade pessoal; formam-se e cristalizam-se, num mundo hermético dos computadores, sob a manipulação tecnocrática, na qual se desconhecem os valores humanos e cristãos da sociedade.

Num, é a padronização massificadora por via do Estado, noutro o corporativismo dominando no seu gigantismo indivíduos e nações. Neles há, positivamente, um renegado: o homem.

Se ontém se erguiam bandeiras libertárias e, através delas, mobilizaram-se, em termos políticos, os trabalhadores e os cidadãos, hoje, as mensagens se transmitem alheias aos condutos formais.

Nos locais mais isolados e distantes dos países democráticos, as televisões e as rádios, a imprensa levam a palavra que edifica ou destrói; a sugestão, o protesto, a dúvida ou o desespero. Os contrastes agravam a miséria ao conhecimento de sua coexistência com a abastança, no espetáculo do pleno desperdício.

O mundo se integrou, mas os homens não se entendem.

Os indivíduos e as nações tomam conhecimento do iniquo, relacionamento que requinta a acumulação do lucro e da miséria. É a tomada de consciência geral.

Agarremo-nos ao que nos resta — o reconhecimento da injustiça — e salvemo-nos todos e conosco a liberdade — edificando, como estamos a fazer, a sociedade em cujo seio todos tenham a certeza das oportunidades.

Estes são os nossos rumos; deles não nos desviaremos. Acreditamos possível a sociedade que dê aos trabalhadores o livre acesso à educação — instrumento seguro de acesso e promoção, meio de garantir a mobilidade a todos e a renovação democrática.

Estamos certos de que plasmamos a Sociedade justa a proteger os trabalhadores com a habitação, a saúde pública e mais que o emprego sem perspectiva, o que, pelo treinamento, os qualifica e enriquece, servindo melhor ao titular e à sociedade.

Pouco importam, Sr. Senadores, frases isoladas de figuras eminentes do Governo ou as negações destituídas de dados fundados na autoridade alheia, ou a apologia da regressão da técnica, que assegura economia num país de recursos financeiros escassos; pouco importa, Sr. Presidente, que se deplore a condição de país novo como o Brasil, que pode usar os mais modernos instrumentos da técnica.

Estes, os horizontes que o Brasil abre aos trabalhadores, numa constante política de rico sentido humanístico e que se desdobra em

nosso tempo através de medidas do mais alto sentido social. É a garantia do tempo de serviço — tão malsinada a política por alguns que, hoje, reconhecem o erro cometido — é o seguro contra acidente, distantes das especulações privadas, entregues ao Estado; são mecanismos que se instituem para possibilitar maior participação nos frutos do desenvolvimento. São os salários dos menos aquinhoados, que se discriminam para melhorar-lhes os padrões, e como, de resto, aqui foi enaltecid, pelo ilustre Líder da Minoría.

São entidades que se criam para o direcionamento orgânico e sistemático de uma política de proteção e promoção do trabalhador: o Conselho de Desenvolvimento Social.

É a economia, sob a fiscalização indormida do Estado, a condicionar-se aos impostergáveis imperativos sociais. É a Justiça, sob a Liberdade, enganando a Nação.

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Que as sugestões da força, neste mundo de violências, não sacrificiem, nas sociedades democráticas, a marcha inexorável da Justiça que, se não é rápida, é porque é livre.

No 1º de Maio, que as reflexões nos ajudem e as inspirações nos valham.

Que os trabalhadores qualificados nas alturas do poder — exatamente os grandes administradores e os grandes gerentes façam, neste dia, a pausa para a contemplação do mundo que não se esgota em seus gabinetes e vejam as legiões dos que ainda não deram o primeiro passo — e são a maioria — no sentido da libertação. Talvez — quem sabe? — se convertam à causa da Justiça.

Quanto a nós, ajudemos a Nação a perseguir o seu destino e vejamos sempre como irmãos os trabalhadores humildes dos campos ou das cidades, como vemos o artista que dá eternidade ao bronze, vida ao mármore, beleza às letras; nossos irmãos são também os que transformaram pela técnica a face do mundo, e todos solidários na tristeza de não podermos fazer do 1º de Maio data comemorativa da vitória de todos os homens, da face da terra.

Somos, também, trabalhadores e por isto saudamos nossos irmãos mais humildes dizendo-lhes que a sua causa é a da Justiça e é a causa da própria Nação.

Unamo-nos, Sr. Presidente e Srs. Senadores, sem diferenças, aos trabalhadores, dispostos, confiantes e solidários, em torno da causa comum, que é a causa do povo brasileiro. (Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)

**O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto)** — A Presidência, em nome da Mesa, associa-se às homenagens prestadas ao "Dia do Trabalho", congratulando-se com os trabalhadores brasileiros, propulsores do desenvolvimento do nosso País e de sua grandeza.

#### COMPARCEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — José Guiomard — José Lindoso — Renato Franco — Fausto Castelo-Branco — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Domício Gondim — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Benjamim Farah — Osires Teixeira — Otair Becker — Daniel Krieger.

**O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto)** — O Sr. 1º-Secretário vai proceder à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

#### EXPEDIENTE

#### MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

De agradecimento de comunicação referente à escolha de nomes indicados para cargos cujo provimento depende de prévia autorização do Senado Federal.

Nº 90/75 (nº 121/75, na origem), de 29 de abril do corrente, referente à escolha dos Senhores Doutor Ewald Sizenando Pinheiro e Carlos Alfredo Bernardes, o primeiro, para exercer o cargo de Minis-

tro do Tribunal de Contas da União, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Wilson de Souza Aguiar e, o segundo, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para a função de Embaixador do Brasil junto à República das Filipinas.

#### PARECERES

##### PARECER Nº 50, DE 1975 Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 1, de 1975-DF.

**Relator: Senador José Lindoso**

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 1, de 1975-DF, que altera a denominação da Central de Abastecimento de Brasília S/A — CENABRA.

Sala das Comissões, em 30 de abril de 1975. — Danton Jobim, Presidente — José Lindoso, Relator — Virgílio Távora — Orestes Quércia.

#### ANEXO AO PARECER Nº 50, DE 1975

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 1, de 1975-DF, que altera a denominação da Central de Abastecimento de Brasília S/A — CENABRA.

O Senado Federal decreta:

Art. 1º A Central de Abastecimento de Brasília S/A — CENABRA, constituída de conformidade com a Lei nº 5.691, de 10 de agosto de 1971, passa a denominar-se Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S/A — CEASA/DF.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

##### PARECER Nº 51, DE 1975 Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Resolução nº 9, de 1975.

**Relator: Senador José Lindoso**

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 9, de 1975, que suspende a proibição contida nas Resoluções nºs 58, de 1968, 79, de 1970, 52, de 1972, e 35, de 1974, para permitir que a Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Sul (RS) fixe em Cr\$ 600.000,00 (seiscientos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

Sala das Comissões, em 30 de abril de 1975. — Danton Jobim, Presidente — José Lindoso, Relator — Orestes Quércia — Virgílio Távora.

#### ANEXO AO PARECER Nº 51, DE 1975

Redação final do Projeto de Resolução nº 9, de 1975.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, \_\_\_\_\_, Presidente, promulgo a seguinte

#### RESOLUÇÃO Nº , DE 1975

Suspender a proibição contida nas Resoluções nºs 58, de 1968, 79, de 1970, 52, de 1972, e 35, de 1974, para permitir que a Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, fixe em Cr\$ 600.000,00 (seiscientos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É suspensa a proibição constante do artigo 1º da Resolução nº 58, de 1968, revigorada pelas nºs 79, de 1970, 52, de 1972, e 35, de 1974, todas do Senado Federal, para permitir que a Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, fixe em Cr\$ 600.000,00 (seiscientos mil cruzeiros) o montante de

sua dívida consolidada, mediante uma operação de empréstimo de igual valor com a Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul, cujo recurso será destinado à construção de um Centro Administrativo naquele Município.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**PARECER Nº 52, DE 1975**  
Da Comissão de Redação

**Redação final do Projeto de Resolução nº 6, de 1975.**

**Relator:** Senador Orestes Quêrcia

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 6, de 1975, que suspende, por inconstitucionalidade, a execução do inciso II do § 1º do art. 16 do Decreto nº 683, de 3 de setembro de 1971, do Estado de Santa Catarina.

Sala das Comissões, em 30 de abril de 1975. — Danton Jobim, Presidente — Orestes Quêrcia, Relator — José Lindoso — Virgílio Távora.

**ANEXO AO PARECER Nº 52, DE 1975**

**Redação final do Projeto de Resolução nº 6, de 1975.**

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VII, da Constituição, e eu, \_\_\_\_\_ Presidente, promulgo a seguinte

**RESOLUÇÃO Nº , DE 1975**

**Suspende, por inconstitucionalidade, a execução de dispositivo do Decreto nº 683, de 3 de setembro de 1971, do Estado de Santa Catarina.**

O Senado Federal resolve:

Artigo único. É suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, proferida em 22 de agosto de 1974, nos autos do Recurso Extraordinário nº 78.656, do Estado de Santa Catarina, a execução do inciso II do § 1º do art. 16 do Decreto nº 683, de 3 de setembro de 1971, daquele Estado.

**O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) —** O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projeto de resolução que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte:

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 17, DE 1975**

**Altera os artigos 73, nº 3, 78, "caput", nº 2, e 99 do Regimento Interno do Senado Federal.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º Os artigos 73, nº 3, 78, caput, nº 2, e 99 do Regimento Interno do Senado Federal — Resolução nº 93, de 1970, alterada pelas nºs 21, de 1971; 66, de 1972; 31, de 1973; 62, de 1973; e 21, de 1974 — passam a ter a seguinte redação:

"Art. 73. As Comissões Permanentes são as seguintes:

- 1) .....
- 2) .....
- 3) de Assuntos Regionais e Política Urbana (CARPU);"

"Art. 78. A Comissão Diretora é constituída dos titulares da Mesa, tendo as demais Comissões Permanentes o seguinte número de membros:

- 1) .....
- 2) Assuntos Regionais e Política Urbana, 7 (sete);

3) .....";

"Art. 99. À Comissão de Assuntos Regionais e Política Urbana cabe opinar sobre todas as matérias de competência dos organismos regionais de planejamento e execução de programas e planos de desenvolvimento, regiões metropolitanas e política urbana."

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

**Justificação**

Trata-se de atualizar a competência, prevista no Regimento Interno, da Comissão de Assuntos Regionais.

De fato, dúvidas têm surgido no que tange à competência para o exame de assuntos ligados à política urbana e, sobretudo, os referentes às chamadas áreas metropolitanas.

Em verdade, pela afinidade dos citados assuntos com as genéricas incumbências da Comissão de Assuntos Regionais, poderia chegar-se à conclusão de que tais matérias já estariam compreendidas no rol de obrigações do referido órgão técnico. A função dos Regimentos, porém, é, precisamente, a de evitar, tanto quanto possível, interpretações, mediante a adoção de preceitos bastante específicos, que abordem, em minúcias, os vários temas objetos de sua disciplina.

O presente projeto, pois, visa, tão somente, a explicitar a matéria, incorporando ao texto vigente, de modo claro, competências residuais da Comissão de Assuntos Regionais.

Para atingir tal desiderato, o projeto altera a denominação do órgão técnico, adaptando-a à nova conjuntura, além de promover a reformulação do preceituado nos artigos referentes à espécie.

Sala das Sessões, em 30 de abril de 1975. — Senador Cattete Pinheiro.

**LEGISLAÇÃO CITADA**

Art. 73. As Comissões Permanentes são as seguintes:

- 1) Diretora (CD);
- 2) de Agricultura (CA);
- 3) de Assuntos Regionais (CAR);
- 4) de Constituição e Justiça (CCJ);
- 5) do Distrito Federal (DF);
- 6) de Economia (CE);
- 7) de Educação e Cultura (CEC);
- 8) de Finanças (CF);
- 9) de Legislação Social (CLS);
- 10) de Minas e Energia (CME);
- 11) de Redação (CR);
- 12) de Relações Exteriores (CRE);
- 13) de Saúde (CS);
- 14) de Segurança Nacional (CSN);
- 15) de Serviço Público Civil (CSPC);
- 16) de Transportes, Comunicações e Obras Públicas (CT).

Art. 78. A Comissão Diretora é constituída dos titulares da Mesa, tendo as demais Comissões Permanentes o seguinte número de membros:

- 1) Agricultura, 7 (sete);
- 2) Assuntos Regionais, 7 (sete);
- 3) Constituição e Justiça, 13 (treze);
- 4) Distrito Federal, 11 (onze);
- 5) Economia, 11 (onze);
- 6) Educação e Cultura, 7 (sete);
- 7) Finanças, 17 (dezessete);
- 8) Legislação Social, 7 (sete);

- 9) Minas e Energia, 7 (sete);  
 10) Redação, 5 (cinco);  
 11) Relações Exteriores, 15 (quinze);  
 12) Saúde, 7 (sete);  
 13) Segurança Nacional, 7 (sete);  
 14) Serviço Público Civil, 7 (sete);  
 15) Transportes, Comunicações e Obras Públicas, 7 (sete).

§ 1º O membro da Comissão Diretora não poderá fazer parte de outra Comissão Permanente.

§ 2º A substituição dos membros da Comissão Diretora, pelos Suplentes de Secretário, obedecerá ao disposto no art. 89.

Art. 99. À Comissão de Assuntos Regionais cabe opinar sobre toda matéria da competência dos organismos regionais de planejamento e execução de programas e planos de desenvolvimento.

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves)** — O projeto será publicado e, em seguida, ficará sobre a mesa durante três sessões, a fim de receber emendas. Findo esse prazo, será despachado às comissões competentes.

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves)** — Finda a Hora do Expediente, passa-se à

## ORDEM DO DIA

### Item 1:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 165, de 1975, de autoria do Senhor Senador Vasconcelos Torres, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do discurso do excelentíssimo Ministro da Justiça, Senhor Armando Falcão, pronunciado por ocasião das comemorações do 183º aniversário da Inconfidência Mineira em Ouro Preto (Minas Gerais), e publicado no Jornal do Brasil em 22 de abril de 1975.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será feita a transcrição solicitada.

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves)** — Item 2:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 166, de 1975, de autoria do Sr. Senador Mauro Benevides, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do editorial do jornal *Tribuna do Ceará*, do dia 18 de abril de 1975, no qual são tecidas considerações relacionadas com os interesses da indústria têxtil do Nordeste.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

Será feita a transcrição solicitada.

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves)** — Item 3:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 173, de 1975, do Senhor Senador Cattete Pinheiro, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do pronunciamento do Governador do Pará, Professor Aloysio da Costa Chaves, no dia 25 de abril de 1975, quando da reunião dos Governadores dos Estados e Territórios da Amazônia, com o Ministro Maurício Rangel Reis.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

Será feita a transcrição solicitada.

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves)** — Item 4:

Discussão, em turno único, da Redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 49, de 1975), do Projeto de Resolução nº 13, de 1975, que suspende a proibição contida na Resolução nº 58, de 1968, revigorada pelas de nºs. 79, de 1970, 52, de 1972, e 35, de 1974, todas do Senado Federal, para permitir que a Prefeitura Municipal de Pederneiras (SP) fixe em Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros) o limite de sua dívida consolidada.

Em discussão a redação final.

Se nenhum dos Srs. Senadores desejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

A redação final é considerada definitivamente aprovada nos termos do art. 359 do Regimento Interno.

O projeto vai à promulgação.

É a seguinte a redação final aprovada:

### Redação final do Projeto de Resolução nº 13, de 1975

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, \_\_\_\_\_, Presidente, promulgo a seguinte

#### RESOLUÇÃO Nº , DE 1975

Suspender a proibição contida nas Resoluções nºs 58, de 1968, 79, de 1970, 52, de 1972, e 35, de 1974, para permitir que a Prefeitura Municipal de Pederneiras, Estado de São Paulo, fixe em Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros) o limite de sua dívida consolidada, a fim de poder contratar empréstimo junto à Caixa Econômica do Estado de São Paulo S.A., de igual valor, destinado a financiar serviços de infra-estrutura, notadamente, no que se refere ao setor de pavimentação asfáltica.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É suspensa a proibição constante do artigo 1º da Resolução nº 58, de 1968, revigorada pelas de nºs 79, de 1970, 52, de 1972, e 35, de 1974, todas do Senado Federal, para permitir que a Prefeitura Municipal de Pederneiras, Estado de São Paulo, fixe em Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros) o limite de sua dívida consolidada, a fim de poder contratar empréstimo junto à Caixa Econômica do Estado de São Paulo S.A., de igual valor, destinado a financiar serviços de infra-estrutura, notadamente, no que se refere ao setor de pavimentação asfáltica.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves)** — Item 5:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 1974 (nº 1.174-C/73, na Casa de origem), que modifica o art. 130 do Decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927 (Código de Menores), tendo

PARECER, sob nº 275, de 1974, da Comissão  
— de Constituição e Justiça, favorável.

Em discussão o projeto.

Se nenhum Sr. Senador desejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

O projeto irá à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 10, DE 1974**  
(Nº 1.174-C/73, na Casa de origem)

**Modifica o Artigo 130, do Decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927 (Código de Menores).**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Art. 130, do Decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927 (Código de Menores), passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 130. Sob as mesmas penas não é permitido:

- a) aos menores de 16 anos o ingresso em casas de bailes públicos, qualquer que seja o título ou denominação que adotem;
- b) aos menores de 18 anos o acesso às casas noturnas de espetáculos, bares noturnos, buates ou congêneres;
- c) aos menores de 21 anos a entrada em casas de jogo."

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves)** — Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Há oradores inscritos.

Concede a palavra ao primeiro deles, o nobre Senador Lourival Baptista.

**O SR. LOURIVAL BAPTISTA (Sergipe) (Pronuncia o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

"É inadmissível que a região agrícola do Nordeste, com 17 milhões de habitantes, seja o maior bolsão de pobreza do País" — disse o Ministro do Planejamento, Sr. Reis Velloso, na reunião extraordinária do Conselho Deliberativo da SUDENE, realizada este mês no Recife.

Dirigindo-se aos Governadores nordestinos, acrescentou o Ministro que "o Nordeste continua no primeiro plano das preocupações do Governo Federal", do que é demonstração o fato de que apenas em um ano de Governo, o Presidente Geisel já mostrou todo o instrumental para os programas da região, com o objetivo de viabilizar a industrialização nordestina, a longo prazo.

Disse o Ministro Reis Velloso que "o Governo Federal possui quatro preocupações maiores com relação ao Nordeste: o grande instrumento do desenvolvimento da agricultura é o POLONORDESTE, suplementado pelos programas da agroindústria, que representam uma tentativa de fixação da população na própria região. A segunda, é a de manter e aperfeiçoar o sistema de incentivos fiscais, através do Fundo de Investimento para o Nordeste (FINOR), para compatibilizar projetos e investimentos. A terceira preocupação refere-se ao apoio do Governo Federal aos governos estaduais nordestinos. Finalmente, a quarta grande preocupação do atual governo para com o Nordeste, disse o Ministro do Planejamento, está na realização de um grande esforço para melhorar as condições nas áreas metropolitanas, porque ainda não alcançaram os níveis das mesmas áreas do Centro-Sul".

Sr. Presidente, o Ministro Reis Velloso, em assim falando, apenas tornou-se intérprete do eminentíssimo Presidente Ernesto Geisel, cujos pronunciamentos e cujas decisões relativas ao Nordeste são do conhecimento geral.

Reafirmou S. Ex<sup>e</sup> propósitos e decisões do chefe do Governo que, esperamos todos, hão de se concretizar de forma a mais completa, numa decisiva contribuição para a solução dos problemas nordestinos.

Sr. Presidente, também esteve presente à reunião extraordinária da SUDENE, realizada no dia 18 de abril, o Presidente do Banco do Brasil, Sr. Ângelo Calmon de Sá, que teve oportunidade de salientar e esclarecer a ação já desenvolvida na região pelo nosso maior estabelecimento de crédito. As declarações do Sr. Ângelo Calmon de Sá

vieram mostrar que o Banco do Brasil realiza, neste momento, enorme esforço para o desenvolvimento nordestino.

Disse que as modificações que estão sendo introduzidas, nas normas do Banco do Brasil, para a área, irão propiciar aplicações financeiras de Cr\$ 100 bilhões nos próximos cinco anos para o Nordeste. Informou o Sr. Ângelo Calmon de Sá que as agências do Banco do Brasil, nos Estados do Nordeste, já receberam instruções para a execução efetiva do PROAGRO, na indenização das lavouras destruídas por inundações, secas ou pragas, ao mesmo tempo que providências semelhantes já estão sendo adotadas para o subsídio de fertilizantes, cabendo 40% ao produtor.

No tocante à política de preços-mínimos, informou que o Banco já aplicou Cr\$ 7 bilhões no Nordeste, dispondo da mesma importância para a implantação do POLONORDESTE.

São informações e afirmativas que demonstram o empenho com que o Presidente Ângelo Calmon de Sá, perfeitamente entrosado com os objetivos maiores do Governo, vem tornando o Banco do Brasil poderoso instrumento para a execução da política governamental com relação ao Nordeste. A presença de S. Ex<sup>e</sup> na reunião da SUDENE serviu para realçar importância e grandeza dos planos do Governo Federal para aquela área, que, conforme tão bem disse o Ministro Reis Velloso, não pode continuar sendo o maior "bolsão de pobreza do País".

E para modificação desse panorama secular, com definitivo desenvolvimento integral da região, está o Banco do Brasil, na atual gestão, contribuindo de forma efetiva e a mais ampla possível, sem dúvida despertando novas esperanças e estimulando a produção em todos os setores do Nordeste.

Mais uma vez, Sr. Presidente, verificamos que o Nordeste e seus problemas constituem uma das preocupações básicas da Revolução de 64, desde o início adotando a luta contra as desigualdades regionais como uma de suas metas prioritárias! (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves)** — Concede a palavra ao nobre Senador Benjamim Farah.

**O SR. BENJAMIM FARAH (Rio de Janeiro) (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)** — Sr. Presidente, ocupo esta tribuna para fazer um apelo ao Senhor Presidente da República.

Como é de praxe, neste País, que todos sabemos católico, nas comemorações do Ano Santo, os funcionários costumam fazer peregrinação a Roma. E os Governos anteriores tem abonado as faltas dos servidores por essa romaria, por essa ausência.

Lembro-me, Sr. Presidente, e isto aconteceu no Governo do honrado Presidente Marechal Eurico Gaspar Dutra, os servidores que foram a Roma, para as comemorações do Ano Santo, tiveram as suas faltas abonadas até um total de trinta dias.

Na verdade, não são muitos os funcionários que podem fazer essa viagem, porque hoje as passagens são muito caras.

Discutimos, nas assembleias, problemas diversos, e alguns deles até superfluos. Nos encontros internacionais, muitas vezes, aparecem em pauta assuntos de somenos importância. No entanto, aqueles que são mais prementes, que dizem mais de perto ao interesse das populações, dos povos e das nações, são esquecidos; um deles é o dos transportes, das aproximações, dos entendimentos. Não podemos nos entender melhor com outros povos, em face de preços tão elevados. E aqueles que o fazem, enfrentam as maiores dificuldades.

Por isso, Sr. Presidente, não são muitos os funcionários que vão ter a oportunidade dessa visita a Roma, nas comemorações deste Ano Santo, comemorações que se processam de 25 em 25 anos.

O apelo que faço, aqui, ao Senhor Presidente da República, é o de que determine, às repartições públicas, o abono das faltas aos servidores que desejem ir a Roma, para as comemorações do Ano Santo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente e Srs. Senadores. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves)** — Concedo a palavra ao nobre Senador José Esteves. (Pausa.)

S. Ex<sup>e</sup> não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro.

**O SR. NELSON CARNEIRO (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)** — Sr. Presidente, apenas duas palavras. No "Dia do Trabalho", é oportuno fazer um apelo ao Sr. Ministro do Trabalho.

S. Ex<sup>e</sup> nomeou uma Comissão de Revisão da Consolidação das Leis do Trabalho. E, até hoje, não se tem uma notícia exata de quando essa Comissão concluirá os seus estudos.

Todos sentimos que a Consolidação envelheceu e, por isso mesmo, numerosos são os projetos que visam a atualizar as suas disposições. Assim, o meu apelo, Sr. Presidente, não é uma crítica.

**O Sr. Ruy Santos (Bahia)** — V. Ex<sup>e</sup> permite um aparte?

**O SR. NELSON CARNEIRO (Rio de Janeiro)** — Com muita honra.

**O Sr. Ruy Santos (Bahia)** — Aliás, V. Ex<sup>e</sup> deve saber, mas talvez alguns dos Srs. Senadores não saibam: uma das diretorias do Senado, a cargo da Dra. Leila Castelo Branco, fez um trabalho comparativo de legislação muito bem feito sobre a Consolidação, que entregou ao Sr. Ministro e ia servir de roteiro para os trabalhos dessa Comissão.

**O SR. NELSON CARNEIRO (Rio de Janeiro)** — Vê V. Ex<sup>e</sup>, Sr. Presidente, que já há um material valioso, comparativo, cuidadoso, em mãos do Sr. Ministro.

Na qualidade de Presidente da Comissão de Legislação Social, e também acreditando interpretar o pensamento dos meus colegas, daqui endereço apelo, sem nenhum caráter partidário, ao Sr. Ministro do Trabalho, para que interceda, junto a esta Comissão, no sentido de ativar os seus trabalhos. Vindo uma nova Consolidação, muito se terá modernizado a legislação atual.

Era esse o apelo que, no "Dia do Trabalho", queria formular ao Sr. Ministro do Trabalho. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Orestes Quêrcia.

**O SR. ORESTES QUÊRCIA (São Paulo) (Pronuncia o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O Tribunal Superior Eleitoral rejeitou na noite passada, por unanimidade, o recurso interposto pela ARENA contra a diplomação do Senador Adalberto Sena como representante, nesta Casa, do Estado do Acre.

A decisão foi tomada em apoio ao Parecer da Procuradoria Geral da Justiça Eleitoral, cabendo ao Ministro José Boselli, como Relator do Processo, proferir o voto inicial e oferecer os fundamentos para que a Corte rechaçasse a pretensa irregularidade na inscrição e na vitória de Adalberto Sena nas urnas, em 15 de novembro último.

Representante do Acre no Senado desde 1962, Adalberto Sena sempre pautou suas atividades parlamentares dentro das mais rígidas normas da probidade e defesa do interesse público. Batalhador incansável nos momentos em que o Acre precisou de sua força, defensor irremovível dos princípios democráticos, representante da melhor estirpe congressista, coube-lhe desempenhar as mais importantes missões do Poder Legislativo.

Este é um dia de júbilo especial para o Senado Federal, para o Movimento Democrático Brasileiro e para todos quantos, no decorrer dos últimos 14 anos, acompanharam a trajetória brilhante do Senador Adalberto Sena, defendendo seu longínquo e querido Acre no Congresso Nacional.

A alegria mais profunda e justificável, entretanto, é a do povo acreano, que consagrou nas eleições do ano passado seu veterano líder, conferindo-lhe maioria absoluta dos votos.

De nada adiantaram as manobras de bastidores que procuravam, à sombra de pressões e argumentos menos justos, contrariar a vontade popular, expressa, de forma clara e inofensiva, nas urnas.

Inconformados com a consagração do Senador Adalberto Sena, os candidatos derrotados e a própria direção da ARENA apelaram em todas as instâncias judiciais — mas perderam invariavelmente os recursos e as apelações, quase sempre por unanimidade de votos.

Não me anima neste momento qualquer intuito de menosprezar ou tripudiar sobre a facção derrotada, nas urnas e na justiça — mas tampouco poderia me furtar ao dever, que cumpro com particular satisfação, de renovar a certeza da presença de Adalberto Sena até o final de seu mandato, em 1982, neste Senado, que Sua Excelência tanto tem honrado com sua honestidade, sua dedicação à coisa pública e suas posições de democrata autêntico, sincero e intransigente. (Muito bem.)

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves)** — Tem a palavra o nobre Senador Danton Jobim. (Pausa.)

S. Ex<sup>e</sup> não está presente.

Não há mais horadores inscritos.

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves)** — A União Interparlamentar e o Presidente da Comissão de Relações Exteriores convidam os Srs. Senadores para uma recepção a realizar-se hoje, às 16 horas e 30 minutos, no Salão Nobre, em homenagem à Delegação de Parlamentares Britânicos.

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves)** — Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a sessão ordinária de sexta-feira, dia 2 de maio, a seguinte

## ORDEM DO DIA

1

Votação, em turno único, do Requerimento nº 69, de 1975, do Senhor Senador Vasconcelos Torres, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 90, de 1974, de sua autoria, que dispõe sobre troco obrigatório e dá outras providências.

2

Votação, em turno único, Requerimento nº 70, de 1975, do Senhor Senador Vasconcelos Torres, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 94, de 1974, de sua autoria, que dispõe sobre os direitos da mulher e altera o artigo 248 do Código Civil Brasileiro.

3

Votação, em turno único, do requerimento nº 71, de 1975, do Senhor Senador Vasconcelos Torres, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 131, de 1974, de sua autoria, que disciplina grafia e uso de siglas e abreviaturas.

4

Votação, em turno único, do Requerimento nº 167, de 1975, de autoria do Sr. Senador Mauro Benevides, solicitando a transcrição, nos anais do Senado Federal, da oração gratulatória do eminente Cardeal D. Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota, alusiva ao transcurso do 15º aniversário de Brasília, lida pelo arcebispo de Brasília, Dom José Newton, em 21 de abril de 1975.

**O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves)** — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 15 minutos.)

**DISCURSO DO EXMO. SR. MINISTRO DA JUSTIÇA, SR. ARMANDO FALCÃO, PRONUNCIADO POR OCASIÃO DAS COMEMORAÇÕES DO 183º ANIVERSÁRIO DA INCONFIDÊNCIA MINEIRA EM OURO PRETO — MINAS GERAIS, PUBLICADO NO JORNAL DO BRASIL, EM 22 DE ABRIL DE 1975, QUE SE PUBLICA NOS TERMOS DO REQUERIMENTO Nº 165/75, DE AUTORIA DO SR. SENADOR VASCONCELOS TORRES, APROVADO NA SESSÃO DE 30-4-75:**

"No dia em que o povo e o Governo de Minas Gerais começaram uma das maiores datas do calendário cívico nacional, venho na qualidade de representante do Presidente Ernesto Geisel trazer-vos a vós, mineiros, a mensagem da presença solidária do Poder federal que reverente se associa às homenagens tributadas à memória de Joaquim José da Silva Xavier.

Os anos se sucedem, passam os séculos. Mas não desmaia nunca, permanece viva e palpítante a lembrança luminosa de Tiradentes, que morreu pelo ideal de emancipação da Pátria, deixando exemplo que jamais pode ser esquecido.

Desafinado na conjuração a Corte, adivinhava Tiradentes que destino imediato poderia aguardá-lo. Mas como disse Montaigne, "a premeditação da morte é premeditação da liberdade; quem sabe morrer não sabe ser escravo".

São os idealistas genuínos, sob a inspiração alta do bem imenso, que acendem a chama da ação objetiva,clareando os caminhos da vitória das causas que empolgam a alma do homem.

É um sofrimento dos mártires e no sacrifício dos heróis que os povos tantas vezes conquistam o direito da independência e afirmam a capacidade de ser livres.

Tiradentes assumiu sozinho responsabilidades a que outros, que só tinha por melhores, refugiram. Deu-se em holocausto ao Brasil, foi imolado para que nascesse a Nação independente. Sua morte não se perdeu no nada, sem consequência, seu sangue não se derramou em vão. Não vacilou no sacrifício, não teve medo do martírio. Primeiro, a Nação liberta. O mais seria acréscimo na sublimidade do amor ao Brasil.

É o supremo destino dos patriotas: viver pela Pátria, morrer pela Pátria, numa fidelidade desinteressada e total, acima de contingências e circunstâncias.

Tiradentes foi um dos muitos pró-homens que Minas deu ao Brasil, desde antes da Independência e pelos tempos em fora.

O vosso legado ao País, mineiros, não tem solução de continuidade. Bendita terra das Minas Gerais, fecunda e generosa, rica do metal de suas entranhas e do insuperável valor dos seus filhos, que na brasiliade da vocação nacional aqui viu nascere e se projetarem em amplos horizontes estadistas e líderes, que sempre encontram sucessores.

Na Colônia, no Império e na República, Minas nunca deixou de ser presença viva e marcante. Nunca permitiu ficasse vago o lugar de matriz de homens públicos, de políticos e de condutores que honraram e honram as tradições sedimentares, geração a geração.

Não há fato histórico de relevo, não se registra acontecimentos de reflexos profundos, no curso da vida política nacional, em que a participação, a contribuição, a iniciativa precursora de Minas não esteja presente, brilhante, eficaz e decisiva.

Minas quis e quer o Brasil uno de corpo e alma, indiviso e igual por todos os tempos a si mesmo. A Inconfidência foi a espontânea e superior oferta, no supremo sacrifício dos mártires, à causa da liberação do Brasil-Colônia. A inconformação aberta ante o domínio estrangeiro, a ruptura das algemas de além-mar se transformaram aqui em atitude pioneira irreversível. Era a demonstração altiva de que não aceitávamos tipo algum de cativeiro. Não nascêramos para escravos de ninguém.

Em 1789, Minas tomou posição avançada no indesviável itinerário da nossa independência política. No processo histórico que culmi-

nou em 1822, o selo de Minas Gerais é uma nota de perenidade patriótica inserida na alma do Brasil.

Mais de século e meio depois, em 1964, Minas deu o primeiro passo, o passo cívico da sublevação armada, legítima e necessária, para nos garantir a continuidade da independência ideológica, isenta de influências estranhas à nossa civilização nacional.

O comunismo era uma ameaça ostensiva, que chegava a proclamar já dispor do Poder, só faltando conquistar o Governo. Infiltrados nos Partidos Democráticos, nas Câmaras Municipais, nas Assembleias Estaduais e no Congresso Nacional, ascendendo a posições de comando, na administração civil e militar, os marxistas cresceram em ousadia e manipulavam escandalosamente os agentes sem máscara e a linha auxiliar da maquinção vermelha, preparando o assalto final, perfeitamente igual a tantos outros golpes que subjugaram nações e povos, que não mais puderam libertar-se.

Entre 1961 e 1964, o Brasil já havia perdido a esperança de redenção, semidominado pelo desatino de muitos, humilhado pela irresponsabilidade de tantos e sustentado, somente pela inabalável fé de tão poucos, que não fugiam a compromissos nacionais básicos, que não capitulavam, nem admitiam ser sócios da catástrofe. A resistência se organizou, dentro do Congresso Nacional, na consciência das Forças Armadas, no espírito do povo, na comunhão da alma democrática da Nação.

Haja sempre, em Minas e no país inteiro, vozes realistas, de alerta e de advertência, para refrescar a memória dos que esquecem o passado de pesadelo e para apontá-lo claramente aos moços, aos filhos que não viveram o drama dos pais, com vistas a que procurem conhecer, em extensão e profundidade, o Brasil que a Revolução encontrou, falido e acuado pela subversão.

É muito importante que a juventude, fruindo a ordem, a tranquilidade e o progresso de hoje, se interesse em certificar-se da melancólica verdade de ontem, quando a estagnação e a anarquia infelicitavam a Nação que o Movimento de Março redimiu.

Debrucem-se os moços sobre os anais da História recente do seu país. Não se lhes pede que aceitem, de plano, a palavra dos mais velhos. Concitamos a mocidade a pesquisar, a perquirir, a analisar números e fatos. Não se acrede por ouvir dizer. Empenhem-se os moços na verificação direta e objetiva. Saibam o que era o Brasil de 1964 e o comparem com o Brasil de 1975, em todas as frentes: na economia, na finança, na administração, no plano social, na educação, nas realizações materiais, no crédito e no conceito externo. À juventude são inerentes a boa-fé e o idealismo e essas duas forças do espírito lhe inspirarão o dever de fazer justiça.

No território político propriamente dito, a Revolução, por império das circunstâncias emergentes, teria que colocar em nível prioritário a restauração da paz interna e a implantação da estabilidade do regime, pois sem uma e outra nada seria possível construir de duradouro. A agitação sem controle eficaz e a liberdade sem responsabilidade consciente geram a desordem e são o melhor caldo de cultura da subversão.

Num quadro de tranquilidade geral, a Revolução garantiu ao povo brasileiro segurança para o desenvolvimento, que a guerra subversiva tentou comprometer, em ações criminosas subjugadas com a necessária energia.

Vivemos, mercê de Deus, num país em que o ódio não consegue sobrepujar a vocação do povo para a harmonia e a concórdia. Nossa regra irrecusável é a paz, a paz da maioria, se for utópica a paz de todos.

Preservamos nossa filosofia de vida e estamos, felizmente, fora do fogo da violência cruel, que transforma em tragédia diária a vida de indivíduos e de comunidades em quase todo o mundo.

Sem dúvida, há de procurar-se aperfeiçoar a prática do regime de 1964, adaptando-o aos estilos da evolução, que sempre sugere as fórmulas de aprimoramento da democracia. Devemos fazê-lo, porém, com ânimo realista e espírito lúcido, sem jamais colocar em ponto de perigo o direito de o povo brasileiro continuar vivendo em paz, consolidando na estabilidade das instituições políticas o desenvolvimento econômico e social da Nação.

Evoluir e não involuir, rasgar horizontes para a frente e nunca pensar em retroceder. O passado não voltará, de maneira alguma, por vias diretas ou oblíquas.

A Revolução não foi uma simples tentativa de salvação nacional, passageira e breve, a ser abandonada agora ou depois. Como disse o Presidente Ernesto Geisel, a Revolução continuará. Ela é um sistema atuante de afirmação política permanente, de raízes aprofundadas e aprofundando. É reforma ininterrupta, é modernização contínua, é desenvolvimento integrado, sob o comando firme e clarividente do Presidente da República.

Todos os anos, a 21 de abril nesta cidade de Vila Rica de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto, reúnem-se os mineiros e chamam os seus patrícios de outros rincões para reverenciar a memória de Tiradentes. É bom que assim aconteça, pois se mostra que os feitos coletivos vivem e sobrevivem, partes que são de nossa individualidade e de nossa fisionomia.

Minas Gerais exerce com este culto cívico o papel integrador que lhe deu a sua geografia e revive ensinamentos que foram de ontem e são de hoje, pois a história se encarrega de reproduzir, sempre em plano mais alto, situações que de nós exigem as virtudes de coragem e de temperança, que foram as de Joaquim José da Silva Xavier. É a Tiradentes que hoje estamos aqui para, mais uma vez, tomar como exemplo de vitalidade da nossa idéia nacional e de que a sua sobrevivência depende dos sacrifícios que saímos fazer, para que a Nação mude sem se desfigurar e cresça conservando a sua personalidade única e inconfundível.

Neste momento, em que para Minas se volta o pensamento de toda a Nação, em nome do Presidente Ernesto Geisel transmito aos mineiros, na pessoa do Governador Aureliano Chaves, votos fraternos de paz, bem-estar e progresso.

Que o Altíssimo inspire sempre os filhos de Minas Gerais, no esforço sem pausa pela felicidade do Brasil."

**EDITORIAL DO JORNAL TRIBUNA DO CEARÁ,  
DO DIA 18 DE ABRIL DE 1975, NO QUAL SÃO TECIDAS  
CONSIDERAÇÕES RELACIONADAS COM OS INTERESSES DA INDÚSTRIA TÊXTIL DO NORDESTE,  
QUE SE PUBLICA NOS TERMOS DO REQUERIMENTO Nº 166/75, DE AUTORIA DO SR. SENADOR  
MAURO BENEVIDES, APROVADO NA SESSÃO DE  
30-4-75:**

#### GOLPE CONTRA O NORDESTE

O Jornal Nacional da TV Globo, transmitido em cadeia com a TV—Verdes Mares, noticiou, na semana p. passada, que se cogitava de enviar ao Conselho de Desenvolvimento Econômico um projeto de resolução em que propõe a proibição da implantação de novas indústrias de fiação e tecelagem no Nordeste.

A medida é de tal forma esdrúxula que custa acreditar esteja em cogitação. A adoção de tal providência constituiria uma formal contradição à política econômico-social do Governo da União que, ao examinar as alternativas da economia nordestina, identificou a criação de um polo têxtil como fator de impulsionamento industrial absorvente de volumosa e boa produção algodoeira. Dentro do programa de estímulo à agroindústria e nos planos do POLONORDESTE, o algodão tem posição destacada, como riqueza primária básica, cujo plantio racional se procura promover. O Governo tem manifestado reiteradamente essa preocupação, que

se revela no deferimento de amplos e variados recursos e assistência técnica aos cotonicultores. Essa ajuda nos sensibiliza, mas não a desejamos mutilada, pelo impedimento de industrializar o algodão que produzimos, usando o instrumento criado pelo Governo central para nos desenvolver — os incentivos fiscais.

O Nordeste produz 35% do algodão no País e industrializa apenas 13%, nos quais o Ceará participa com cerca de 3%. Por que nos impedirem de industrializar em maior volume a matéria-prima que produzimos, se precisamos agregar-lhe os valores da manufatura e dar maior número de emprego aos nossos irmãos?

Essa vedação seria uma pedra no caminho da redução dos desniveis regionais que o Presidente Geisel persegue com obstinação patriótica.

O Brasil tem em funcionamento, mais ou menos, 4.000 furos dos quais 600 no Nordeste. Existem projetos em estudos na SUDENE, que aumentariam os furos desta região para 2.000 — e que nos daria uma participação razoável no setor de fabricação de fios e tecidos.

Vale acentuar-se que uma boa parcela dos furos existentes no Centro-Sul são obsoletos, por longo desgaste, enquanto que as fábricas a serem instaladas no Nordeste contariam com maquinaria nova, moderna e sofisticada. Com essa aparelhagem, a indústria têxtil nordestina, usando algodão de melhor qualidade do que o produzido no Centro-Sul teria maior poder competitivo para enfrentar a concorrência, nos mercados interno e externo. Esta é a perspectiva que o Nordeste vislumbra, sem fantasia com a implantação de um polo têxtil, do qual nos querem privar interesses e forças subreptícios, que pretendem jungir-nos à condição eterna de fornecedores de matéria-prima.

Essa matéria foi ontem muito bem exposta pelo inteligente e prestigioso líder industrial Jaime Machado, na sessão ordinária da FACIC, em que condenou as entidades de classe empresarial a manifestarem ao Presidente Geisel a confiança em que S. Ex<sup>e</sup> examinará o assunto, tendo presente suas repercussões sociais e econômicas negativas no Nordeste. Vários diretores presentes à reunião tomaram parte nos debates, concordando em que se deveria tomar uma posição harmônica em defesa do Nordeste ameaçado por uma restrição injustificável.

O Presidente José Afonso Sancho aplaudiu o alerta de Jaime Machado e, com apoio unânime, deliberou que a FACIC se dirigiria ao Presidente Geisel, fazendo uma exposição clara do problema e diante do mesmo, a posição das lideranças empresariais do Nordeste.

No decorrer da sessão, o Senador Mauro Benevides comunicou telefonicamente aos líderes José Afonso Sancho e Clóvis Arrais Maia que, hoje, abordara o tema no Senado, condenando a medida anunciada e mostrando seus resultados desastrosos para a economia do Nordeste. O dinâmico Senador cearense recebeu vários apartes, em favor de sua tese, destacando-se um do Senador Agenor Maria, do Rio Grande do Norte, que declarou haver a simples notícia veiculada pelo Jornal Nacional causado grande desalento e in tranquilidade em seu Estado, onde se projeta a instalação de um grande complexo têxtil.

Os tecnocratas que sugerem essa proibição invocam como pretexto a crise da indústria têxtil, que não é institucional, nem setorial, mas episódico-conjuntural. Por isso, não é monopólio do Nordeste, nem do País, pois abrange todo o mundo capitalista. Pretender contorná-la ou vencê-la pondo algemas nos pulsos do Nordeste é que se não justifica. A crise na manufatura algodoeira será ultrapassada quando forem afastadas as concausas que perturbam a economia mundial. Isso não depende de nós e, muito menos, da punição que se quer impor ao Nordeste, impedindo-o de explorar uma vocação fabril natural, com utilização de matéria-prima abundante e de ótima qualidade produzida.

Temos, felizmente, a convicção segura de que o Presidente Geisel, ao conhecer o assunto em profundidade, negará sua chancela a soluções de gabinete, que ignoram e agredem a realidade econômico-social do País.

**PRONUNCIAMENTO DO GOVERNADOR DO PARÁ, PROFESSOR ALOYSIOS DA COSTA CHAVES, NO DIA 25 DE ABRIL DE 1975, QUANDO DA REUNIÃO DOS GOVERNADORES DOS ESTADOS E TERRITÓRIOS DA AMAZÔNIA, COM O MINISTRO MAURÍCIO RANGEL REIS, POR INICIATIVA DO MINISTÉRIO DO INTERIOR, COM O OBJETIVO DE SEREM APRESENTADOS OS PROGRAMAS DE TRABALHO PARA A REGIÃO NOS DIVERSOS SETORES DESSE MINISTÉRIO, QUE SE PUBLICA NOS TERMOS DO REQUERIMENTO Nº 173/75, DE AUTORIA DO SR. SENADOR CATTETE PINHEIRO, APROVADO NA SESSÃO DE 30-4-75:**

### OBJETIVOS DO PLANEJAMENTO ESTADUAL NO PARÁ

#### 1 — Economia em Mudança

O Governo que se instalou no Pará para administrar a coisa pública e coordenar os interesses do povo, no período de 1975 a 1979, defronta-se com uma economia dotada de alta potencialidade, extremamente promissora, por um lado, mas que se mostra ainda fraca do ponto de vista estrutural e do nível de renda atingido, bastante desigual quanto à participação dos diversos grupos sociais no bem-estar geral e com graves problemas público-financeiros a superar.

Mudanças singulares começam a preparar seu curso, levando a crer que em breve irá desencadear-se uma transformação profunda no processo paraense de crescimento. Essa transformação poderá significar um rompimento dos canais tradicionais de nossa evolução econômica, até aqui morosa e regular, com o advento de uma descontinuidade estrutural, em que poderosos impulsos dinâmicos atinjam o sistema dos setores da mineração do ferro e da bauxita; do calcário e do sal-gema; das indústrias eletrotérmicas e eletrolíticas; da expansão, modernização e industrialização crescente da produção madeireira; da criação do gado e moderno preparo de carnes, inclusive para exportação; das lavouras de base agronômica comprovada, como o dendê, o cacau, o arroz, a cana-de-açúcar e a pimenta-do-reino, sem falar da juta e malva e talvez do café, do algodão, do caju e da borracha.

A previsão, realizada por organismos federais insuspeitos, baseia-se não só nas descobertas recentemente corroboradas de vastos recursos em minérios, potencial hidráulico abundante, áreas florestais riquíssimas, manchas de solos aptos a diferentes tipos de lavoura e grandes espaços para o gado no cerrado e cerradão, como na resposta que tais recursos contêm às instigações do mercado mundial e da área mais desenvolvida da economia nacional, cuja procura foi suficientemente estudada.

Não é sem razão que a SUDAM passa agora a reputar a Amazônia como uma região pioneira em fase de mudança, conceito que não substitui mas domina o de área-problema, ultrapassando-se o preconceito de invencível complexidade das questões do desenvolvimento amazônico.

Não é este o momento de dar o balanço nos fatores responsáveis pelas novas expectativas. Cumpre apenas assinalar, por justiça, que o papel desempenhado pelo Governo Federal e suas agências no Pará, nos últimos anos — mas em rigor desde a instalação da SPVEA em 1954, da criação da Universidade em 1957 e da legislação de incentivos fiscais (1963-64) — tem sido decisivo. A iniciativa privada foi chamada a uma função distinta da que tradicionalmente exercera e vários empresários responsáveis, da terra como de fora, souberam aceitar o desafio.

Antes mesmo de iniciar-se a construção da Transamazônica, sinais de recuperação e mudança emergiram. Durante 1969, por exemplo, a taxa de crescimento da Renda Interna Real do Pará (exclusivo Amapá), levantada pelo IDESP, alcançara 15%. A renda per capita, que fora de 132 dólares em 1960, passava em 1969 a 150 dólares a preços constantes.

O conjunto da Região Amazônica reagiu positivamente, conforme dados, se bem que muito preliminares, da Fundação Getúlio Vargas. Se entre 1965 a 1966 a taxa de crescimento de economia regional foi negativa (-0,5%), em 1972 cifrou-se em 8,7%, ascendendo a Renda Interna a mais de 3,5 bilhões de cruzeiros a preços de 1970, em comparação com os 2,2 bilhões de 1965.

Apesar disso, a economia paraense continua a atrasar-se relativamente à brasileira. E a inferioridade do sistema regional traz a marca das grandes disparidades na distribuição da Renda ainda vigorante no país (Quadro 1).

#### QUADRO 1

**BRASIL — Relação entre a renda per capita das diversas regiões com a média nacional — 1968.**

Regiões	Renda per capita	
	Cr\$ 1.00	%
Norte .....	447	54
Nordeste .....	395	48
Sudeste .....	1.224	148
Sul .....	816	99
Centro-Oeste .....	496	60
Brasil .....	828	100

**Fontes — FGV e Fund. IBGE.**

Em 1960, a renda per capita do Pará (inclusive Amapá) representava 64% da brasileira. Em 1968, caíra a 54%. Em 1969, não representou mais que 58%. Esse declínio relativo da renda média está coerente com a evolução da Renda total da Região: a participação da Região Norte no conjunto da Renda Interna do Brasil anda persistentemente em torno de 2%, como ocorreu em 1959. Entre 1965 e 1972, acentuou-se a distância entre a economia amazônica e a brasileira, como se depreende do

#### QUADRO 2

##### Brasil e Região Norte

**Evolução da Renda Interna a preços constantes de 1970**

Anos	Renda Interna (Cr\$ 1.000)		Índice (1970 — 100)	
	Brasil	Norte	Brasil	Norte
1965	109.735.202	2.216.341	70	67
1966	115.333.937	2.204.555	73	69
1967	120.853.816	2.224.304	77	70
1968	132.114.370	2.610.045	84	82
1969	144.021.538	2.810.402	91	88
1970	157.710.839	3.185.313	100	100
1971	175.752.959	3.261.761	111	102
1972	195.072.537	3.545.890	124	111

Dados brutos do IBRE/FGV (DCS), ainda preliminares e sujeitos a retificações.

Obs. (a) — A componente da Renda Interna relativa ao Setor Agrícola refere-se ao Valor Bruto da Produção, não tendo sido deduzido o consumo intermediário. (b) — Não estão incluídas no cálculo da Renda Interna no Setor Industrial as atividades de Constru-

ção Civil e de Serviços Industriais de Utilidade Pública, nem os dos Autônomos do Setor.

É, pois, inteiramente propositado preconizar a integração da Amazônia no processo de desenvolvimento brasileiro. Se medidas urgentes e corajosas não forem tomadas nessa direção, a distância entre a zona desenvolvida do País e sua Região Norte aumentará aceleradamente.

A integração ganha ainda maior razão de ser quando se considera ao lado dos setores dinâmicos, ora em início de implantação, a existência do chamado setor tradicional, onde impera a realidade multi-secular do extrativismo e da lavoura de subsistência desfasada e predatória.

## 2 — Papel do Poder Público

Está fora de discussão o dever político e moral que o Governo tem hoje perante o processo econômico. Esse dever se executa sob a modalidade de planejamento e coordenação e sob a forma de execução direta de atividades econômicas. Consoante a ética do regime, a ação governamental, numa e noutra formas, tem caráter supletivo em relação à iniciativa privada.

Mas são distintos os poderes da União e do Estado perante a economia, não apenas sob padrões federativos como os vigorantes no Brasil, mas também, por exemplo, em muitos aspectos da atividade governamental norte-americana (cf. Ingram).

Quanto ao comércio e mecanismos de pagamento em nosso País, as autoridades estaduais não dispõem de instrumental de política comercial para ajustar o balanço de pagamentos com o exterior ou com outras Unidades. Foi assim que a Administração local teve que ficar inativa quando o índice de termos de intercâmbio interestadual do Pará caiu de 174 em 1961 para 71 em 1968, período em que no comércio exterior a queda do índice foi ainda mais violenta. Não há barreiras alfandegárias ao comércio interestadual desde o término do Império.

O Estado não tem controle sobre o câmbio. Tampouco exerce condicionamentos sobre a oferta de dinheiro, a qual se ajusta mais ou menos automaticamente às necessidades do comércio com as outras Unidades, e de qualquer forma permanece sob a jurisdição do Governo Central.

O Estado não têm atribuições para selecionar seus imigrantes, incumbindo à União fazê-lo ou não. A política fiscal do Estado só muito secundariamente pode efetuar o nível da atividade econômica, por isso que os impostos de maior impacto sobre o volume da poupança e dos investimentos (impostos sobre a renda, sobre a industrialização, sobre importação, etc.) pertencem ao Governo Federal, que fixa também as alíquotas máximas do principal imposto dos Estados e tem o direito de impor restrições ao sistema local de isenções tributárias.

A política salarial é controlada pela União, que define níveis mínimos de salários e intervém sozinha nos acordos salariais e julgamentos de dissídios coletivos em todo o País.

Diversas outras políticas, como a de capitais estrangeiros, prospecção e exploração de recursos minerais, energia, telecomunicações, transporte, etc., estão sob comando da União, com reduzida interferência estadual.

A orientação das despesas públicas, inclusive, compras governamentais de bens, e a capacidade de manipular, embora restritivamente, os impostos de sua competência, constituem os únicos instrumentos de política econômica à disposição dos Estados. São importantes, se a economia estadual é vigorosa, mas significam muito quando ela é fraca e atrasada.

Tal divisão de poder vem correspondendo, na prática, a uma divisão de graus de responsabilidade quanto à aceleração e resultados do desenvolvimento econômico.

Um quadro análogo, mas com diferenciações importantes em alguns aspectos, ocorre no tocante a setores menos diretamente ligados à economia: a educação e a cultura, a saúde, a segurança civil e a

assistência social. Nestes últimos, o papel atribuído ao Governo Estadual, ao invés de subsidiário, tende a tornar-se principal.

Em resumo, no que tange ao desenvolvimento dos negócios da economia privada e à realimentação das condições que os propiciam, o Governo Federal detém o papel dominante, cabendo ao Estado uma função subsidiária, quase sempre de índole executiva. No que concerne às funções de bem-estar, vinculadas diretamente ao desfrute de certos serviços básicos pela população estadual, a dominância de responsabilidade é conferida ao Estado, sob orientação e com a colaboração do Governo Central.

Não vem ao caso indagar se essa divisão de responsabilidades é a ideal e se é a que melhor corresponde à repartição dos tributos entre a União e os Estados. Importa, pelo momento, que a programação do Governo Estadual leve em conta o estrito alcance e limitações a que está de direito adstrita. E que, por outro lado, se disponha a todo o esforço possível para colaborar com o Governo da União, no desempenho de suas altas tarefas.

Para esse fim, será útil recapitular que objetivos tem o Governo Central relativamente à Amazônia, no período de 1975 a 1979.

## 3 — A Estratégia Federal para 1975-79

Os objetivos da União com respeito à Amazônia acham-se expostos e desenvolvidos no II Plano Nacional de Desenvolvimento que, em conjunto com a Polamazônia constitui o enquadramento de toda a ação federal no próximo quinquênio dentro da Região.

A matriz que inspirou o II PND e, parcialmente, o Polamazônia, no que concerne à Região, foi o II Plano de Desenvolvimento da Amazônia 1975-79, mais conhecido por PDA e elaborado pela SUDAM.

### Modelo Amazônico de Desenvolvimento

Como mostra a Ilustração 1, o modelo do PDA pretende que o crescimento da Região se faça intencionalmente desequilibrado do ponto de vista setorial, e que, a política federal se dirija a acentuar esse desequilíbrio, privilegiando os setores dinâmicos com reforços e estímulos. Trata-se de tirar partido de vantagens comparativas com que aqueles setores podem concorrer no mercado mundial e nacional. A concepção, embora até certo ponto original, consagra a tese histórica de que o crescimento tem sido sempre uma sucessão de desequilíbrios setoriais.

Por outro lado, consciente de que o desequilíbrio acarreta profundas distorções, particularmente em uma economia onde o capital e os recursos humanos qualificados são escassos, o PDA propõe uma série de "complementações e correções" ao modelo básico, de modo que o modelo total de política econômica passa a compreender (a) reforços estímulos às atividades dinâmicas e às atividades de apoio inerentes, e (b) medidas corretivas das distorções.

Tanto quanto possível, as medidas corretivas estão concebidas menos como novas transferências federais de favorecimento, do que como procedimentos de redistribuição que a própria economia regional estará em condições de possibilitar quando em fase mais avançada. Assim ocorre com os fundos de reinversão setoriais, que visam simultaneamente à tecnificação crescente dos setores de onde serão captados e a outros objetivos de interesse geral — num esquema semelhante ao da "conta-café", "conta-cacau", etc.

### Modelo de Ocupação

Integrado ao modelo geral, o de ocupação pretende que o uso da terra da Amazônia observe regras de economia que se aproximem o mais possível da otimização de recursos. O PDA faz reservas ao tipo de colonização que o Governo Federal vinha implantando na Transamazônica; opõe restrições à insuficiente seletividade do imigrante e mesmo ao tamanho da imigração (não qualificada) preconizada nos primeiros decretos do Executivo. Sustenta que, independentemente dos aspectos humanos envolvidos, o fluxo de grandes massas do Nordeste (I) não resolve o problema do nordestino

emigrante (II) cria sérios problemas a longo prazo na Amazônia, pelo despreparo do imigrante, agente da conhecida agricultura itinerante, e (III) não atende aos interesses da revisão da estrutura agrária que a legislação federal prevê instituir-se no Nordeste do Brasil.

A partir dessas premissas, propõe que a ocupação se realize em **áreas preferenciais para o desenvolvimento setorial**. Essas áreas foram selecionadas pelo intercruzamento de conclusões sobre estudos de setores com resultados de investigações sobre o espaço, solos, clima, distância do mercado, acessos atuais ou projetados, etc., e na sua escolha pretendeu-se aproveitar ao máximo a infraestrutura urbana já existente.

Várias dessas áreas se situam em território paraense, prevendo-se zoneamento para madeiras, pecuária, exploração de recursos minerais e lavouras selecionadas.

Tenciona o PDA lançar condições de rápido crescimento dos setores atual ou potencialmente dinâmicos de modo que o próprio processo de crescimento eleve progressivamente as taxas de absorção de mão-de-obra hoje ocupada no extrativismo. Quanto a este, a política é de "tolerância - regressiva".

Com essa estratégia, o Plano parte para a definição de diretrizes Setoriais e Programas, terminando pela apresentação de projetos, públicos ou da iniciativa privada, estimados, para o quinquênio, num total de aproximadamente 42 bilhões de cruzeiros, ou 6 bilhões de dólares.

#### 4 — O Planejamento Estadual

Como se vê, o modelo que vem de ser resumidamente apresentado tem fortes raízes nos interesses da economia nacional. Dá ênfase aos problemas de balanço de pagamentos internacionais do país, conferindo absoluta prioridade aos setores que direta ou indiretamente resultarão em liberar divisas (exportação de madeiras, carnes, produção de ferro, alumínio, etc.).

Verdade que não se trata de um modelo banal primário-exportador, por isso que o PDA prevê a progressiva introdução do maior grau possível de elaboração das matérias-primas, inclusive bens minerais. Mas, dada a posição que se garante aos setores privilegiados, as atividades tradicionais de lavoura, extrativismo e pesca artesanal, de que se sustenta a grande massa do interior do Estado, ficarão em plano evidentemente secundário e só a um prazo muito longo deverá refletir sobre seus agentes o efeito de modernização da economia através principalmente de sua lenta absorção pelos setores de ponta.

Enquanto isto, num lapso de tempo que ainda não se pode precisar, persistirá o problema da educação, saúde, habitação e assistência social aos que exercem aquelas atividades e sobretudo aos seus dependentes.

Ora, a mão-de-obra ocupada em 1970 no setor primário da economia paraense — que grosso modo pode considerar-se tradicional — compreende 347.161 indivíduos, o que representa 56% da população ativa do Estado, esta por seu turno recenseada em 630.314 pessoas. Só no extrativismo ainda restam 66.098 agentes, incluindo cerca de 26.000 pescadores e caçadores. Se se estima em 3,4 o número de dependentes de cada produtor primário, a população com interesse diretamente envolvida nas atividades primárias tradicionais e cujo nível de bem-estar está em jogo resulta superior a 1.500.000, montante que se aproxima do total de habitantes do Estado do Rio Grande do Norte e representa quase três vezes a população do Distrito Federal ou duas a de Sergipe.

Ocorre que os vínculos do setor primário com numerosos ramos da indústria, do comércio e serviço, ainda são bastante sólidos, de modo que parte dos ocupantes do secundário e do terciário, com suas famílias, ver-se-ão também afetados por toda política que os relegasse, em definitivo, a segundo plano.

E sobretudo aí que entra o papel fundamental do Governo paraense. Sua lealdade para com a União deve ser conexa de sua fidelidade e zelo pelas populações residentes, ambas exercidas de modo a compor interesses, evitar atitudes mutuamente prejudiciais, compensando o mais possível, através de políticas de bem-estar, as distor-

ções intra-estaduais que o modelo federal de desenvolvimento, fundado em vantagens comparativas, normalmente acarretará.

Por outro lado, o modelo federal, que o Estado apoiará, conta com ou depende de volumosas entradas de capitais que pertencem a não-residentes na Região, e assim é de prever forte refluxo da renda aqui gerada para outras regiões do País ou do exterior. Faz-se então necessário, para preservar uma razoável participação dos residentes nos frutos do progresso técnico e econômico, concertar com a União medidas compensatórias adequadas.

Finalmente, a modernização e tecnicização da economia local, certamente desejáveis, não deixam de inspirar cuidados quanto a aspectos ecológicos. Particularmente no tocante à poluição das águas e à necessidade de conservar a vida e a saúde de espécies aquáticas excelentes para a nutrição humana, a localização de grandes complexos industriais terá que proceder-se de maneira bem orientada e seletiva.

#### Objetivos

Em suma, os objetivos que se extraem do exposto são assumidos pelo Governo do Estado no seguinte elenco de fins:

I — Colaboração decidida com a União no sentido da implantação do modelo de vantagens comparativas. Se, tanto por falta de recursos financeiros como de competência legal, o Estado se vê privado de realizar um papel pioneiro e tem que renunciar a pretensões de grande investidor, isto não significa seu alheamento do processo. Longe de se omitir, propõe-se a uma co-liderança administrativa no processo de desenvolvimento econômico em regime de estreita cooperação com o Governo Federal.

II — Empenha-se na mobilização de recursos de outras regiões e países para investimentos no território estadual, de modo a garantir a efetivação das expectativas de dinamização da economia.

III — Concentrar esforços nas funções relativas ao bem-estar das populações com interesse nas atividades tradicionais, não para estimular a perpetuação dessas atividades na forma atual, mas para facilitar, na fase de transição a sua passagem a longo prazo ao setor moderno, com um mínimo de fricção e sofrimento possível e com o máximo possível de preparação, extensão e treinamento.

IV — Compor com a União um regime de mecanismos capazes de compensar o Estado pelas distorções que o modelo federal proporciona, em particular quanto à magnitude do refluxo de renda de não-residentes.

V — Zelar por condutas ecológicas adequadas, em colaboração com órgãos tecnicamente qualificados, de modo a harmonizar os interesses do desenvolvimento industrial, madeireiro, pecuário, mineral e da pesca oceânica com a proteção ecológicamente recomendável dos recursos naturais existentes.

VI — Fortalecer e desenvolver o sistema estadual de educação e cultura, saúde, segurança civil, previdência coletiva e assistência social.

VII — Realizar empreendimentos claramente determinados de grande significação local, como a abertura de certas vias e a organização da Área Metropolitana de Belém.

#### Recursos Financeiros e Máquina Administrativa

Para atingir esses objetivos e enfrentar os problemas intermediários no prazo previsto, o Poder Público Estadual se acha insuficientemente preparado, quer do ponto de vista financeiro, quer do ponto de vista de máquina administrativa. É assim que a questão dos meios e da máquina assume relevância absolutamente fundamental na planificação do Estado.

No que concerne às finanças, ver-se-á que a arrecadação tributária do Estado em 1974 não atingiu a 200 milhões de cruzeiros. Esta baixíssima quantia é aproximadamente equivalente aos 133 milhões arrecadados como atributos em 1972, ano em que a renda tributária paraense representava um centésimo (0,01%) da paulista (v. Quadro 3).

## QUADRO 3

Receita arrecadada por diversos Estados  
- 1972 -

(Cr\$ 1.000)

Estados	Total	Tributária
Pará .....	309.328	133.436
Bahia .....	994.112	529.977
Minas Gerais .....	3.137.251	1.713.810
Espírito Santo .....	303.654	192.088
São Paulo .....	13.703.246	11.323.439
Paraná .....	1.459.751	1.262.438

Fonte — IBGE

A receita total de 1974, incluindo todas as transferências federais, foi orçada em Cr\$ 504 milhões. Enquanto isso, a despesa é de Cr\$ 554 milhões, acusando um déficit de Cr\$ 50 milhões (10%). Em 1973, o déficit tinha sido de Cr\$ 43,8 milhões. Em 1975, o déficit orçamentário alcança a Cr\$ 99,7 milhões. Na realidade o déficit é superior a 150 milhões de cruzeiros, pois há a considerar despesas criadas após a aprovação da lei orçamentária, em serviços ainda não implantados, além de outros encargos da administração indireta. O déficit é praticamente de 1/4 da receita total, ou cerca de 3/4 da arrecadação tributária de 1974. Ter-se-á, assim, o maior déficit orçamentário antes ou depois de 1964, data em que se iniciou a recuperação da abalada economia do País.

Na elaboração da proposta orçamentária para 1975, seus autores só puderam aconselhar a cobertura do déficit através de operações de crédito. Até que ponto o conselho é viável, eis o problema. Recentemente, o Estado contraiu, junto ao European and Brazilian Bank e ao Crédit Comercial de France dois empréstimos no valor total de 20 milhões de dólares. A projeção dos encargos decorrente dessas operações, com atualização da taxa cambial presumida, revelou compromissos da ordem de 198 milhões de cruzeiros no período de 1975 a 1979, entre amortizações, juros e comissões — isto é, uma despesa anual média de Cr\$ 40 milhões.

Acrescente-se, ainda, recente empréstimo da ordem de 15 milhões de dólares, para construção da rodovia PA-82, que ligará Belém a Marabá no Tocantins. Nessas condições, a capacidade de pagamento externo do Estado apresenta-se extremamente fraca e pouco encorajadora para novas fontes de financiamento.

Se se recordam outros compromissos potenciais, a que a Administração Direta do Estado não deverá fugir, como o déficit da Companhia de Saneamento do Pará, estimado em mais de Cr\$ 118 milhões para 1975-79, ou obrigações anuais intransponíveis, como a de transferências de fundos para os Municípios, percebe-se o bloqueio financeiro que ata, por enquanto, as mãos do Governo.

Constitui uma facilidade não terem as finanças estaduais regredido ao estado crítico dos anos da Primeira Guerra, quando a imponuclear nas obrigações e a suspensão dos pagamentos ao funcionalismo se tornaram regra. Mas este é um risco não de todo remoto, se as dificuldades do Tesouro não forem atendidas a tempo e com a devida prioridade pelo Governo. Basta referir que, para não faltar à pontualidade nos últimos anos, o Estado do Pará remunera mais de 91% de seu pessoal com ordenados inferiores ao salário mínimo legal da Região, sabidamente insuficiente para um padrão condigno de existência. Nem tem podido o Estado cumprir lei federal expressa que determina o pagamento de 130% do salário mínimo regional às professoras normalistas e 75% às de formação incompleta.

Por vezes, as restrições legais às despesas de custeio, aliada a uma intenção de monumentalismo, têm dado origem a obras e investimentos que, após a instalação, mal podem ser mantidos.

Compreende-se que funcionários mal pagos, inclusive com violação à lei federal, não possam dedicar-se às suas tarefas com a devoção exigida. Nem pode a máquina administrativa do Estado recrutar pessoal altamente qualificado para os postos onde se tornam necessários, salvo quando o amor à terra, o sacrifício ou fontes patrimoniais de rendimentos lhes compensam subjetivamente os reduzidos vencimentos vigorantes.

O problema financeiro do Estado está em parte ligado ao desempenho da máquina. A evasão tributária, por exemplo, pode atribuir-se mais ao desaparelhamento do sistema de arrecadação do que a atitudes dolosas e sonegáveis do contribuinte.

A melhoria qualitativa da máquina poderá pois redundar em aumento de receita tributária. Mas, como esta significa apenas 31% da receita total, o Governo chama a si com firme decisão a responsabilidade de soluções ainda mais profundas do que o aperfeiçoamento, também previsto, do sistema arrecadador.

## Fases do Planejamento

Já se tornou um lugar comum que o planejamento é um processo. As Diretrizes de Ação, fixadas para o nosso quatriênio, constituem o primeiro passo do processo paraense de planejamento para 1975-79. Corporificam uma tomada de consciência em que estão diagnosticados os problemas básicos do Estado, tal como captados pela observação externa, fruto de um trabalho técnico realizado em poucos meses, com ampla colaboração de especialistas residentes no Pará e fora dele.

A posse do novo Governo permitiu-lhe aprofundar o diagnóstico, reavaliar e talvez ampliar os objetivos, desdobrar as diretrizes, selecionar projetos e atividades e ir levando decididamente à execução as deliberações específicas.

Mas era necessário não chegar à Chefia do Executivo sob o impacto da perplexidade, sem rumo nem norte; ter idéias claras sobre a envergadura e hierarquia dos problemas; assumir uma estratégia definida, cujos princípios, embora possíveis de realimentação periódica, pudessem orientar toda a ação do Governo no quatriênio sob sua responsabilidade e para um ano além, permitindo ao Governo sucessor prosseguir numa linha de continuidade.

Eis por que se concebeu o planejamento estadual, para o período de 1975 a 1979, dentro da seqüência a saber:

1ª etapa — Até a Posse — Conceituação geral. Funções do Governo do Estado perante o sistema econômico-social. Levantamento dos problemas básicos. Recapitulação da estratégia federal de desenvolvimento. Definição da estratégia estadual. Estudos sobre setores e organização nacional do espaço. Formulação das Diretrizes de Ação do Governo do Estado do Pará para 1975-79.

2ª etapa — Da posse até dezembro/75 — Início de Implementação das Diretrizes. Revisão dos graus de hierarquia e urgência dos problemas. Aprofundamento do diagnóstico dos problemas selecionados. Elaboração de programas e dos principais projetos selecionados, inclusive orçamentação. Implantação do Sistema Estadual de Planejamento e Reestruturação do Sistema Estadual de Estatística do Pará — Concepção do Plano de Desenvolvimento do Estado do Pará.

3ª etapa — De janeiro de 1976 em diante — Prosseguimento e ampliação ordenada da implementação dos programas e execução dos projetos. Implantação do sistema de acompanhamento da ação administrativa. E desta forma que, já vencida a primeira etapa, as Diretrizes de Ação começam a cumprir o seu papel de racionalizar desde o início a intervenção do Governo no processo econômico-social do Estado. Permitirão elas também, ao setor privado, fazer previsões sobre o comportamento do Governo, de modo a que reorientie ou confirme sua tomada de decisões.

Avançar desde já até o nível de projetos seria transformar a programação governamental numa temeridade e desacreditá-la de pronto por irrealismo. A ambição de tudo planificar, sem pousar nas informações e na experiência que só o exercício real da administração proporciona, resulta em não planejar coisa alguma.

Espera-se, portanto, que esta postura realista, que aceita o planejamento não como um livro acabado, mas como processo de ação orientada, produza resultados efetivamente práticos e úteis e se encontre por isso com as mais profundas aspirações do povo paraense.

Belém, 25 de abril de 1975. — Prof. Dr. Aloysio da Costa Chaves, Governador do Estado do Pará.

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. WILSON GONÇALVES NA SESSÃO DE 29-4-75 E QUE, ENTRE-GUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE:**

**O SR. WILSON GONÇALVES (Ceará) (Promuncia o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Parece-me de todo oportuno abordar hoje, neste Plenário, o problema da educação em nosso País, pela sua fundamental importância e significação, bem como para demonstrar, à luz de dados concretos, o esforço íngreme que se realiza nesse campo em nossa Pátria.

Por certo — devo, de início, deixar bem claro — não alimento a veleidade de apreciá-lo em todos os seus aspectos e ângulos, não só pelas minhas conhecidas limitações...

**O Sr. Ruy Santos (Bahia) — Não apoiado!**

**O SR. WILSON GONCALVES (Ceará) — Muito obrigado a V. Ex... mas ainda pela vastidão e complexidade do tema que a todos empolga e interessa. Demais, longe de mim a intenção de elastrer os termos regimentais da Casa e menos a estóica paciência deste augusto Plenário.**

Não sou técnico na matéria, e isto deculpará algum deslize que venha porventura a cometer, mas como político — que repto também um título hábil — entendo que posso e devo manifestar o meu entendimento e o meu juízo a respeito dessa magna questão.

A educação, como o saber, não tem limites. Quanto mais se a executa, mais campo se abre à nossa frente como se fora horizonte longínquo e inatingível. É uma tarefa grandiosa, que exige constância e muita capacidade de ação.

Creio, talvez, desnecessário realçar o papel da educação na vida dos povos, pois, ao longo da história, desde a mais recuada antiguidade, podemos constatar que exerceram maior influência as nações mais cultas. Não há país desenvolvido que não possua um alto nível cultural, como, pelo contrário, não existe povo subdesenvolvido ou em via de desenvolvimento que não tenha no analfabetismo o maior entrave no caminho da realização de suas legítimas aspirações.

De certo tempo a esta parte, sente-se que não só a mocidade, mas a sociedade em todas as suas camadas, adquire gradativamente a consciência da importância da educação e que é, através dela, que o homem atinge a plenitude de sua personalidade — feixe de direitos inalienáveis — e se transforma em agente do progresso da comunidade a que pertence.

Sei que não estou dizendo novidades, porém tenho a firme convicção de que estou proferindo verdades.

Conhecendo essas premissas, não me posso furtar ao dever de ressaltar, sem exageros, que se não coadunam com o meu modo de proceder, mas com espírito de exatidão, o trabalho sistemático, persistente, incansável, planejado e produtivo que se vem fazendo em nossa terra em favor da educação do povo, após o advento da Revolução de 31 de março de 1964.

Não pretendo fazer cotejos entre épocas políticas diferentes, nem desmerecer o trabalho daqueles que, com êxito ou não, se empenharam, no passado, na luta em favor da educação brasileira. Desejo, sim, no enredo, dar justo relevo ao esforço que o Governo Revolucionário vem empreendendo no sentido da solução do problema.

Antes de examinar o assunto nos setores mais diretamente ligados ao interesse das diversas classes sociais, especialmente as mais desprovidas de recursos, aventuro-me a resumir os pontos car-

deais, que caracterizam o esforço pelo Ministério da Educação e Cultura, durante estes anos, objetivando aperfeiçoar, contínua e progressivamente, os seus instrumentos de ação, através de reformas, programas e projetos postos em execução. Dentre outros, são eles:

- 1 — incremento dos investimentos em educação;
- 2 — criação de Fundos de Recursos, que reforcem as dotações orçamentárias;
- 3 — busca de fundos no Exterior, desde que absorvíveis pelo crescimento natural do orçamento;
- 4 — reforma da estrutura física em que assentam a educação e a cultura;
- 5 — racionalização do ensino nos três graus, com ampliação da faixa etária de incidência do ensino gratuito, profissionalização do ensino em harmonia com a vocação do aluno e a realidade econômico-social do País e a unificação da escola superior na instituição universitária, de organização autônoma e centralizadora;
- 6 — planejamento da atividade educacional especialmente aquelas de que resultem despesas;
- 7 — ascensão do professor em linha vertical em função de sua capacidade profissional;
- 8 — transformação gradual do magistério em profissão principal e única;
- 9 — indissolubilidade entre o ensino e a pesquisa;
- 10 — qualificação e rendimento do ensino;
- 11 — democratização do ensino em todos os níveis, dando, de início, ênfase especial ao secundário;
- 12 — promoção social e cultural do homem no desenvolvimento econômico-social do País; e
- 13 — massificação do processo de ensino para obter contingentes mais elevados.

No setor do ensino primário, chamado atualmente do primeiro grau, o êxito da ação governamental é evidente e incontestável. Neste terreno, o problema alarmante, que deslustrava a imagem do Brasil não só no Exterior, como nos círculos mais esclarecidos do povo brasileiro era o elevado índice de analfabetos, constituindo uma mancha indefensável na nossa paisagem social e humana. A tarefa, que se impunha à sensibilidade do Governo, seria enfrentar com ânimo e decisão o grave problema. Em 1940, 56% da população adulta brasileira era de analfabetos, tendo decrescido em 1950 para 51%. Uma realidade era palpável: a maior causa desse alarmante estado de coisas era a falta de escolas para as crianças brasileiras.

Adotadas várias providências, dentro do diagnóstico assentado, com o investimento maciço nesse setor, permitindo a ampliação dos meios para acolher as crianças em idade escolar e a criação do MOBRAL — nem sempre bem compreendido — a realidade foi modificando paulatinamente a sua fisionomia, de modo que, e em 1970, o índice do analfabetismo no Brasil descia para 33%, e em 1973, para 22%. Em números absolutos, enquanto em 1950 tínhamos 15 milhões de analfabetos, em 1973, tivemos 13 bilhões e 200 mil, apesar do grande aumento da população.

Para esse resultado auspicioso, contribuíram a massificação do processo de ensino e a instituição do MOBRAL. Veja-se a estatística quanto à matrícula e taxa de escolarização do ensino do 1º Grau (de 7 a 14 anos): em 1964, 8.677.077 matrículas (53,08%); em 1969, 12.550.022 (66,76%); em 1971, 14.148.149 (71,17%); e em 1974, 17.558.427 (81,22%). Estes números falam por si só, porque são bastante expressivos.

É dever de justiça uma palavra sobre o MOBRAL. Tendo em vista as suas peculiaridades e principalmente as condições personalíssimas da grande maioria dos que freqüentam os seus cursos, não haverá exagero em dizer que ele prestou, e vem prestando, valiosos serviços à causa da educação no Brasil e contribuindo eficazmente no íngreme esforço nacional para erradicar a marcha do analfabetismo, que tanto nos humilhou até passado recente, mas que, hoje, caminha a passos largos para o seu desaparecimento.

Basta um simples confronto para evidenciar o que afirmo. Se não tivéssemos o MOBRAL, em 1973 não existiriam apenas no País 13 milhões e 200 mil analfabetos, mas, sim, 18 milhões e 500 mil. Chegariam, em 1980, com 28% de analfabetos, quando, já em 1973, temos 22%.

Cabe ressaltar dois fatores que mais influenciaram para esse resultado: primeiro, o alargamento, pela Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971 (Art. 20), da faixa etária em que o ensino é obrigatório e gratuito, nos termos do art. 176, § 3º, item 11, da Constituição Federal, e segundo, a construção de ginásios no decorrer desses anos.

Tendo em vista este extraordinário crescimento de matrículas, era imperativo compatibilizá-lo com o ingresso no 2º Grau, para evitar estrangulamentos. A estatística revela a simultaneidade de ampliação de ofertas de matrícula no 2º Grau. Enquanto em 1968, a matrícula era de 801.075 alunos, em 1973 ascendia à cifra de 1.483.192.

Segundo dados recentes, a expansão do número de matrículas no ensino de 1º Grau atingira, em 1979, 23.000.000, de modo a elevar a taxa de escolarização global de 77% para 90%, no período de 1973 a 1979, realizando o objetivo da universalização do ensino de 1º Grau.

No que se refere ao ensino do 2º Grau, o aumento de ofertas passará de 1.483.192, em 1973, para 2.500.000 em 1979.

A Lei de Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º Graus, votada em 1971 no Congresso Nacional e em cuja elaboração tive a honra de ser o Presidente da respectiva Comissão Mista, operou modificações de grande alcance, destacando-se, dentre elas, as seguintes:

1 — ensino obrigatório dos 7 aos 14 anos, fazendo-se a junção da escola primária e do ginásio para constituir o 1º Grau, ou o curso fundamental;

2 — articulação harmoniosa entre as séries do 1º e do 2º Grau, de modo que um não é mais do que a continuação racional do outro;

3 — a reunião dos chamados "ramos" da escola num só ensino de 2º Grau, em que todas as formas de estudo "especiais" poderão ser desenvolvidas;

4 — o caráter profissionalizante do ensino e a terminalidade do curso de 2º Grau, de modo que, ao fim da adolescência, os alunos possam ingressar na força de trabalho, desejem, ou não, prosseguir estudos de nível superior;

5 — as sondagens de aptidões e iniciação para o trabalho;

6 — a reformulação do ensino supletivo;

7 — a valorização dos professores que, além de poderem aperfeiçoar — se em sua especialização, deverão ter remuneração compatível com o nível de sua capacitação e não pela categoria da classe onde lecionam;

8 — a mudança do ensino verbalístico e academizante para um sistema educativo voltado para as necessidades do desenvolvimento.

Os objetivos primaciais dessa importante Lei, que alterou profunda e racionalmente o ensino médio, ajustando-o às necessidades da realidade sócio-econômico do País, resumem-se a três ordens gerais, a saber:

1 — desenvolvimento do indivíduo (formação do homem);

2 — adaptação à vida Social (formação do cidadão);

3 — participação na vida econômica (formação do produtor).

Não são menores as conquistas no plano do ensino superior.

**O Sr. Ruy Santos (Bahia) —** V. Exº permite um aparte?

**O SR. WILSON GONÇALVES (Ceará) —** Com muito prazer.

**O Sr. Ruy Santos (Bahia) —** Antes de V. Exº passar ao Ensino Superior, eu queria destacar a importância desta reforma no Ensino de Grau Médio, principalmente no que toca ao ensino profissionalizante. Sabe V. Exº que anos atrás — não digo nem no tempo de V. Exº, mas no meu tempo — o ensino na escola primária e no ginásio era um, praticamente do Sul ao Amazonas não havia diversificação de regiões, ou interesse da região; quer dizer, numa área de pecuária deve haver um empenho maior em conduzir o adolescente

para uma profissão dentro do seu meio de vida. Da mesma maneira que numa região industrializada, ou em industrialização, deve-se buscar o ensino para a formação e para preparação da mão-de-obra qualificada. Reputo esse o aspecto mais importante da reforma introduzida no ensino no Brasil.

**O SR. WILSON GONÇALVES (Ceará) —** Agradeço o aparte de V. Exº que, sem dúvida, dá muito maior autoridade às despretensiosas observações que venho fazendo nesta hora sobre o problema educacional no Brasil, visto através da sua execução pelos órgãos competentes.

Tive oportunidade de presidir a Comissão do Congresso Nacional que apreciou e votou o projeto transformado na Lei de Diretrizes e Bases. Confesso a V. Exº, como à toda a Casa, que fiquei realmente empolgado, principalmente como nordestino, com as transformações e os objetivos dessa reforma.

Até pouco tempo eu dizia que todo nordestino precisa de um título para poder viver. Mas, com a minha permanência nesta Casa e nesta região, por já doze longos anos, posso constatar que até mesmo em São Paulo, que é uma coisa diferente de nós outros, é também importante um título profissional. Hoje o título tem valor tão exagerado que, às vezes, se exige o título e se dispensam os conhecimentos do portador dele.

Evidentemente a observação de V. Exº focaliza, a meu ver, o ponto fundamental da Reforma a que estamos nos referindo.

Há pouco tempo o aluno terminava o Curso Clássico ou Científico, hoje do Segundo Grau, e nem sempre tinha possibilidade de enfrentar o vestibular muitas vezes por falta de recursos materiais. E ficava um homem com a cabeça cheia de muitas idéias e de muitos conhecimentos, às vezes, até mesmo acima do normal dos seus contemporâneos, no entanto não sabia exercer qualquer profissão. Então era um conhecimento que não tinha um sentido de cooperação para o esforço nacional. Com a terminalidade do Curso do 2º Grau o aluno cria para si duas opções: ou ingressa na Universidade ou, sem prejuízo desse ingresso, passa a exercer uma profissão.

Realmente o Brasil será um grande País quando todos os brasileiros tiverem Curso Secundário completo.

**O Sr. Jarbas Passarinho (Pará) —** V. Exº me permite um aparte, nobre Senador Wilson Gonçalves.

**O SR. WILSON GONÇALVES (Ceará) —** Com muito prazer.

**O Sr. Jarbas Passarinho (Pará) —** Gostaria de pedir o teste-munho de V. Exº, como Presidente que foi da Comissão, para o fato de que, neste Congresso, se alterou o texto da Mensagem presidencial, quando essa Mensagem era apenas cautelosa em relação à terminalidade mostrava as intenções de fazê-la, mas não tornava obrigatória. Foi o Congresso que, em boa hora, tornou obrigatória essa terminalidade de segundo grau. Nesta Casa já ouvimos nobres Senadores falarem, em tom de queixa, que ainda é muito pouco aquilo que nós estamos produzindo em termos de profissionalização e terminalidade ao nível do 2º Grau. Realmente o é, porque se trata de uma lei que tem apenas dois anos de implantação. E o aparte que deu a V. Exº o nobre Senador Ruy Santos e a resposta altamente judiciosa de V. Exº, fazem com que eu me rejubile, por verificar que esta Casa tem, praticamente, um consenso em relação ao ponto fulcral da reforma consubstancial na Lei nº 5.692, que é precisamente conceder a terminalidade ao estudante, para que ele não seja um ex-estudante de 2º grau, — como diz V. Exº, — cheio de informações mas nenhuma formação profissional. E é pena que atualmente nós estejamos vendo, na Câmara dos Deputados, um início de reação com respeito a esta profissionalização. Há muitos interesses contrariados, por trás disso. Não estou, evidentemente, imputando ao Deputado autor dessa idéia, que conheço pessoalmente, qualquer tipo de interesse contrariado. Mas digo que esses interesses contrariados, como é normal em qualquer regime democrático, atuam mediante um determinado grupo de pressão. E uma das dificuldades

está precisamente na questão orçamentária. Assim, acredito que a melhor solução seria tentar obter meio, extra-orçamentário que fosse, numa luta — dramática que ela se caracterizasse, — para a implantação definitiva do ensino profissionalizante.

**O SR. WILSON GONÇALVES (Ceará)** — Sou muito grato pelo aparte de V. Ex<sup>e</sup>. Além de profundo conhecedor da matéria, como revelou ser, através da sua profícua administração à frente do Ministério de Educação e Cultura, V. Ex<sup>e</sup>, reconhece também, no seu aparte, a valiosa contribuição do Congresso Nacional para atingir um objetivo que, a meu ver, como V. Ex<sup>e</sup> bem salientou, é o ponto fundamental da Reforma.

Não sei se apenas para a minha sensibilidade de nordestino, mas acho que é um passo importantíssimo que devemos dar e não devemos mudar sem antes examinarmos os seus resultados. Será — a meu ver, como leigo — um erro imperdoável, que nós alteremos uma reforma tão bem inspirada antes que ela comece a produzir plenamente todos os seus resultados.

**O Sr. Ruy Santos (Bahia)** — V. Ex<sup>e</sup> me permite?

**O SR. WILSON GONÇALVES (Ceará)** — Com muito prazer.

**O Sr. Ruy Santos (Bahia)** — Completando o aparte do Ministro Jarbas Passarinho — e permita S. Ex<sup>e</sup> que, pelo assunto versado, eu o trate como Ministro ...

**O Sr. Jarbas Passarinho (Pará)** — Sou Ministro da ordem terceira. V. Ex<sup>e</sup> pode chamar-me assim.

**O Sr. Ruy Santos (Bahia)** — Completando o aparte do nobre Ministro Jarbas Passarinho, eu diria a V. Ex<sup>e</sup>: ensino profissionalizante que, graças a Deus, vai apagar aquela caricatura da canção popular que diz que somos a terra do doutor, etc.

**O SR. WILSON GONÇALVES (Ceará)** — Agradeço à V. Ex<sup>e</sup> a valiosa contribuição.

**O Sr. Dinarte Mariz (Rio Grande do Norte)** — Permite V. Ex<sup>e</sup> uma aparte?

**O SR. WILSON GONÇALVES (Ceará)** — Com muito prazer.

**O Sr. Dinarte Mariz (Rio Grande do Norte)** — Tenho a impressão de que, de tudo o que se fez até hoje, em relação ao ensino, essa é a parte mais importante da Reforma que nós tentamos até agora. Quando o então Ministro Jarbas Passarinho introduziu essa reforma, fui ao Gabinete de S. Ex<sup>e</sup> para pleitear a instalação de alguns ginásios no meu Estado, o Rio Grande do Norte. Infelizmente, àquela época já estavam reduzidas e comprometidas as verbas que seriam aplicadas nesse setor. Mas o ensino profissionalizante, a que V. Ex<sup>e</sup> se refere, é o grande toque da reforma do ensino, principalmente para nós, do Nordeste. Sabemos que as favelas do Rio de Janeiro e de São Paulo, notadamente, têm sua origem, infelizmente, na nossa região. No dia em que tivermos, realmente, condições de educar a nossa juventude e que ela possa vir para o Centro-Sul do País com uma profissão, estará resolvida grande parte do problema social do Nordeste. Era o aparte que queria dar a V. Ex<sup>e</sup>

**O SR. WILSON GONÇALVES (Ceará)** — Nobre Senador Dinarte Mariz, agradeço a contribuição de V. Ex<sup>e</sup>, que tem uma larga experiência da vida pública. Desejo, ao influxo da sua intervenção, lembrar o que ocorreu comigo, que não sou tão velho, como reconheceu o nobre Senador Ruy Santos. Eu aprendi muita coisa sobre a França, a Inglaterra, enfim toda a Europa, e desconhecia muitas coisas do Estado do Ceará. Exatamente por que o ensino era artificial e não nos ministrava o necessário para viver no meio para o qual nos destinávamos.

**O Sr. Heitor Dias (Bahia)** — V. Ex<sup>e</sup> me concede a honra de um aparte?

**O SR. WILSON GONÇALVES (Ceará)** — Pois não, com muito prazer.

**O Sr. Heitor Dias (Bahia)** — Ainda ontem, num despretensioso pronunciamento que fiz nesta Casa ...

**O Sr. Ruy Santos (Bahia)** — Despretensioso, não: válido e oportuno.

**O Sr. Heitor Dias (Bahia)** — ... — obrigado — tive o ensejo de referir-me elogiosamente à atual reforma do ensino, que tanto se deve à clarividência, à dedicação e ao patriotismo do nosso emblemático companheiro Senador Jarbas Passarinho, então Ministro da Educação. Mostrei, numa passagem do meu discurso, que o ensino profissionalizante, que se efetivou com a Reforma, constitui uma contribuição válida no sentido de evitar a multiplicação em série de menores marginalizados, sobretudo naquela faixa bem grande dos oriundos das famílias pobres. Como elemento integrante daquela grande Comissão, da qual foi V. Ex<sup>e</sup> Presidente, tive também ensejo de apresentar modesta contribuição à tramitação do projeto. Temos de reconhecer que o ensino até então era, como todos têm dito aqui, embora com outras palavras, absolutamente "livresco", fugindo, portanto, à realidade nacional. O aluno chegava ao término do seu Curso Colegial — como disse V. Ex<sup>e</sup> — com conhecimentos variados, praticamente universais, mas muitas vezes sem nenhuma utilidade para sua luta pela vida. Quero portanto congratular-me com V. Ex<sup>e</sup> pela brilhante exposição que está a proferir neste instante ...

**O SR. WILSON GONÇALVES (Ceará)** — Muito obrigado.

**O Sr. Heitor Dias (Bahia)** — ... e desejar que as medidas surjam para que essa reforma seja executada plenamente dentro da orientação da lei, na qual, se porventura, existem pontos negativos, os aspectos positivos os superam, e, por isso mesmo darão maior valor e maior objetividade ao ensino no Brasil.

**O SR. WILSON GONÇALVES (Ceará)** — Sou muito grato pelo aparte, e, como V. Ex<sup>e</sup>, opino no sentido de que é evidente que toda e qualquer reforma, como obra humana, não será perfeita. A sua execução, na prática, mostrará os pontos faihos, aqueles que precisam de retificação, mas o essencial é que a reforma seja aperfeiçoadas, aprimorada, e nunca substituída.

**O Sr. Evelásio Vieira (Santa Catarina)** — Permite V. Ex<sup>e</sup> um aparte?

**O SR. WILSON GONÇALVES (Ceará)** — Com muita honra.

**O Sr. Evelásio Vieira (Santa Catarina)** — Senador Wilson Gonçalves, ouço com atenção a abordagem que V. Ex<sup>e</sup> faz com seriedade sobre o ensino, a educação, neste País e pediria permissão para tecer rápidas considerações.

**O SR. WILSON GONÇALVES (Ceará)** — Pois não, com muito prazer.

**O Sr. Evelásio Vieira (Santa Catarina)** — MOBRAL: obra magnífica realizada neste País, pelo Governo revolucionário, que merece a nossa maior admiração. Outros setores da educação: estão muito aquém do desejado, do necessário ao desenvolvimento do povo brasileiro. V. Ex<sup>e</sup> falou no ensino primário. No meu Estado, Santa Catarina — e provavelmente lá não é a exceção — há carência de escolas, principalmente no interior. Um exemplo: cidades em que as crianças estudam no piso. Num estabelecimento entregue à comunidade, 500 crianças estudando no piso porque não existem carteiras. Ensino profissionalizante: nós participamos, inteiramente, do que foi uma medida arrojada e acertada do Governo, a Reforma do Ensino. Este País só pode desenvolver-se, rapidamente, com a fabricação de mão-de-obra qualificada, de técnicos de nível médio. Em 1969, Santa Catarina procedeu a sua Reforma do Ensino, foi pioneira no País. Entretanto o Governo não tem agido na sua implantação, com a urgência necessária. A lei é excelente, as condições para implantá-la, deficientes, muito distantes das necessidades. Pena que o Ministro da Educação da época, hoje Senador Jarbas Passarinho, não tenha tido tempo ou condições para criar os meios

necessários, também, à preparação de professores para avançar no ensino profissionalizante, neste País.

**O SR. WILSON GONÇALVES (Ceará)** — Agradeço a intervenção de V. Ex<sup>e</sup> que, mais uma vez, atesta a objetividade dos seus pronunciamentos nesta Casa. E, creio que V. Ex<sup>e</sup> salientou aspectos com os quais nós podemos concordar, porque, pelas minhas próprias palavras já proferidas nesta Casa, eu mesmo já reconheci a existência, ainda, de um elevado número de analfabetos no Brasil. evidentemente, estes são exatamente aqueles que ainda não tiveram escolas ou condições de chegar até a escola.

Disse aqui, anteriormente, que — até 1973 — baixamos o índice de analfabetismo para 22%, e sabe V. Ex<sup>e</sup> que é considerado analfabeto, até mesmo pelos parâmetros da UNESCO, aquela pessoa que chega aos quinze anos de idade sem saber ler.

Evidentemente, longe de mim, com a serenidade e a exatidão com que estou examinando o assunto, a idéia de impingir que o Governo tivesse atendido de modo pleno a esse aspecto da nossa educação. Mas, há de reconhecer V. Ex<sup>e</sup> que isto não está, apenas, na vontade do Governo, está na disponibilidade de meios financeiros e mostrarei, mais tarde, no andamento do meu discurso, o esforço do Governo em atribuir, sempre numa escala crescente, maiores recursos à educação no País.

Quanto ao ensino profissionalizante — e eu manifesto a minha alegria em saber que V. Ex<sup>e</sup> comunga com nós outros, no mesmo ponto de vista quanto à sua utilidade social e econômica — evidentemente, desde que votamos a reforma nesta Casa e na outra do Congresso Nacional, verificamos que a sua implantação exigia uma soma apreciável de recursos. Que o Governo só poderia fazê-la por etapas pois não conheço povo ou Governo que possa fazer reformas profundas, assim, num passe de mágica.

Quero mostrar a V. Ex<sup>e</sup>, pelos dados estatísticos que já apresentei, que evoluímos muito, procurando diminuir os pontos negativos da educação brasileira. E o nosso intento dando esse relevo, que me parece de justiça, ao assunto, é exatamente para que o Congresso Nacional, já conscientizado do problema, tenha sempre a oportunidade de mostrar ao Governo a necessidade destinar mais recursos para a educação em nosso País.

Nestas condições, estou de pleno acordo com V. Ex<sup>e</sup> reconhecendo, no entanto, que temos de ser práticos e verificarmos que o Governo não pode distribuir todo o Orçamento apenas para uma Secretaria de Estado.

**O Sr. Evelásio Vieira (Santa Catarina)** — V. Ex<sup>e</sup> permite-me outro aparte?

**O SR. WILSON GONÇALVES (Ceará)** — V. Ex<sup>e</sup> tem o aparte.

**O Sr. Evelásio Vieira (Santa Catarina)** — Senador Wilson Gonçalves, acho que o problema maior é a falta de uma consciência nossa, no Brasil. No ensino profissionalizante, por exemplo, um dos grandes beneficiados é, e será sempre em escala maior, a indústria. Esta, entretanto, não tem reconhecido ou não tem vindo ao encontro da valia e da importância do ensino profissionalizante. Fui prefeito, durante três anos, de Blumenau e assumi a prefeitura sem nenhuma escola profissionalizante da parte do Município. Criei, implantei, coloquei em funcionamento dez escolas e fui ao encontro dos empresários, dos industriais, e não encontrei a sensibilidade devida, a compreensão, a percepção para o valor da obra. Este, no meu entendimento pessoal, o grande problema, a falta de uma consciência nacional para o valor da educação, do ensino profissionalizante.

**O SR. WILSON GONÇALVES (Ceará)** — V. Ex<sup>e</sup> abordou, agora, um tema da mais aguda sensibilidade, porque, a meu ver, V. Ex<sup>e</sup> colocou a educação como um problema da sociedade e não só um problema do Governo. Evidentemente, esta é a colocação. Mas, se assim já estamos conscientizados da finalidade desse objetivo, a nós outros compete, sem dúvida, procurar, pelos meios ao

nosso alcance e pelos processos modernos de comunicação, chegar a essa conscientização exatamente das classes mais favorecidas pela fortuna.

Agradeço o aparte de V. Ex<sup>e</sup>.

**O Sr. Jarbas Passarinho (Pará)** — Permite V. Ex<sup>e</sup> um aparte, nobre Senador Wilson Gonçalves? — E peço desculpas por reiteradamente estar a interrompê-lo.

**O SR. WILSON GONÇALVES (Ceará)** — Para mim é uma grande honra.

**O Sr. Jarbas Passarinho (Pará)** — O aparte é de algum modo justificado pela motivação que representa a intervenção do nobre Senador Evelásio Vieira, com a qual eu concordo. Acho que este final do aparte de S. Ex<sup>e</sup> é, realmente, como V. Ex<sup>e</sup> enfatizou, o grande problema nosso: uma consciência nacional para a prioridade que deve ter a educação, porque a educação é um investimento sem dúvida reprodutivo, mas de longa maturação, e nem sempre impressiona os administradores. Relativamente às deficiências que S. Ex<sup>e</sup> citou, elas existem e existirão ainda, infelizmente, por alguns anos mais, qualquer que seja o êxito dos governos que passem por esta República. Basta ver a série da escolarização que, como sabemos, é uma fração própria, em que temos no numerador, o número de crianças matriculadas e no denominador, o número de crianças que deveriam estar matriculadas, na mesma faixa etária. Quando assumimos o Ministério, apesar de todo o esforço que a Revolução já realizara, essa escolarização representava 68%, o que significa que para cada grupo de 100 crianças, de 7 a 14 anos de idade, 68 tinham escola e 32 não tinham escola. Seriam os futuros analfabetos a que já se referia o Senador Wilson Gonçalves. Já prevíamos que, ao final do mandato do Presidente Médici, deveríamos ter atingido a ordem de 80% nessa escolarização, graças a uma grande lei que veio do Presidente Castello Branco, que é a lei do salário-educação, que tem, ano após ano, crescido de tal modo...

**O SR. WILSON GONÇALVES (Ceará)** — Apreciarei mais adiante.

**O Sr. Jarbas Passarinho (Pará)** — ... — e V. Ex<sup>e</sup> irá apreciar, — que significa um grande auxílio aos fundos orçamentários normais. Quando S. Ex<sup>e</sup>, o Senador por Santa Catarina, cita casos como esse, de crianças estudando sem carteiras, ainda acho que é melhor isto do que nenhuma escola, porque, desgraçadamente, na situação em que estamos no Brasil, não teríamos a opção total da escola perfeita, adequada, ou, então, nenhuma escola. Talvez, a escola que não estiver inteiramente equipada, mas que tenha bons professores, seja suficientemente capaz de modificar o quadro em que vivemos, de subdesenvolvimento educacional. Essas as observações que me ocorrem em relação ao aparte do nobre Senador por Santa Catarina. Muito obrigado a V. Ex<sup>e</sup> por ter-me ouvido.

**O SR. WILSON GONÇALVES (Ceará)** — Eu é que agradeço a V. Ex<sup>e</sup> a sua oportuna e autorizada interferência, esclarecendo, realmente, um ponto que é por todos nós reconhecido.

Mas eu desejaría deixar bem claro que estou aqui, nesta tribuna, com o objetivo de expor a realidade que pude constatar, e não fazer sentir que o problema educacional do Brasil esteja solucionado. Em primeiro lugar, V. Ex<sup>e</sup>s não acreditariam; em segundo, eu não teria coragem para fazê-lo.

Continuando, Sr. Presidente, porque já estou muito preocupado com a maçada aos eminentes colegas (não apoiados), entrarei perfuntoriamente, e, com a permissão de V. Ex<sup>e</sup>s, eliminarei alguma parte, para não cansar, sobre a Reforma Universitária, que teve seu começo em 1966 e se transformou em lei em 1968. Segundo colhi em publicação oficial, "um dos pontos fundamentais da Reforma é a racionalização da Universidade com a finalidade de torná-la mais produtiva e, consequentemente, cada vez mais integrada ao processo de desenvolvimento nacional. Isso significa transformar colégios profissionais numa Universidade real, que opere num sistema integrado

e estruturado, dirigido no sentido de satisfazer vários trabalhos como: promoção de pesquisas científicas, criação e disseminação da cultura e provisão de um treinamento técnico e profissional mais largamente diversificado".

Resumidamente, caracterizam a Reforma Universitária os seguintes princípios:

a) plena utilização dos recursos materiais e humanos, vedada a duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes;

b) integração do ensino e da pesquisa, pela coexistência de ambos em cada unidade ou subunidade universitária;

c) concentração do ensino e da pesquisa básica em unidades que formam um sistema comum a toda Universidade;

d) criação de unidades próprias para o ensino profissional e pesquisa aplicada, congregando áreas afins incluídas no plano global da Universidade;

e) coordenação das atividades de cada curso ou projeto de pesquisa, envolvendo as várias unidades ou subunidades a eles ligadas;

f) institucionalização do sistema departamental, suprimindo-se a cátedra autônoma e reunindo em cada departamento todo o pessoal docente relativo a determinado setor do saber;

g) criação de órgãos centrais de supervisão, orientação e planejamento de todas as atividades da Universidade;

h) instituição do Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva; e

i) incentivo aos Programas de Pós-Graduação.

Lamento que a angústia de tempo não me permita uma análise das atividades do Ministério da Educação e Cultura na implantação dessa Reforma, que vem transformando realmente a imagem, a estrutura e as condições físicas das diversas Universidades espalhadas por todo o Brasil.

Contento-me — malgrado meu — em focalizar o crescimento das matrículas no ensino de nível superior. Em 1968 eram matriculados 278.295 alunos e, em 1973, este número subiu para 836.469. Atualmente, com a incorporação dos alunos classificados nos vestibulares de 1974 e 1975, o número de matrículas acolheu mais de 1 milhão de estudantes. No período de cinco anos — é forçoso reconhecer — o avanço é realmente alentador.

Segundo o plano de ação setorial em áreas prioritárias, a expansão da oferta de vagas no ensino superior atingirá a cifra de 1.700.000 matrículas em 1979, com prioridade para as áreas técnicas, de formação do magistério, das ciências da saúde e das ciências agrárias.

Ao lado disto, a execução de um amplo programa de capacitação de recursos humanos, mediante cursos de aperfeiçoamento, especialização e de atualização didático-pedagógica, abrangendo um total de 11.700 professores no quinquênio.

Deve-se ressaltar, nesse passo, que apesar do considerável aumento de alunos nas várias Universidades, foram adotadas as providências necessárias, inclusive construções de campi e reaparelhamento das Universidades, para evitar que o fato pudesse comprometer a qualidade e o rendimento do ensino ministrado.

Desapareceu aquele detestável ambiente resultante da massa crescente de "excedente" dos tempos passados, onde, a par da natural e compreensível irritação do aluno frustrado, ocorriam, com certa freqüência, insopitáveis movimentos perturbadores da disciplina escolar e, às vezes, da ordem pública. Não obstante tamanho esforço, e como estou fazendo uma análise criteriosa e verdadeira da evolução do nosso País no setor da Educação, devo registrar, com franqueza, que, ainda hoje, as Universidades não têm capacidade para abrigar a totalidade dos estudantes que desejam nelas ingressar, porquanto, além da notória deficiência de anos e anos passados, a própria ampliação dos acessos ao ensino médio, como já salientei neste pronunciamento, acrescida dos contingentes enviados pelo ensino supletivo, majorou excessivamente a demanda nesse particular. Cabe ressaltar, aqui, que será objetivo quase inatingível chegarmos, em pouco tempo, à situação ideal da existência de uma vaga para cada candidato.

A adoção de medidas adequadas e racionalizantes, sob a influência de um inflexível critério de justiça, proporcionou a abertura de oportunidades, em igualdade de condições, para o estudante pobre, que, além de disputar com o aluno rico em um único vestibular, ainda tem a seu favor a faculdade de opção entre cursos da mesma área, para isto contribuindo a circunstância de que o vestibular deixou de ser eliminatório para se tornar em classificatório.

Quanto ao Instituto Nacional do Livro, limito-me a consignar dados estatísticos, que por si atestam o muito que se tem realizado nesse setor.

	1937—1969	1970—1973
<b>Livro Cultural</b>		
Títulos Publicados	262	608
Livros distribuídos a Bibliotecas	3.500.000	1.750.000
<b>Livro Didático</b>		
Livros distribuídos	21.100.000	34.700.000
Bibliotecas Registradas	12.281	3.607

Pelo exposto, é evidente, inequívoco, extraordinário, o interesse, o empenho, dos Governos Revolucionários pelo setor educacional em todo o País. Sendo fundamental para enfrentar tão magnífico problema a disponibilidade de recursos financeiros maciços, foram criadas novas fontes de recursos, destacando-se o salário-educação, percentagens mínimas dos fundos de participação, a Loteria Esportiva, 1% do Imposto de Renda das firmas que preferem pagar ao MOBRAL, PETROBRÁS e empréstimos externos, além das dotações orçamentárias desvinculadas.

Merece destaque especial a evolução dos recursos da Loteria Esportiva:

Ano	Valor (em Cr\$)	Ano-Base
1970	64.119.031,24	100
1971	174.291.817,23	171
1972	272.408.965,22	324
1973	316.539.642,49	393

Não são menos significativos os dados sobre o aumento de arrecadação do Salário-Educação (quota federal e estadual):

BRASIL	ARRECADAÇÃO		Superavit	Deficit
	Estimada	Efetivada		
1969	159.380.000,00	250.851.971,70	—	3,3
1970	324.225.000,00	327.906.541,32	1,1	—
1971	414.711.000,00	428.058.220,11	3,0	—
1972	517.572.000,00	589.938.952,40	14,0	—
1973	710.178.000,00	777.436.567,04	9,0	—
		% sobre o ano — base	209,9	

Um dos pontos de fundamental importância, que têm suscitado polêmicas e incompreensões, reside na apreciação dos dispêndios públicos com a Educação em nosso País. De um modo geral, as críticas, embora firmadas às vezes no propósito de estimular a concessão de dotações vultosas ao Ministério da Educação e Cultura, nascem do desconhecimento ou de equívocos evidentes a respeito dos diversos meios financeiros que o Governo destina, cada ano a esse setor. Os dados estatísticos, extraídos de documento oficial, demonstram as seguintes percentagens de participação global do Ministério da Educação e Cultura no Orçamento da União: em 1969 = 6,84; em 1970 = 7,77; em 1971 = 6,90; em 1972 = 7,10; em 1973 = 6,30; e em 1974 = 7,22.

Neste caso, um parênteses: cabe salientar que, com a exclusão do Ministério dos Transportes, por motivos óbvios, é o Ministério da Educação e Cultura que, de certo tempo a esta parte, tem maior destinação no Orçamento. A razão que coloca o Ministério dos Transportes num ponto realmente de destaque no Orçamento, o qual parece à primeira vista chocante, é porque, além dos recursos ordinários, ele dispõe de recursos vinculados e de recursos provenientes de outras fontes.

Visto o enfoque sob outro ângulo, a conclusão é a mesma. O orçamento do Ministério da Educação e Cultura cresceu percentualmente, além do índice do custo de vida no período, nas seguintes bases: de 1969 para 1970, 22,8%; de 1970 para 1971, 35%; de 1972, 35%; de 1973, 32,9%.

Em termos absolutos, os recursos atribuídos ao Ministério em 1969, eram de Cr\$ 1.117.830.200,00, tendo se elevado para Cr\$ 3.328.071.800,00 em 1973.

No campo da Cultura, foi intensa e variada a atuação do Ministério em todos os seus principais aspectos, que tiveram um tratamento à altura da concepção moderna de sua importância para a comunidade, através do Plano de Ação Cultural, destacando-se os setores de teatro, música, exposições permanentes e temporárias, radiodifusão, cinema, edição de obras literárias, defesa e valorização do patrimônio histórico, artístico e arqueológico nacional, distribuição de livros a professores, alunos e bibliotecas.

Ainda no âmbito cultural é de justiça salientar o intenso e silencioso trabalho que vem realizando, fora da área do Ministério da Educação, o Arquivo Nacional, notadamente no sentido da preservação do nosso acervo histórico e documental, sem o qual não seriam possíveis pesquisas sobre o passado ou comprovações necessárias ao esclarecimento da verdade histórica. A simples leitura do "Mensário do Arquivo Nacional", de março do corrente ano, onde se encontra o Relatório de suas atividades em 1974, revela-nos uma gama apreciável de serviços prestados nos seus diversos setores, destacando-se o número de consultas de brasileiros e estrangeiros aos seus documentários, inclusive visitas ilustres devidamente arroladas, o relacionamento mantido com órgãos e instituições nacionais, alienígenas e internacionais, a partir da UNESCO, bem como os seus trabalhos internos de biblioteca, restauração, publicações, documentação cartográfica e fonotográfica, microfilmagem, etc., tudo isto justificando a orientação do Ministério da Justiça, a que está subordinado, de destinar ao Arquivo Público ainda maiores recursos para que possa ampliar, cada vez mais, a sua alta e patriótica finalidade.

Era meu desejo, para uma exposição completa das atividades do MEC, mostrar também, o progresso alcançado no Ensino Supletivo, que foi inteiramente recuperado, tendo recebido um acentuado impulso em virtude da orientação adotada a seu respeito pela Lei de Diretrizes e Bases do Ensino de 1º e 2º Graus. Da mesma forma, quanto ao Projeto Minerva, à Assistência ao Estudante, onde se destaca a concessão de bolsas de estudo a alunos pobres, à Educação Especial, à Campanha Nacional de Alimentação Escolar, ao PREMEN, ao IPHAN, aos cursos de Pós-Graduação, à Educação Física, aos Desportos e a outras importantes atividades na órbita do Ministério da Educação e Cultura. Entretanto, o tempo, de que disponho, não me permite tamanho alargamento, nem eu, por outro lado, me aventuraria a abusar da benevolência dos meus eminentes pares.

Apreciados, assim, em traços gerais, na tentativa — não sei se alcançada — de uma síntese fiel e verdadeira, os pontos primordiais da atuação do Ministério da Educação e Cultura nas últimas administrações, julgo indispensável focalizar, igualmente, a orientação e os propósitos do Governo do eminentíssimo Presidente Ernesto Geisel em relação ao problema educacional no País.

**O Sr. Franco Montoro (São Paulo)** — Permite V. Exº um aparte?

**O SR. WILSON GONÇALVES (Ceará)** — Com muito prazer.

**O Sr. Franco Montoro (São Paulo)** — Ouvimos, com a maior atenção, a exposição de V. Exº e desejamos comunicar a V. Exº e à Casa que a Maioria designará um dos seus Membros para fazer o exame objetivo de cada um dos pontos referidos por V. Exº. A Minoría. (Risos.)

**O SR. WILSON GONÇALVES (Ceará)** — Será o subconsidente?

**O Sr. Franco Montoro (São Paulo)** — O caminho é marcharmos para a alternância.

**O SR. WILSON GONÇALVES (Ceará)** — Vamos pelo menos alimentar o desejo.

**O Sr. Franco Montoro (São Paulo)** — Eu gostaria de mencionar, entretanto, uma primeira impressão que foi depois modificada. No início do discurso de V. Exº havia uma insistência em apelar para o interesse e o empenho com que os Governos Revolucionários trataram a educação. De nossa parte, temos sustentado que era preciso ter feito muito mais pela educação. Cuidaram de obras de efeito imediato, sacrificando-se recursos que poderiam ter sido aplicados em educação. Dou um exemplo atual: o Presidente do Banco Nacional da Habitação acaba de declarar que uma das máculas da administração pública do Brasil é representada pelo fato de 50% das casas populares, construídas através do BNH, não poderem ser ocupadas, no Nordeste. Pode-se calcular o que significa isto em evasão de recursos, que poderiam ter tido outra destinação. Os recursos existiam, mas foram drenados para uma atividade de muito aparato: tantas unidades construídas a mais! Do total dos trinta bilhões de cruzeiros arrecadados pelo BNH em dez anos, menos de 10% foram aplicados em casas populares. Grande parte, mais de 90% tiveram outra destinação. Houve aí uma decisão a respeito de aplicações de verbas. A quem deve ser debitado este erro? Prejudicou ou não a educação? Outro aspecto que menciono: fala V. Exº, várias vezes, no seu discurso, na valorização do professor, da sua remuneração, do seu status. Tive oportunidade de mencionar aqui da tribuna, um número impressionante de ações que os professores estão movendo em todo o Brasil contra o Poder Público, protestando contra a situação precária a que foram reduzidos por decisões da Administração. E apelam para o Judiciário, para lhes dar aquele número de direitos que a Constituição assegura a qualquer trabalhador, e não apenas a uma categoria deles. E o professor deveria ter uma situação de melhor consideração. Fala V. Exº em pesquisa básica. Assisti a uma aula do Presidente da Associação Brasileira de Progresso da Ciência, Professor Oscar Salla, que declarava que, infelizmente, o total das verbas aplicadas no Brasil, em pesquisa básica, é muito inferior à verba de publicidade com cigarros, no Brasil, e muito inferior à verba de publicidade dos organismos do Poder Público — organismos oficiais. Há vários aspectos que merecem destaque. Felicito-me, evidentemente, pela objetividade com que V. Exº fez a apresentação de alguns dados. Para não dar uma resposta precipitada, iremos analisar, um por um, esses dados, mas para que não passe sem uma contestação, pelo menos genérica...

**O SR. WILSON GONÇALVES (Ceará)** — Negação geral.

**O Sr. Franco Montoro (São Paulo)** — Contestação geral, para usar o termo jurídico; V. Exº advogado militante que é, sabe desta figura jurídica. Quero apenas dizer, em nome da Minoría, que louvo a Maioria pelo fato de ter trazido a debate, em discurso objetivo e com dados, o problema da educação, e dizer, ainda, que a Minoría aceita o debate. Designará posteriormente um dos seus membros para examinar cada um dos dados e apresentar as críticas, com o propósito, não de denegrir a atuação do Governo, não de deixar de reconhecer principalmente a intenção daqueles que foram ocupantes do Ministério da Educação. Eles foram os heróis da luta por verbas para a educação, mas o seu heroísmo não foi compreendido. Outros setores do Governo negaram as verbas que eram necessárias e tiraram da educação aquilo que é essencial, porque como disse V. Exº no

ínicio do seu discurso, a educação é o setor mais importante da nossa administração. Para ela deveria haver uma aplicação maciça de recursos. E é com este objetivo que iremos mostrar as deficiências para que elas sejam corrigidas, e juntos vamos trabalhar por aquele objetivo que o Ministro Jarbas Passarinho há pouco acentuava: criar uma consciência para fornecer recursos maciços a essa obra fundamental da educação brasileira.

**O SR. WILSON GONÇALVES (Ceará)** — V. Ex<sup>e</sup> muito me honra com o seu aparte. Mas não havia necessidade — penso eu — de que V. Ex<sup>e</sup> se expressasse assim em termos tão categóricos, por que o seu silêncio não importaria em aceitação das minhas teses.

O que desejo manifestar a V. Ex<sup>e</sup> é que o exame, que fiz a respeito dos dados, me parece que foi criterioso, pelo menos arrimado em documentos oficiais. E aguardo — poderia dizer — ansioso, que o eminente representante da Minoría aprecie também esses dados e até os modifique, porque se realmente a razão estiver ao lado da Oposição, eu não a negarei e então corrigirei o meu engano e passarei a trabalhar para que ele não se repita.

Agora, V. Ex<sup>e</sup> poderia me fazer a justiça...

**O Sr. Ruy Santos (Bahia)** — Permite V. Ex<sup>e</sup> um aparte?

**O SR. WILSON GONÇALVES (Ceará)** — Um momento. O aparte do nobre Líder da Oposição teve várias partes. Não foi um aparte, foi um multi-aparte. Eu, evidentemente, tratando de educação, não inclui o Banco Nacional da Habitação. V. Ex<sup>e</sup> derivou para lá.

**O Sr. Franco Montoro (São Paulo)** — Mas, tiraram recursos da educação...

**O SR. WILSON GONÇALVES (Ceará)** — É uma tática parlamentar que eu conheço, apesar de provinciano. E, evidentemente, não vou entrar nessa casa construída por V. Ex<sup>e</sup>. Mas, na minha posição, não tenho a intenção de encobrir verdades. Este problema foi debatido aqui, ontem, com proficiência e segurança, pelo nobre Senador Ruy Santos, e não é de hoje que um administrador critica o outro pelo erro na aplicação de verbas. Pergunto: qual será de nós, que tenha feito uma administração, que não tenha cometido, de boa-fé — às vezes até de má-fé — esses defeitos, esses erros?

V. Ex<sup>e</sup> fala da remuneração do professor. Evidentemente, abstraindo-se da realidade, é a profissão pior remunerada do mundo inteiro. Acredito que não seja prioridade, nem privilégio do Brasil. Se V. Ex<sup>e</sup> comparar o esforço, o empenho, para que ela seja valorizada, V. Ex<sup>e</sup> nos fará justiça. O Governo ainda não pode pagar ao professor o que ele merece, pelos seus conhecimentos e pelo esforço intelectual despendido. V. Ex<sup>e</sup>, que é um dos mais eminentes professores de ensino superior no Brasil, sabe que, até há bem pouco tempo, um professor recebia oitocentos e poucos cruzeiros mensais. Hoje, em consequência de recente lei que votamos, no fim do ano passado, enquadrando o professorado nacional na classificação geral dos funcionários públicos, hoje ao professor realmente professor, dedicado, com tempo integral e dedicação exclusiva, com os títulos de que há pouco falamos, pode chegar a ganhar mais de 10 mil cruzeiros por mês, o que evidentemente não é o ideal, mas já é um grande salário para um professor, tendo em vista o nosso passado.

**O Sr. Jarbas Passarinho (Pará) e Ruy Santos (Bahia)** — V. Ex<sup>e</sup> me permite um aparte?

**O SR. WILSON GONÇALVES (Ceará)** — Com muita satisfação, concedo o aparte ao nobre Senador Jarbas Passarinho.

**O Sr. Jarbas Passarinho (Pará)** — Com precedência, Senador Ruy Santos...

**O SR. WILSON GONÇALVES (Ceará)** — Concedo o aparte, primeiro, ao nobre Senador Ruy Santos.

**O Sr. Ruy Santos (Bahia)** — Fui chamado ao meu gabinete e me privei, por alguns instantes, de ouvir o admirável discurso que

V. Ex<sup>e</sup> está pronunciando. Mas, já chegando, liguei logo o serviço de som para continuar a ouvi-lo. Foi quando tive a oportunidade de sentir a distorção do nobre Líder do MDB ao pronunciamento de V. Ex<sup>e</sup> quanto a casas populares. O aparte foi tão longo que vim — não sei se 20 quilômetros — do meu gabinete até aqui e ao chegar, S. Ex<sup>e</sup> ainda estava no aparte. Tenho em mãos a declaração do Presidente do BNH, publicada no jornal *O Estado de São Paulo*, de quinta-feira, 24 de abril. V. Ex<sup>e</sup> me perdoe colocar esta matéria em seu discurso, já que há aquela outra declaração para ser publicada também.

**O SR. WILSON GONÇALVES (Ceará)** — Excelência, eu já fiz a ressalva necessária.

**O Sr. Ruy Santos (Bahia)** — Diz a notícia:

“O Presidente do BNH disse que queria esclarecer as interpretações conferidas às declarações suas, prestadas durante a última reunião dos Governadores, da SUDENE, realizada na semana passada em Recife.

Nesse encontro, informou aos participantes que nos conjuntos problemas do BNH, — cerca de 20% das unidades — continuavam desocupadas.”

E, mais adiante:

“Mas, em nenhum caso, mencionei que 20% das construções do BNH estivessem abandonadas. Nossos cálculos são de que somente sete mil unidades de mais de um milhão financiadas pelo BNH é que se encontram naquela situação.”

Quero, apenas, deixar a declaração do Presidente do BNH em contraposição à afirmativa do nobre Líder do MDB.

**O SR. WILSON GONÇALVES (Ceará)** — Agradeço a ajuda de V. Ex<sup>e</sup> porque, realmente, eu não me tinha preparado para tratar do BNH num discurso sobre educação.

**O Sr. Franco Montoro (São Paulo)** — V. Ex<sup>e</sup> me permite um aparte? (Assentimento do orador.) — É uma referência incidente, aquela que eu li citava esta parte dos 20% e acrescentava: “No Nordeste, esta percentagem é de 50%”. Mas, a referência é incidente; se ele retificou, tanto melhor, o erro não foi tão grave.

**O SR. WILSON GONÇALVES (Ceará)** — E o prejuízo é menor.

**O Sr. Franco Montoro (São Paulo)** — Mas, permanece de pé a afirmação de que do total de recursos arrecadados pelo BNH, em dez anos, menos de 10% foram destinados à habitação popular, que é a sua finalidade precípua. Gostaria de ter a contestação, porque pedi várias vezes informações a respeito e não as obtive. Esse é um dado a que chegou a Assessoria Técnica do Senado que, à nossa solicitação, fez investigação sobre o assunto. De qualquer maneira, o desperdício de recursos, nesse setor, não foge do tema, porque disse V. Ex<sup>e</sup> que era preciso mais recursos para a Educação; então, era preciso procurar em outro setor. V. Ex<sup>e</sup> se referiu a transportes...

**O SR. WILSON GONÇALVES (Ceará)** — V. Ex<sup>e</sup> concorda que, em tese, se transfiram recursos da habitação para a educação?

**O Sr. Franco Montoro (São Paulo)** — Da habitação, não; do BNH, sim. Do BNH, recursos mal aplicados, confessadamente mal aplicados...

**O SR. WILSON GONÇALVES (Ceará)** — Recurso mal aplicado é uma consequência.

**O Sr. Franco Montoro (São Paulo)** — É um fato.

**O SR. WILSON GONÇALVES (Ceará)** — Sim, é um fato, mas é preciso que haja destinação prévia. Se V. Ex<sup>e</sup> é contra a destinação de recursos para casas populares, casas do BNH, teria de cortar, imediatamente, todas as verbas para que não se aplicasse mal.

**O Sr. Franco Montoro** (São Paulo) — Quero é que se aplique...

**O SR. WILSON GONÇALVES** (Ceará) — No caso de má aplicação compete ao Governo corrigir ao substituir os seus agentes que não souberam desempenhar a missão, nunca cortar recursos destinados a finalidade social dessas casas. É o entendimento que, penso, V. Ex<sup>e</sup> concorda comigo.

**O Sr. Franco Montoro** (São Paulo) — Se há um recurso destinado a habitação popular e esse recurso é aplicado apenas em 10% e se 90% em outras destinações iríamos longe se fôssemos mencionar apenas algumas delas, como por exemplo a publicação de um relatório luxuosíssimo e caro, que foi distribuído a todo o mundo, custeado...

**O SR. WILSON GONÇALVES** (Ceará) — Pelo que vejo, V. Ex<sup>e</sup> é contra a publicidade. (Risos.)

**O Sr. Franco Montoro** (São Paulo) — Contra a publicidade no exterior, sim. A função do BNH não é fazer propaganda do Governo brasileiro no exterior, mas construir casas para o trabalhador.

**O SR. WILSON GONÇALVES** (Ceará) — Exato.

**O Sr. Franco Montoro** (São Paulo) — Mas o dinheiro era muito, tanto que não pôde ser aplicado, e não o foi, e teve outra destinação. Por que não aplicá-lo em educação? A quem cabia isso? Evidentemente, ao Governo, que não foi, portanto, tão interessado e empenhado na educação, quanto afirma o discurso de V. Ex<sup>e</sup>, mas...

**O SR. WILSON GONÇALVES** (Ceará) — Mas, V. Ex<sup>e</sup>... Prossiga, que o ouvirei com muito prazer. Longe de mim cortar a palavra de V. Ex<sup>e</sup>.

**O Sr. Franco Montoro** (São Paulo) — V. Ex<sup>e</sup> cortou o meu aparte.

**O SR. WILSON GONÇALVES** (Ceará) — As palavras de V. Ex<sup>e</sup> sempre elucidam os problemas. Pensei que V. Ex<sup>e</sup> iria terminar o aparte.

**O Sr. Franco Montoro** (São Paulo) — Queria apenas dizer que havia outros recursos que deveriam ser aplicados em educação e não o foram; está aqui uma amostra mas há muitos outros casos. O caráter prioritário dos investimentos em educação deveria se reconhecido através de medidas concretas de verbas maciças em educação e não para uma série de desvios, como esses que acabo de mencionar.

**O SR. WILSON GONÇALVES** (Ceará) — V. Ex<sup>e</sup> coloca o problema, a meu ver, numa premissa falsa. Desculpe-me a expressão, pois ela não tem o sentido de ofender. É falsa no sentido de inexistente.

**O Sr. Franco Montoro** (São Paulo) — A premissa não sei, mas o recurso existiu, tanto que 90% foram aplicados em outro fim.

**O SR. WILSON GONÇALVES** (Ceará) — Só me referi à premissa.

**O Sr. Franco Montoro** (São Paulo) — Eu me referi aos recursos.

**O SR. WILSON GONÇALVES** (Ceará) — Não é possível ao Governo, ao elaborar a proposta orçamentária, saber de antemão quais os seus agentes que não vão aplicar bem os recursos. Então, só assim ele poderia tirar recursos de um setor e passar para outros. Desse modo, todos os setores compõem uma situação nacional. E quando digo que foram dados muitos recursos, V. Ex<sup>e</sup> poderá, examinando os orçamentos do Brasil, constatar isso. Não quero dizer que todos os recursos do Brasil foram para a educação, o que não poderia ser.

Quero, ainda, esclarecer quanto a um dos apartes de V. Ex<sup>e</sup> — daquele leque luminoso de apartes que V. Ex<sup>e</sup> me deu — uma particularidade na qual não sei se V. Ex<sup>e</sup> estava acusando o Governo. É quando diz que em pesquisa se gasta menos do que a publicida-

de que se faz com cigarros. Essa publicidade não é o Governo que faz.

**O Sr. Franco Montoro** (São Paulo) — Não, não é. Apenas, o Governo tem estimulado muito a indústria de cigarros, no Brasil, através de isenções e subsídios, com o pretexto de que com isso vê-se recursos para...

**O SR. WILSON GONÇALVES** (Ceará) — Já se vê que V. Ex<sup>e</sup> não fuma, como eu. (Risos.)

**O Sr. Franco Montoro** (São Paulo) — Todos reconhecem o malefício. É um dado, apenas, para avaliar a menor consideração em relação a isso.

**O Sr. Jarbas Passarinho** (Pará) — Eu insistiria em pedir um aparte a V. Ex<sup>e</sup>

**O SR. WILSON GONÇALVES** (Ceará) — V. Ex<sup>e</sup> tem o aparte, com muito prazer. Enquanto a Mesa suportar, vamos longe.

**O Sr. Jarbas Passarinho** (Pará) — Todos o ouvimos com imenso prazer, sobretudo o diálogo entre V. Ex<sup>e</sup> e o nobre Líder da Oposição, que a todos nós agrada, profundamente, com a sua argumentação. Agrada no sentido estético do termo, e desagrada no sentido real da Maioria. Gostaria de lembrar, em primeiro lugar, não a V. Ex<sup>e</sup> mas, indiretamente, ao nobre Líder Franco Montoro que, em primeiro lugar, estaria realmente de acordo com S. Ex<sup>e</sup> em que quanto mais meios viessem para a educação teriam, naturalmente, boa aplicação. Seria difícil, talvez, apontar depois como mal aplicados esses meios. Mas, no caso específico do BNH, não vejo como, porque ele capta recursos de terceiros, e gera recursos de terceiros. De modo que apenas através de processo de empréstimo é que ele poderia fazer, e, neste caso, se o empréstimo fosse com juros que a educação obteve em outras fontes, esses juros seriam tão baixos que os terceiros seriam lesados. Desse modo, seria extremamente difícil transformar esse dinheiro em dinheiro aplicado na educação. Mas, o nobre Líder Franco Montoro disse que vai à Minoría — e S. Ex<sup>e</sup> se complicou duas vezes com a Maioria porque está ainda em expansão dos resultados — e a Minoría vai indicar pessoas para discutir o assunto. Então, eu não me ofereço para ser seu assistente de advogado de defesa, mas como passei uma boa parte do meu tempo tratando com a Educação e Cultura talvez eu possa dar uma achega, como por exemplo esta, se V. Ex<sup>e</sup> aceitar.

**O SR. WILSON GONÇALVES** (Ceará) — Quero dizer que reconheço tamanha superioridade de V. Ex<sup>e</sup> na matéria...

**O Sr. Jarbas Passarinho** (Pará) — Não apoiado!

**O SR. WILSON GONÇALVES** (Ceará) — ... que se for preciso subestabelecer os poderes para V. Ex<sup>e</sup> me defender na Bancada. (Risos.)

**O Sr. Jarbas Passarinho** (Pará) — Não apoiado! Assim V. Ex<sup>e</sup> me inibe. Mas eu diria, em primeiro lugar, quando o nobre Líder Franco Montoro disse que os professores são mal pagos, S. Ex<sup>e</sup> descobre, como todos nós, a mesma verdade que, há muitos anos, está descoberta. Entretanto, onde há um esforço real? Respondo pela atitude tomada pelo Presidente Médici. E aqui é que me parece que S. Ex<sup>e</sup> não fez justiça a ele: disse que os professores têm entrado em juízo, pedindo o pagamento daquilo que a Constituição lhes assegura como o mínimo. Eu diria que eles têm entrado em juízo para pedir o pagamento daquilo que decretos-leis, editados pelo Presidente Médici, deram como remuneração mínima para o magistério de 1º e de 2º graus. Infelizmente, vê-se que esses decretos-leis tão modestos no pagamento desgraçadamente, não puderam ser executados. Por exemplo, para a professora leiga, oito décimos de um salário mínimo por três horas de trabalho, e para a professora normalista 1,3 do salário mínimo, ou seja, 30% a mais do que um salário mínimo para o mesmo tempo de trabalho. E houve Governadores dos Estados do Nordeste que me procuraram para dizer que se tivessem de cumprir

o decreto-lei do Presidente Médici teriam de demitir professoras, porque o orçamento estadual não suportava esse acréscimo, por parcimonioso que ele fosse. Daí a grande convicção a que cheguei de que, realmente, ou nós encontramos fundos vinculados, diferentes da fatia orçamentária normal para educação, ou estaremos com essa angústia a que se referiu o nobre Senador por Santa Catarina, ainda há pouco. Mas, quanto ao professor universitário, vem bem a calhar a afirmativa que V. Ex<sup>e</sup> fez, porque o nobre Líder do MDB é um professor universitário e não sei se S. Ex<sup>e</sup> continua professor universitário na Universidade de São Paulo. Mas, essa Universidade fazia pagamentos inteiramente diferenciados já do restante do Brasil. Ocorre que, quando assumimos o Ministério, um professor titular, cujo título substituiu o antigo catedrático, em regime de 12 horas de trabalho, ganhava setecentos e oitenta cruzeiros — como V. Ex<sup>e</sup> se referiu — em números redondos, oitocentos cruzeiros. E, ao deixarmos o Ministério, em regime de tempo integral, dedicação exclusiva, um professor titular estava com sete mil e cem cruzeiros, numa diferença de quatro anos, por aplicação de uma verba votada no Orçamento, que se chamava "Aplicação para Tempo Integral e Dedicação Exclusiva" e "regime diferenciado de trabalho de 24 horas". Mais de 50% dos professores das Universidades federais, foram contemplados por esse projeto, em expansão em três anos, iniciado com vinte e cinco milhões de cruzeiros, corajosamente, e concluído no último ano com cento e oitenta e dois milhões de cruzeiros, para esse efeito. Parece que é um esforço que a nobre Oposição não pode negar. Finalmente, lembraria a V. Ex<sup>e</sup> que os dispêndios públicos com a Educação, em 1963, significavam 2,1% do Produto Nacional Bruto, e chegaram já em 1968 a 3,8%; daí por diante, se mantiveram dentro desse teto. Seria ideal que esses dispêndios públicos com a Educação tivessem chegado a 5%, concordo, mas entre 2,1% de um Produto Nacional baixo e 3,8% de um Produto Nacional alto parece-me que a diferença é bastante sensível. É apenas um dado que, ousadamente, gostaria de acrescentar ao brilhante discurso de V. Ex<sup>e</sup>.

**O SR. WILSON GONÇALVES** (Ceará) — Agradeço a V. Ex<sup>e</sup> e darei o aparte ao nobre Senador Evelásio Vieira.

**O Sr. Franco Montoro** (São Paulo) — Permite V. Ex<sup>e</sup>, com a permissão do nobre Senador Evelásio Vieira?

**O SR. WILSON GONÇALVES** (Ceará) — Pois não. Fica, assim, mais didático.

**O Sr. Franco Montoro** (São Paulo) — Mais metódico, logo depois do aparte brilhante do Senador Jarbas Passarinho. S. Ex<sup>e</sup> se referiu a dois pontos: primeiro, que não seria possível destinar à Educação recursos de terceiros. Referiu-se S. Ex<sup>e</sup> seguramente ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, que constitui uma das fontes de recursos do BNH. Mas o Governo não dispõe apenas destes recursos. Há inúmeros outros. Como se fez um Banco Nacional da Habitação, poder-se-ia pensar num Banco Nacional da Educação, como se subvencionaram inúmeras atividades. Eu demonstre aqui, ano passado, com documentos, os subsídios prestados às empresas fabricantes de cigarros no Brasil, com empréstimos de favorecimento, com juros insignificantes e sem correção monetária. A figura dos incentivos fiscais é aplicada amplamente pelo Governo. Por que incentivos em outros setores e não incentivos em relação à Educação? S. Ex<sup>e</sup> disse que está de acordo, pois é exatamente esta a objeção. Quando me referia ao BNH, não pretendia dizer que se poderiam aplicar os recursos do BNH para a Educação, mas mostrar a malversação dos recursos, confessadamente, em quantidade maior ou menor, denunciada pelo próprio Presidente do BNH — e se não foi denunciada por ele o foi pelos fatos. Aplicar apenas 10% dos recursos do Banco Nacional da Habitação em habitações populares é positivamente fugir às finalidades do organismo criado por lei. Mas há outro aspecto: a situação dos professores. Aqui, ainda, S. Ex<sup>e</sup> apontou dois ou três fatos. Certo, alguns, estou de pleno acordo e louvo o esforço feito, particularmente por S. Ex<sup>e</sup>, para conceder

uma remuneração razoável ao professor universitário. Está longe de nós a intenção de negar contribuições concretas. Nossa objetivo não é o de ficarmos apenas naquilo que se fez, mas, também, naquilo que se deixou de fazer. Um ponto importante para o qual S. Ex<sup>e</sup> me deu magnífica contribuição, foi com referência à remuneração dos professores primários. Disse S. Ex<sup>e</sup> que, por um decreto do Presidente Médici, estabeleceu-se que o professor leigo deveria receber, pelo menos, 80% do salário mínimo. Concordo que isso representou um esforço do Presidente da República e do Ministério da Educação e Cultura. Mas isto revela, precisamente, um erro, um mal da maior gravidade. A Constituição assegura um salário mínimo, que é uma insignificância para qualquer trabalhador, e nós tomamos o professor e lhe damos 80% desse salário mínimo.

**O Sr. Jarbas Passarinho** (Pará) — Sim, mas por três horas de trabalho.

**O Sr. Franco Montoro** (São Paulo) — É um engano pensar-se que o trabalho do professor abrange apenas aquele da sala de aulas. E seria diminuir, mais uma vez, a significação do trabalho do professor. Ele tem que preparar suas aulas, rever o trabalho dos alunos, e o protesto dos professores de Minas Gerais, comunicado a este Plenário, revelava que mais de cinqüenta mil professoras primárias de Minas Gerais estavam recebendo menos do que o salário mínimo. Tudo isto revela algo de muito grave: falta de consideração ao professor, e não há recursos, porque na sua destinação se está dando uma prioridade muito pequena à Educação.

**O SR. WILSON GONÇALVES** (Ceará) — Af. V. Ex<sup>e</sup> se engana.

**O Sr. Franco Montoro** (São Paulo) — Mas é um fato. Não há recursos. Concordo que não os há. Não para a Educação, mas há para outras obras. Há para construção da Ponte Rio—Niterói, aplicação de recursos de 90% dos recursos do BNH para outros fins que não a construção de casas populares. Existem para incentivos à indústria de cigarros, enfim, para uma série de outras atividades. As grandes decisões, as prioridades objeto do Poder Público devem ter presente esta circunstância: é muito grave o professor primário no Brasil receber menos do que o salário mínimo.

**O SR. WILSON GONÇALVES** (Ceará) — Se V. Ex<sup>e</sup> permitir, continuarei o meu discurso.

**O Sr. Franco Montoro** (São Paulo) — Eu é que agradeço a generosa atenção de V. Ex<sup>e</sup>

**O SR. WILSON GONÇALVES** (Ceará) — V. Ex<sup>e</sup> entusiasmou-se mas eu continuo sereno, porque sinto que V. Ex<sup>e</sup> construiu uma grande ponte para sair do âmbito do assunto que estou tratando. V. Ex<sup>e</sup> derivou para vários outros aspectos, como se todos os recursos do Governo Federal, bem ou mal aplicados, se devolvessem voltar para a Educação. V. Ex<sup>e</sup> quando fala no Brasil fala em São Paulo. V. Ex<sup>e</sup> não conhece a nossa realidade. V. Ex<sup>e</sup> quando vai ao Ceará, fica em Fortaleza, no recinto de estação de Televisão. Eu gostaria de levar V. Ex<sup>e</sup> aos Inhamuns, para que verificasse a realidade do interior. Não se fez a Ponte Rio—Niterói com o dinheiro das pobres professoras do interior do Brasil. Não é sobre este aspecto que eu gostaria de discutir a questão, porque pareceria assim um tanto, não digo demagógico, mas pelo menos fugindo do sentido real...

**O Sr. Franco Montoro** (São Paulo) — É real. Os fatos estão aí. Existem professores ganhando menos que o salário mínimo, mas fala-se do grande empenho, da ênfase...

**O SR. WILSON GONÇALVES** (Ceará) — Os municípios não podem atender a essa despesa.

**O Sr. Franco Montoro** (São Paulo) — Tiraram-se 10%. Eu disse a V. Ex<sup>e</sup> que se reduziram pela metade os recursos dos municípios para aplicá-los em outros setores.

**O SR. WILSON GONÇALVES** (Ceará) — Aí já é outro aspecto.

**O Sr. Franco Montoro** (São Paulo) — Exatamente. Foram recursos retirados de algum lugar — nós apontamos — para outras coisas, não para a Educação. Os fundos de participação foram reduzidos à metade. Quem fez isto? O Governo que V. Ex<sup>e</sup> defende.

**O SR. WILSON GONÇALVES** (Ceará) — V. Ex<sup>e</sup> evidentemente não veio preparado para o tema. Com seus apartes está incluindo neste meu pronunciamento os discursos que V. Ex<sup>e</sup> tem feito contra o Governo.

**O Sr. Franco Montoro** (São Paulo) — Esta é uma forma muito cômoda de fugir ao problema. Reduziram-se ou não à metade os recursos dos municípios? Diz V. Ex<sup>e</sup>: eles não têm recursos para a educação mas, foi o Governo que retirou metade dos recursos do Fundo de Educação.

**O SR. WILSON GONÇALVES** (Ceará) — Estou mostrando os recursos que o Governo empregou. Não disse que empregou todos os recursos e, V. Ex<sup>e</sup> vai demonstrar que não empregou. Competia a V. Ex<sup>e</sup> demonstrá-lo e não trazer à colação a ponte Rio—Niterói.

**O Sr. Franco Montoro** (São Paulo) — E esses recursos foram insuficientes, porque havia muitos outros recursos.

**O Sr. Jarbas Passarinho** (Pará) — Sr. Presidente, não sei mais quem é o orador: se é S. Ex<sup>e</sup> o Senador Wilson Gonçalves ou o nobre Líder Senador Franco Montoro.

**O SR. WILSON GONÇALVES** (Ceará) — Tenha paciência, nobre Senador Franco Montoro. V. Ex<sup>e</sup> não me confunde.

**O Sr. Franco Montoro** (São Paulo) — Minha intenção não é confundir V. Ex<sup>e</sup>.

**O Sr. Dinarte Mariz** (Rio Grande do Norte) — Permite V. Ex<sup>e</sup> um aparte nobre Senador Wilson Gonçalves?

**O Sr. Ruy Santos** (Bahia) — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Benjamim Farah)** — V. Ex<sup>e</sup> só pode falar pela ordem com o assentimento do orador.

**O SR. WILSON GONÇALVES** (Ceará) — Sinto-me muito satisfeito e honrado que V. Ex<sup>e</sup> não tenha abordado os temas do meu discurso.

**O Sr. Ruy Santos** (Bahia) — Sr. Presidente, pela ordem, com a devida permissão do orador.

**O SR. WILSON GONÇALVES** (Ceará) — V. Ex<sup>e</sup> não abordou, mas vai abordar posteriormente e vou aguardar essa avassaladora, vamos dizer, corrente que pretende destruir o que eu disse aqui. Evidentemente, que, quando salientei o desconhecimento de V. Ex<sup>e</sup> da realidade do interior brasileiro, não foi por ofensa a V. Ex<sup>e</sup>. Mas não vi, ainda, V. Ex<sup>e</sup> andando de jumento no Nordeste, não vi V. Ex<sup>e</sup> vestido de couro pegando boi no Nordeste. Nós somos desse Nordeste que é muito diferente de São Paulo.

**O Sr. Franco Montoro** (São Paulo) — Posso dizer a V. Ex<sup>e</sup> que o seu argumento é muito perigoso, porque o Governo de São Paulo acaba de publicar um documento mostrando que a situação da educação, em São Paulo, é calamitosa. Então, num argumento lógico: se em São Paulo é calamitosa, no resto do Brasil o que será?

**O Sr. Jarbas Passarinho** (Pará) — Em todo o Brasil é calamitosa... (Risos.) Vou falar ao mesmo tempo porque ninguém está pedindo aparte a V. Ex<sup>e</sup>. Vamos fazer aqui o nosso aparte paralelo.

**O Sr. Ruy Santos** (Bahia) — Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Benjamim Farah)** — O nobre Senador Ruy Santos deseja falar pela ordem. Pergunto ao orador se consente.

**O SR. WILSON GONÇALVES** (Ceará) — Pois não. É um prazer.

**O Sr. Ruy Santos** (Bahia) (Pela ordem) — Sr. Presidente, apesar de o MDB estar na direção dos trabalhos, acho que V. Ex<sup>e</sup>s não hão de quebrar a norma que tem sido seguida em sessões anteriores, de permitir que o orador conclua suas considerações, principalmente ante os discursos paralelos do eminente Líder Franco Montoro.

**O Sr. Jarbas Passarinho** (Pará) — Apropriação.

**O Sr. Ruy Santos** (Bahia) — Apropriação, diz o Senador Jarbas Passarinho. (Risos.)

Assim, na qualidade de Líder, solicito a V. Ex<sup>e</sup>, Sr. Presidente, que, com benevolência, mantenha com a palavra o nobre Senador Wilson Gonçalves.

**O SR. PRESIDENTE (Benjamim Farah)** — S. Ex<sup>e</sup> pode continuar o seu discurso. Desejo afirmar que o MDB estava, justamente, esperando essa generosidade de V. Ex<sup>e</sup>.

**O Sr. Evelásio Vieira** (Santa Catarina) — Permite o orador um aparte?

**O SR. WILSON GONÇALVES** (Ceará) — Ouço o aparte de V. Ex<sup>e</sup>.

**O Sr. Evelásio Vieira** (Santa Catarina) — Na abordagem serena, objetiva e brilhante que V. Ex<sup>e</sup> faz do ensino nos vários graus, em relação ao ensino superior cita o crescimento de matrículas. Ocorre que o crescimento maior das matrículas no ensino superior verifica-se nas escolas particulares e reside aí uma grande injustiça: o Governo Federal não tem ido ao encontro dessas escolas particulares, das fundações, que, geralmente, são mantidas, não inteiramente, mas com a parte mais ponderável, pelas Prefeituras Municipais, em detrimento de outras obras também prioritárias. Em Santa Catarina, temos dezenas de faculdades ou cursos superiores que, entretanto, não têm recebido apoio do Governo Federal. Pediria permissão para buscar no BNH um exemplo e fixar minha posição pessoal. Tenho falado, tenho procurado persuadir outros companheiros do meu Partido para a tese que defendo: o ideal, no Brasil, seria o ensino gratuito para todos os graus, mas não se consegue. Não se conseguiu antes de 1964, não está-se conseguindo agora e não vejo perspectivas de se conseguir. Verifica-se, com isso, uma injustiça: o filho de rico, da capital, tem ensino gratuito e o pobre não tem, principalmente no interior. Defendo, Sr. Presidente, a necessidade da criação de um Banco da Educação neste País, sem correção monetária, com juros reduzidos. É a única alternativa, a única opção para termos uma elite cultural, para termos técnicos, para conduzir o Brasil para a sua grande destinação. Parece-me que não tem faltado capacidade criativa para os homens do Governo Federal. Parece-me que tem faltado, pode ser que eu esteja errado, é um pouco mais de coragem, de audácia, do Governo para enfrentar esse problema. Esta é a minha posição e a tese que defendo.

**O SR. WILSON GONÇALVES** (Ceará) — Agradeço o aparte sempre objetivo de V. Ex<sup>e</sup>, que focaliza um aspecto para o qual, eu confesso, não tenho dados para separar as matrículas das faculdades do Governo das matrículas das faculdades particulares. V. Ex<sup>e</sup>, há pouco, salientou o aspecto, honrando-me com a sua interferência, de que a educação é um problema da sociedade. Evidentemente, essas entidades particulares, fugindo da orientação daqueles empresários, mui justamente censurados por V. Ex<sup>e</sup>, quando instalam uma escola de ensino superior, vêm, incontestavelmente, dar o seu contributo para um problema da maior importância, como a educação no País. Mas, sabe V. Ex<sup>e</sup>, não posso me referir à do Estado de V. Ex<sup>e</sup>, nem contestar, mas, de maneiras várias, o Ministério da Educação e Cultura dá contribuições e ajudas às fundações e às faculdades particulares, através, inclusive, de bolsas de estudo, que só são concedidas quando as faculdades são particulares. Não quero dizer com isso que essa ajuda seja de molde a atender a todas as necessidades, mas dá uma cooperação.

**O Sr. Jarbas Passarinho (Pará) —** Permite V. Ex<sup>t</sup> um aparte? (Assentimento do orador.) Apenas desejo dar um testemunho. O aparte que o nobre Senador por Santa Catarina deu a V. Ex<sup>t</sup> apenas em parte é irretorável, porque S. Ex<sup>t</sup> avançou, creio eu, numa afirmativa que, se for verificada à luz da aplicação de recursos do Ministério da Educação, se constatará que não tem cabimento. Quero dizer que não falo apenas pelo período em que lá estive, tenho orgulho de poder falar pelo esforço realizado, como V. Ex<sup>t</sup> afirmou, de 1964 para diante. É realmente um marco admirável e não devemos perder essa oportunidade, de modo algum, sobretudo quando atingidos pela Oposição naquilo que temos maior razão. Podemos mostrar coisas importantíssimas, como esta, por exemplo: este País levou muito tempo dando apenas uma suposta matrícula gratuita a crianças de 7 a 11 anos de idade. Foi preciso que a Constituição, sob a inspiração do Presidente Humberto de Alencar Castello Branco, elevasse essa faixa etária dos 7 aos 14 anos. Isso, evidentemente, multiplicou os efetivos que deveriam ser assistidos gratuitamente. Quem diz que a educação é obrigatória tem que, evidentemente, dar meios para que ela seja gratuita. Não é dever de nenhum Estado dar educação gratuita de 1º, 2º e 3º graus, nem os Estados socialistas os fazem; cobram sob a forma de serviços. O que o Ministério fez? Organizar, disciplinar e orientar o crescimento das suas vagas para aquilo que interessasse à prioridade ligada e pertinente ao processo brasileiro de desenvolvimento. Em vez de dar vagas excessivas para onde já há excedentes profissionais, o Ministério ampliou as vagas oficiais nas áreas cabíveis, em ciências da saúde, em tecnologia e formação do magistério. Ora, o que aconteceu, nobre Sr. Senador Wilson Gonçalves? O que aconteceu é que muitos prefeitos do interior, depois que gastaram o seu dinheiro com fontes luminosas, passaram, então, a admitir que a segunda grande aplicação era criar uma Faculdade de Direito no seu Município, sob o fundamento de que com isso interiorizavam a educação, sem levar em consideração que, muitas vezes, havia uma debilidade brutal no engajamento do recurso humano treinado para funcionar como professor. E muitas prefeituras se lançaram a isso, até antes do pedido de autorização ao Conselho Federal de Educação. E criaram o velho problema do fato consumado. Ora, nós podemos mostrar, e V. Ex<sup>t</sup> provará clarissimamente à Oposição, quanto o Ministério da Educação apoiou as entidades particulares de educação, em dinheiro. Não só em bolsas, mas em dinheiro e, particularmente, às entidades religiosas que, no entanto, fizeram críticas violentas contra nós. Tive oportunidade de mostrar isto, uma vez, por solicitação do Senhor Presidente da República, ao Núncio Apostólico, para provar quantos milhões ou bilhões antigos de cruzeiros saíram do orçamento do Ministério da Educação para essas entidades. Agora, o que não é responsabilidade, como V. Ex<sup>t</sup> mostrou muito claramente, do Ministério da Educação é financiar as escolas que, a critério dos diversos prefeitos do interior, sejam edificadas e, em seguida, abertas até, como eu disse, sem autorização do próprio Conselho Federal de Educação.

**O SR. WILSON GONÇALVES (Ceará) —** Muito obrigado.

**O Sr. Lázaro Barboza (Goiás) —** V. Ex<sup>t</sup> me permite um aparte, nobre Senador?

**O SR. WILSON GONÇALVES (Ceará) —** Pois não.

**O Sr. Lázaro Barboza (Goiás) —** Senador Wilson Gonçalves, o pronunciamento de V. Ex<sup>t</sup> analisa um dos problemas de maior interesse deste País que é o problema educacional. E ao pedir este aparte não quero aqui, naturalmente, criar uma celeuma, mas apenas trazer ao discurso de V. Ex<sup>t</sup> o meu depoimento modesto acerca da realidade do meu Estado. Infelizmente, não conheço a realidade do Nordeste no setor do ensino, ou a de São Paulo ou do Rio Grande, mas conheço bem a do Estado de Goiás. Nos últimos três anos regrediu o ensino no meu Estado. É impressionante observar a quantidade de escolas que têm sido fechadas por absoluta incapacidade de manutenção. O ensino primário em Goiás está todo ele por conta das Prefeituras Municipais; as Prefeituras estão de "chapéu na mão" a pe-

dir esmolas ao Governo do Estado que, por sua vez, também está de "chapéu na mão" estendido ao Governo da União. Em Goianésia, Município que dista de Brasília 200 e poucos quilômetros, 48 escolas municipais foram fechadas apenas o ano passado; em Itaporanga, que visitei há cerca de vinte e poucos dias, 28 escolas municipais foram fechadas apenas neste início de ano letivo. E em Goiânia, onde havia um deficit de 35 mil crianças, sem matrículas nas escolas primárias, esse deficit subiu, este ano, para 50 mil. O grande problema, evidentemente, está no fato de que, até agora, o Governo Federal não encontrou meios — e nisso endosso o pensamento do eminente Senador Evelásio Vieira — nem condições de, corajosamente, encontrar solução para o problema e dedicar-lhe atenção realmente prioritária. E acho que essa solução só poderá vir, aumentando os recursos nesta área, voltando o Fundo de Participação dos Municípios ao que era anteriormente, porque ninguém pode negar que, ao tempo da Reforma Tributária do ex-Presidente Castello Branco houve, por assim dizer, no Brasil inteiro, um crescimento vertiginoso na construção de salas de aula e na contratação de professores. À medida que o Fundo de Participação foi sendo cortado e os recursos municipais foram-se escasseando, o problema foi-se agravando cada vez mais, pelo menos no meu Estado. De forma que era apenas essa a contribuição que queria trazer ao discurso de V. Ex<sup>t</sup>.

**O Sr. Orestes Quêrcia (São Paulo) —** Pedirei a V. Ex<sup>t</sup>, se houver tempo, que me permita um aparte?

**O SR. WILSON GONÇALVES (Ceará) —** Pois não. Gostaria de responder, primeiro, à atenção com que me distingui o nobre Senador Lázaro Barboza.

Evidentemente, eu não poderia ter dados para contestar as afirmações de S. Ex<sup>t</sup>, referentes ao Estado de Goiás que, se verídicas, são lamentáveis. Mas devo dizer que, admitindo, para argumentar, a procedência dessa realidade em Goiás, esta face negativa do problema está contida nos dados percentuais que acabei de apreciar. É claro que eu não poderia fazer um trabalho sobre a educação em cada Estado brasileiro. Confesso a V. Ex<sup>t</sup>s nesta hora, que, quando falo, sinto uma angústia de maçar os outros. Então, hoje, duplamente essa angústia me aflige, primeiro porque já macei...

**O Sr. Jarbas Passarinho (Pará) —** Não apoiado.

**O SR. WILSON GONÇALVES (Ceará) —** ... segundo porque, Vice-Presidente da Casa, estou dando um péssimo exemplo. Mas, isto vai à conta do apreço que tenho aos meus eminentes colegas, para não recusar um aparte, até que se esgote a paciência do nosso eminente Presidente que, talvez, por ser da Oposição é, às vezes, mais generoso. Queria agora ceder o aparte ao nobre Senador Orestes Quêrcia.

**O Sr. Orestes Quêrcia (São Paulo) —** Meu caro Senador, também como V. Ex<sup>t</sup>, não sou técnico na matéria mas, tendo em vista o aparte dado, há instantes, pelo eminente Senador Jarbas Passarinho, que, quando fala em termos de educação, tem uma grande responsabilidade, porque foi Ministro da Educação, gostaria de dar minha opinião como Senador por São Paulo. Fazemos muitas restrições ao desenrolar da Política Educacional do Governo. Como já esclareceu o nosso Líder Senador, Franco Montoro, o Governo tem diminuído a sua aplicação, em termos de verbas orçamentárias para a educação, ao mesmo tempo em que tem incentivado o ensino particular. Isso tem desqualificado o ensino. Ainda outro dia lia, num jornal de São Paulo, que, nas faculdades, o maior esforço que se exige dos alunos é o financeiro, porque outro esforço não se exige. O ensino tem sido desqualificado, em razão da quantidade demasia-damente grande de escolas que se formam — como disse o Senador Jarbas Passarinho, Faculdades de Direito e outras de Ciências Humanas, sem nenhum controle. Mas a restrição que eu gostaria de assinalar, no aparte do Senador Jarbas Passarinho, é que o Governo, em última análise, é que autoriza ou não uma escola. Esta questão de argumentar com "fato consumado", em termos de escolas que des-

qualificam o ensino e se fecham, sem condições de funcionar, nós creditamos a responsabilidade à Política Educacional do Governo e não aos prefeitos que, muitas vezes, têm evidentemente a intenção de trazer uma Escola Superior à sua cidade. O que importa é que o Governo deve ter a responsabilidade de controlar esse aspecto, essa autorização para essa escola, que desqualifica e realmente deixa o ensino brasileiro na situação que está, na nossa opinião, muito ruim.

**O SR. WILSON GONÇALVES (Ceará)** — Agradeço a interferência de V. Ex<sup>e</sup> que aborda um aspecto realmente importante quanto à eficiência do ensino. Esta observação que V. Ex<sup>e</sup> faz eu a vejo desde o tempo em que cursava a Faculdade de Direito em que me formei. Encontrando-me com um amigo de meu pai ele me perguntou: "Você está na "Facilidade" de Direito?" (Risos.) No entanto sei do esforço que fiz para sair formado daquela "facilidade". Não vou dizer a V. Ex<sup>e</sup> que não haja, no Brasil, faculdade que "facilite", mas não vamos fazer a injustiça de generalizar isso para todas as faculdades particulares. Ai é que está a injúria que se pode fazer. Nunca se deve partir de um aspecto singular, e tirar dele uma generalidade, que pode ser irreleal e injusta. De maneira que a afirmação de V. Ex<sup>e</sup> pode ser procedente, em determinado caso...

**O Sr. Orestes Quérzia (São Paulo)** — No caso de São Paulo é procedente, Excelência.

**O SR. WILSON GONÇALVES (Ceará)** ... e pode não ser em muitos casos.

**O Sr. Orestes Quérzia (São Paulo)** — V. Ex<sup>e</sup> mesmo disse que não conhece aspectos da educação de todo o País. Evidentemente, que não. Mas em São Paulo há generalidade.

**O SR. WILSON GONÇALVES (Ceará)** — Permita-me V. Ex<sup>e</sup> usar uma expressão do Nordeste: estou aqui "de metido que sou". (Risos.)

**O Sr. Jarbas Passarinho (Pará)** — V. Ex<sup>e</sup> permitiria ainda um aparte?

**O SR. WILSON GONÇALVES (Ceará)** — Com muito prazer.

**O Sr. Jarbas Passarinho (Pará)** — Assim como V. Ex<sup>e</sup> se sente naturalmente constrangido — e no seu caso não há razão para temer se demorar na tribuna, porque todos estamos apreciando a sua oração — sinto-me constrangido por interferir várias vezes.

**O SR. WILSON GONÇALVES (Ceará)** — É um prazer.

**O Sr. Jarbas Passarinho (Pará)** — Primeiro, porque roubo ao Senado a palavra maior, que é a de V. Ex<sup>e</sup> ...

**O SR. WILSON GONÇALVES (Ceará)** — Muito grato pela gentileza de V. Ex<sup>e</sup>

**O Sr. Jarbas Passarinho (Pará)** — ... segundo, estou sendo citado nominalmente, para honra minha, pelo ilustre Senador por São Paulo, e eu aceito o repto. Se S. Ex<sup>e</sup> acha que V. Ex<sup>e</sup> não conhece o problema educacional de São Paulo, aceito o repto porque me considero conhecedor do problema educacional daquele Estado, e exataamente aquela afirmativa de S. Ex<sup>e</sup> merece reparo.

**O SR. WILSON GONÇALVES (Ceará)** — Chegou o meu Anjo da Guarda. (Risos.)

**O Sr. Jarbas Passarinho (Pará)** — Não sei se será tão bom, mas veremos se, pelo menos, o Arcanjo Gabriel resolve o problema. Em primeiro lugar, eu diria que o nobre Senador Orestes Quérzia afirma, com muita facilidade, coisas que não poderá provar. Tem sido um rebrado da Oposição, a afirmativa — quando eu era Ministro da Educação provei ao Líder do MDB, que era o Senador Nelson Carneiro, que não havia razão para essa afirmativa — de diminuição de verbas para Educação. Quando a nobre Oposição nos trouxe os dados, inclusive, naturalmente, com parecer até de Deputados da ARENA, temos oportunidade de discutir o problema, como cavalheiros e Se-

nadores que somos. Segundo, quando S. Ex<sup>e</sup> disse que o Governo incentiva, por falta de coragem, a escola particular, falta, outra vez, com a realidade. E muito particularmente no Estado de S. Ex<sup>e</sup>, São Paulo, de onde parte a maior pressão para que as escolas particulares sejam reconhecidas. Ora, o que ocorreu, Sr. Senador, já lhe foi dito ainda há pouco. O Governo Federal reservou-se para fazer crescer e ampliar as vagas nas áreas consideradas prioritárias e de interesse para o País. Mas, no Estado de São Paulo — podemos citar o exemplo de Campinas, que teve o nobre Senador Orestes Quérzia como seu Prefeito, uma cidade que tem um vulto tal de recursos que pode aplicar perfeitamente bem na educação até de terceiro grau. As universidades que conheço lá são estaduais, uma ligada à iniciativa particular, que é a hoje Pontifícia Universidade Católica, e a outra, a Universidade de São Paulo, à UNICAMP. Ora, precisamente no território de São Paulo e, mais do que precisamente, na Capital de São Paulo, a ação saneadora do Ministério da Educação se fez sentir, fechando um Instituto Politécnico, que lá funcionava há muitos anos. S. Ex<sup>e</sup> diz que o fato consumado não deve ficar consumado. É claro! Mas nós não podemos manter a vigilância em todo o território nacional, para impedir que determinadas entidades apareçam com um suposto edital de ensino livre e começem a ensinar, para depois pretender dar títulos. O Ministério fez 62 intervenções saneadoras no Brasil, na maioria nos Estados de São Paulo e de Minas Gerais. Portanto, a mim me parece que não tem cabimento o que S. Ex<sup>e</sup> afirmou. Vou mais longe: o Estado de São Paulo dispunha, para a sua Secretaria Estadual de Educação, de 50 milhões de cruzeiros mais do que eu tinha no Orçamento para o Ministério da Educação e Cultura do Brasil. Esta é a escala de São Paulo. Por isso falamos em 5 milhões de votos. Por isso falamos em bilhões e bilhões de cruzeiros no orçamento, o que ainda é insuficiente para a própria demanda educacional do Estado de São Paulo. Em consequência, nobre Senador Wilson Gonçalves, eu mais uma vez tenho que pedir a V. Ex<sup>e</sup>, primeiro, que me releve a falta, porque é uma falta grave interrompê-lo; segundo, que me permita dar, através de V. Ex<sup>e</sup> uma resposta ao nobre Senador por São Paulo. Vou me cuidar, desde logo, para me inscrever em ocasião conveniente — segundo alguns, é preciso adormecer no Senado e, se for o caso, virei adormecer no Senado para poder dar a minha explicação sobre algumas afirmativas que fizeram milhares de votos serem carreados para o MDB, sem corresponderem àquilo que se deu de fato. Essa seria a observação a fazer.

**O SR. PRESIDENTE (Benjamim Farah)** — Peço licença ao nobre orador para informar que S. Ex<sup>e</sup> nos encantou a todos com seu belíssimo discurso, falou uma hora e vinte minutos, depois teve mais vinte minutos de prorrogação. E o seu tempo já está esgotado. O nobre Senador Jarbas Passarinho está inscrito e terá oportunidade de falar, logo em seguida. Eu asseguro a palavra ao nobre orador e peço que não deem mais apartes, para que S. Ex<sup>e</sup> conclua a sua oração.

**O Sr. José Sarney (Maranhão)** — Eu pediria a V. Ex<sup>e</sup> licença para um breve aparte.

**O SR. WILSON GONÇALVES (Ceará)** — É muito difícil ser breve mas eu concedo.

**O Sr. José Sarney (Maranhão)** — A afirmação do Senador Orestes Quérzia, de que o estudo em São Paulo está muito ruim, tem uma acusação implícita a um seu colega de Bancada, o ilustre Senador Franco Montoro, que é um grande professor do ensino universitário em São Paulo. Também não acredito que o Senador Orestes Quérzia, como aluno, tenha vindo matricular-se em Brasília justamente porque o ensino em São Paulo esteja tão ruim.

**O SR. WILSON GONÇALVES (Ceará)** — Agradeço o aparte de V. Ex<sup>e</sup>, realmente conciso.

**O Sr. Orestes Quérzia (São Paulo)** — V. Ex<sup>e</sup> me permite?

**O Sr. Dinarte Mariz (Rio Grande do Norte)** — V. Ex<sup>e</sup> vai me conceder um aparte reduzido...

**O SR. WILSON GONÇALVES (Ceará)** — Por mim vou até de manhã, a Mesa é que não permite.

**O Sr. Orestes Quércea (São Paulo)** — Apenas um minuto. Aliás o nobre Senador José Sarney...

**O SR. WILSON GONÇALVES (Ceará)** — Darei o aparte aos grandes Estados, São Paulo e Rio Grande do Norte.

**O Sr. Orestes Quércea (São Paulo)** — O nobre Senador José Sarney é mestre na arte de usar as palavras com intuito de dividir, mas o fato é que, quando o Senador Jarbas Passarinho for tratar deste assunto, talvez possamos dialogar. Realmente, em que pese a grande administração do Ministro Jarbas Passarinho, em que pese a categoria do mestre Franco Montoro, o ensino em São Paulo, no geral, em termos de qualidade, é uma lástima. Permita-nos contar uma breve estória, talvez uma piada, que exprime bem a realidade do ensino de São Paulo, não sei se do Brasil: um cidadão qualquer liga o telefone, engana-se no número e, ao informar a quem atendeu que cometera um engano, recebe a resposta: "Não adianta, o Sr. já está matriculado. Aqui é da Faculdade de Direito..."

**O SR. WILSON GONÇALVES (Ceará)** — Concedo o aparte ao nobre Senador Dinarte Mariz, mas gostaria que encerrássemos os debates. Minha preocupação está aumentando, uma vez que a Mesa já esgotou sua tolerância e eu não tenho autoridade para desrespeitar o Regimento.

**O Sr. Dinarte Mariz (Rio Grande do Norte)** — A minha insistência em dar o aparte a V. Ex<sup>t</sup>, a este discurso tão oportuno e tão brilhante que V. Ex<sup>t</sup> pronuncia, é para registrar um fato testemunhado pelo nobre Senador Franco Montoro, quando S. Ex<sup>t</sup>, falando sobre o Banco Nacional da Habitação, referiu-se à qualidade de residências desabitadas, no Nordeste. Nobre Senador Wilson Gonçalves, somos nordestinos e foi muito bom que tal afirmação tivesse sido feita. Por que não se citou São Paulo ou outros Estados do Centro-Sul do País? Naturalmente, pela deficiência de recursos do nordestino. E é para isto que chamo a atenção da Casa, nesta hora. S. Ex<sup>t</sup>, que é tão cuidadoso em apontar o problema social deste País, devia, na observação que fez, ter registrado a diferença econômica entre as duas Regiões, a do Nordeste e a do Centro-Sul, da qual faz parte o seu rico Estado de São Paulo, orgulho de todos nós. Mas quero também frisar que V. Ex<sup>t</sup> está proferindo discurso com tanta eficiência que o Líder Senador Franco Montoro deixou a sua sempre brilhante argumentação para citar, como desperdício de dinheiro, o orçamento publicado pelo Banco Nacional da Habitação. Parece tão irrisório que isso testemunha a falta de argumentos válidos para contestar o discurso de V. Ex<sup>t</sup>

**O SR. WILSON GONÇALVES (Ceará)** — Muito obrigado a V. Ex<sup>t</sup>. Vou procurar concluir o discurso.

Estava tentando mostrar o interesse e os propósitos do Governo do eminentíssimo Presidente Geisel, em relação ao problema educacional no País.

E dizia:

Está acima de qualquer contestação que, apoiado nas irrecusáveis conquistas obtidas nesse setor pelos seus ilustres antecessores, Sua Excelência coloca a educação do povo brasileiro num plano de absoluta prioridade, atribuindo-lhe os meios necessários para atingir os mais promissores resultados.

Na sua Mensagem deste ano apresentada ao Congresso Nacional, assevera textualmente o Primeiro Mandatário da Nação:

"A Política Social tem sido objeto da maior atenção do meu Governo, de que são indicadores inegáveis a criação do Conselho de Desenvolvimento Social, que mantém em permanente prioridade, nos mais altos níveis de decisão, a área coordenada dos Ministérios sociais, e o estabelecimento do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social, que, já em 1975, disporá de 3,5 bilhões de cruzeiros.

"O Governo tem plena consciência do quanto representam a Educação e a Cultura no processo de valorização do homem brasileiro, inclusive como investimento de alta rentabilidade, se bem que diferida no tempo, para o próprio desenvolvimento econômico do País.

"Nesse sentido, continuou-se a dinamizar o ensino em todos os níveis, desde o Pré-escolar à Pós-graduação, sem esquecer as áreas da cultura e do esporte.

"Merecem destaque a disseminação de cursos de curta duração, de grande importância para o desenvolvimento do País, assim como o estabelecimento de critérios para a criação de novas faculdades que resultem numa melhoria de qualidade e em maior racionalização do ensino" (Mensagem, págs. 25 e 26).

Além da normal atuação do Ministério da Educação e Cultura, nos diversos setores de sua competência, dando continuidade aos serviços e obras planejados como se vê da exposição constante da referida Mensagem (págs. 101 a 102), o Governo do honrado Presidente Ernesto Geisel adotou providências de extraordinária importância no âmbito educacional, as quais comprovam as suas reais intenções e a sua firme decisão de enfrentar, com vigor e profundidade, o complexo problema. Podemos citar, como exemplos, o II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979) e o Orçamento Plurianual de Investimentos para o triénio de 1975/1977 (Lei nº 6.188, de 16-12-74).

No primeiro documento, que "define a política nacional de desenvolvimento nos campos econômico e social" e "estabelece os objetivos básicos, a estratégia e os instrumentos gerais de ação do Governo naquelas duas áreas" se inclui a "Política de Valorização dos Recursos Humanos, para qualificação acelerada da mão-de-obra, aumentando sua capacidade de obtenção de maior renda, através da Educação, Treinamento Profissional, Saúde, Saneamento e Nutrição, com investimentos no valor de Cr\$ 267 bilhões".

É realmente promissor o quadro de indicadores sociais no setor educacional, que a seguir se transcreve:

**QUADRO II**  
**1979: INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS**

Setores	Número de Matrículas (milhões) (a)	1974 (*)	Previsto para 1979	Aumento No período (%)	
<b>Ensino de 1º grau</b>	Número de Matrículas (milhões) (a)	18,2	23,0	26	
	Taxa de Escolarização Real (%)	84	90	—	
<b>Ensino de 2º grau</b>	Número de Matrículas (milhões)	1,7	2,5	47	
	Número de Matrículas (milhões)	1,1	1,7	55	
<b>Ensino Superior</b>	Número de Docentes em Regime de Tempo Integral (milhares)	3,1	5,7	84	
	Número de Docentes em Regime de 24 horas por semana (milhares)	6,6	8,7	32	
<b>Ensino Supletivo</b>	Número de Matrículas para alfabetização no MOBRAL (milhões) (b)	5,1	8,8	72	
	Número de Matrículas para Educação Integrada no MOBRAL (milhões)	1,2	7,7(c)	542	
Número de Trabalhadores Treinados Profissionalmente (milhões)		187	380	103	

No Orçamento Plurianual de Investimentos para o triênio de 1975/1977, observa-se a mesma diretriz com a destinação de recursos substanciais ao Ministério da Educação, a saber:

Em 1975 — Cr\$ 5.356.902.800

Em 1976 — Cr\$ 5.444.926.100

Em 1977 — Cr\$ 5.577.526.200

Já no Orçamento da União para o corrente ano, computados os recursos do Tesouro e os provenientes de outras fontes, as dotações consignadas ascendem à cifra de Cr\$ 6.174.529.200. Dos três bilhões e trezentos milhões, em 1973, já para este ano é consignada uma dotação de quase o dobro.

Em sintonia com esta exata e elevada visão do problema educativo, que bem revela a clarividência do Governo, a Aliança Renovadora Nacional inscreveu no seu Programa, ora em fase de reformulação, princípios claros e definidos a respeito da educação no Brasil, dentro de uma concepção moderna e dinâmica, preconizando, para atingir as metas previstas, a realização de grandes investimentos em educação e cultura e treinamento profissional, a democratização do ensino e a sua compatibilização com a realidade de nosso processo de desenvolvimento.

Não é preciso visão de sociólogo para constatar que a sociedade brasileira evolui consideravelmente nos últimos anos, elevando o seu nível médio de cultura, e aumentando o volume de conhecimentos entre os seus membros. É obra da escola, auxiliada pelos veículos modernos da comunicação.

Há, nesse tocante, uma inegável ascensão do status social e econômico do brasileiro, e é profundamente grato e emocionante verificarmos, nesse jovem e numeroso contingente de médicos, bachareis, engenheiros, economistas, químicos, e técnicos de modo geral, filhos de pais humildes e modestíssimos, os quais, inteligentes e vontadosos como os moços ricos, adquiriram, através da educação, mais eficientes e poderosas condições de servir à sua Pátria. Este fenômeno social, que se amplia dia a dia, infunde em todos nós, da atual geração, maior confiança na mocidade e nos nossos destinos.

Por outro lado, embora por forma indireta, essa capacitação profissional das novas gerações conduz necessariamente a uma melhor e mais justa distribuição da renda nacional, aspiração maior de toda a sociedade que deseja trilhar, com estabilidade e equilíbrio, os caminhos desconhecidos do futuro.

Entendo, pois, que, à custa de tantos esforços e tantas dedicações, o Governo vem obtendo brilhantes vitórias e gradativo êxito do seu maior objetivo — a valorização e o bem-estar do homem brasileiro.

Não poderia concluir este despretensioso pronunciamento sem consignar uma nota a um tempo emotiva e honrosa: é que os três últimos Ministros da Educação e Cultura são vinculados ao Senado Federal, os nobres e eminentes Senadores Tarso Dutra, Jarbas Passarinho e Ney Braga, e todos eles, com a sua cultura, inteligência, dedicação e patriotismo, se tornaram autênticos beneméritos dessa meritória cruzada em prol da educação no Brasil. (Muito bem! Palmas.)

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**RESENHA DAS MATÉRIAS APRECIADAS  
DE 1º A 30 DE ABRIL DE 1975**  
(Art. 293, inciso II, do Regimento Interno)

**Projetos rejeitados:**

Projeto de Lei do Senado nº 76, de 1974 — Suprime expressões do artigo 566 da Consolidação das Leis do Trabalho. — Sessão: 2-4-75.

Projeto de Lei do Senado nº 79, de 1974 — Acrescenta parágrafo ao art. 115 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952. — Sessão: 3-4-75.

Projeto de Lei da Câmara nº 04, de 1971 — Dispõe sobre a situação dos empregados balonistas que percebem comissão. — Sessão: 4-4-75.

Projeto de Lei da Câmara nº 02, de 1973 — Dá nova redação ao artigo 467 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. — Sessão: 7-4-75.

Projeto de Lei da Câmara nº 191, de 1974 — Torna obrigatória a instalação de registrador de velocidade em ônibus e caminhões. — Sessão: 9-4-75.

Projeto de Lei da Câmara nº 193, de 1974 — Estabelece normas para a segurança de trânsito de qualquer natureza, nas vias terrestres do território nacional, abertas à circulação pública. — Sessão: 9-4-75.

Projeto de Lei do Senado nº 08, de 1975 — Promove a unificação do salário mínimo em todo o território nacional, e dá outras providências. — Sessão: 23-4-75.

#### Projetos devolvidos à Câmara dos Deputados:

Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 1974 — Regula o exercício da profissão de Propagandista e Vendedor de Produtos Farmacêuticos, e dá outras providências. — Sessão: 16-4-75.

Projeto de Lei da Câmara nº 01, de 1974 — Institui a data de 3 de maio como o Dia do Parlamento. — Sessão: 17-4-75.

#### Projetos enviados à sanção:

Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 1974 — Dispõe sobre a distribuição gratuita à magistratura e magistério especializado das publicações do Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências. — Sessão: 2-4-75.

Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 1974 — Acrescenta alínea ao art. 514, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. — Sessão: 3-4-75.

Projeto de Lei da Câmara nº 84, de 1974 — Atribui a estudantes em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-lei nº 1.044, de 1969, e dá outras providências. — Sessão: 8-4-75.

Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 1974 — Dá nova redação aos Artigos 469 e seus parágrafos, 470 e 659 da Consolidação das Leis do Trabalho. — Sessão: 9-4-75.

Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 1974 — Dá valor de documento de identidade às carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional, e dá outras providências. — Sessão: 10-4-75.

Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 1974 — Modifica o art. 130 do Decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927 (Código de Menores). — Sessão: 30-10-75.

#### Projetos de Resolução Aprovados:

Projeto de Resolução nº 70, de 1974 — Suspende a execução do art. 192, caput, da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, na redação da Emenda Constitucional nº 2, de 30 de junho de 1972, e das expressões "sofrer acidente ou", constantes do parágrafo único do referido art. 192. — Sessão: 18-4-75.

Projeto de Resolução nº 03, de 1975 — Suspende a execução do art. 14 da Lei nº 2.145, de 24 de novembro de 1972, do antigo Estado da Guanabara, na parte que inclui os itens 19 e 22 do art. 3º do Decreto-lei nº 78, de 1969. — Sessão: 18-4-75.

Projeto de Resolução nº 15, de 1975 — Autoriza a Prefeitura Municipal de São Paulo a realizar operação de empréstimo no valor de US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares americanos), a ser utilizado na construção da linha Leste-Oeste da Companhia do Metropolitano de São Paulo — METRO. — Sessão: 23-4-75.

Projeto de Resolução nº 04, de 1975 — Suspende, por inconstitucionalidade, a execução dos §§ 2º e 3º do art. 83 da Lei nº 2.085-A, do antigo Estado da Guanabara. — Sessão: 25-4-75.

Projeto de Resolução nº 05, de 1975 — Suspende a execução de dispositivos de Decreto e de Lei do Município de Lucélia, no Estado de São Paulo. — Sessão: 25-4-75.

Projeto de Resolução nº 08, de 1975 — Suspende a proibição contida nas Resoluções nºs 58, de 1968, 79, de 1970, 52, de 1972, e 35, de 1974, para permitir que o Governo do Estado do Rio Grande do Sul eleve em Cr\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada. — Sessão: 28-4-75.

Projeto de Resolução nº 13, de 1975 — Suspende a proibição contida na Resolução nº 58, de 1968, revigorada pelas nºs 79, de 1970, 52, de 1972, e 35, de 1974, todas do Senado Federal, para permitir que a Prefeitura Municipal de Pederneiras (SP) fixe em Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros) o limite de sua dívida consolidada. — Sessão: 30-4-75.

## ATAS DAS COMISSÕES

### COMISSÃO DE REDAÇÃO

#### 3ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), REALIZADA AO 1º DIA DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE 1975

Às onze horas do dia primeiro do mês de abril do ano de mil novecentos e setenta e cinco, reúne-se a Comissão de Redação sob a Presidência do Senhor Senador Renato Franco, Vice-Presidente, presentes os Senhores Senadores José Lindoso, Orestes Quérzia e Mendes Canale.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Danton Jobim, Presidente, e Orlando Zancaner.

É lida e aprovada a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova o parecer em que o Senhor Senador José Lindoso apresenta a redação do vencido, para o segundo turno regimental, do Projeto de Lei do Senado nº 130, de 1973, que altera dispositivos da Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963, que dispõe sobre o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil.

Nada mais havendo a tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Maria Carmen Castro Souza, Assistente, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

#### 4ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), REALIZADA AOS 9 DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE 1975

Às dezoito horas do dia nove do mês de abril do ano de mil novecentos e setenta e cinco, reúne-se a Comissão de Redação sob a Presidência do Sénior Senador Renato Franco, Vice-Presidente, presentes os Senhores Senadores Virgílio Távora, José Lindoso e Dirceu Cardoso.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Danton Jobim, Presidente, Orestes Quérzia e Orlando Zancaner.

É lida e aprovada a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova o parecer em que o Senhor Senador Virgílio Távora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 7, de 1975, que suspende a proibição contida nas Resoluções nºs 58, de 1968, 79, de 1970, 52, de 1972, e 35, de 1974, para permitir que o Governo do Estado de Minas Gerais aumente para Cr\$ 2.040.200.000,00 (dois bilhões, quarenta milhões e duzentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

Nada mais havendo a tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Maria Carmen Castro Souza, Assistente, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

#### 5ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), REALIZADA AOS 14 DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE 1975

Às onze horas do dia quatorze do mês de abril do ano de mil novecentos e setenta e cinco, reúne-se a Comissão de Redação sob a Presidência do Senhor Senador Renato Franco, Vice-Presidente, presentes os Senhores Senadores Dirceu Cardoso, Mendes Canale e José Lindoso.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Danton Jobim, Presidente, Orestes Quérzia e Orlando Zancaner.

É lida e aprovada a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova os pareceres em que são apresentadas as seguintes redações finais:

a) pelo Senhor Senador Dirceu Cardoso, do Projeto de Resolução nº 3, de 1975, que suspende a execução do art. 14 da Lei nº 2.145, de 24 de novembro de 1972, do antigo Estado da Guanabara, na parte que inclui os itens 19 e 22 do art. 3º do Decreto-lei nº 78, de 1969;

b) pelo Senhor Senador Mendes Canale, do Projeto de Resolução nº 4, de 1975, que suspende, por constitucionalidade, a execução dos parágrafos 2º e 3º do art. 83 da Lei nº 2.085-A, do antigo Estado da Guanabara.

Nada mais havendo a tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Maria Carmen Castro Souza, Assistente, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

#### 6º REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), REALIZADA AOS 15 DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE 1975

Às onze horas do dia quinze do mês de abril do ano de mil novecentos e setenta e cinco, reúne-se a Comissão de Redação sob a Presidência do Senhor Senador Renato Franco, Vice-Presidente, presentes os Senhores Senadores Mendes Canale e Dirceu Cardoso.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Danton Jobim, Presidente, Orestes Quercia, José Lindoso e Orlando Zancaner.

É lida e aprovada a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova o parecer em que o Senhor Senador Mendes Canale apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 70, de 1974, que suspende a execução do art. 192, *caput*, da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, na redação da Emenda Constitucional nº 2, de 30 de junho de 1972, e das expressões "sofrer acidente ou", constantes do parágrafo único do referido artigo 192.

Nada mais havendo a tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Maria Carmen Castro Souza, Assistente, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

#### 7º REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), REALIZADA AOS 17 DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE 1975

Às onze horas do dia dezessete do mês de abril do ano de mil novecentos e setenta e cinco, reúne-se a Comissão de Redação sob a Presidência do Senhor Senador Renato Franco, presentes os Senhores Senadores Orestes Quercia, José Lindoso e Mendes Canale.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Danton Jobim, Presidente, e Orlando Zancaner.

É lida e aprovada a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova o parecer em que o Senhor Senador José Lindoso apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 5, de 1975, que suspende a execução de dispositivos de Decreto e de Lei do Município de Lucélia, no Estado de São Paulo.

Nada mais havendo a tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Maria Carmen Castro Souza, Assistente, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

#### 8º REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), REALIZADA AOS 18 DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE 1975

Às onze horas do dia dezoito do mês de abril do ano de mil novecentos e setenta e cinco, reúne-se a Comissão de Redação sob a Presidência do Senhor Senador Renato Franco, presentes os Senhores Senadores José Lindoso e Dirceu Cardoso.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Danton Jobim, Presidente, Orlando Zancaner e Orestes Quercia.

É lida e aprovada a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova o parecer em que o Senhor Senador José Lindoso apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 8, de 1975, que suspende a proibição contida nas Resoluções nºs 58, de 1968, 79, de 1970, 52, de 1972, e 35, de 1974, para permitir que o Governo do Estado do Rio Grande do Sul eleve em Cr\$ 150.000.000,00 (cento e cinqüenta milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

Nada mais havendo a tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Maria Carmen Castro Souza, Assistente, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

#### 9º REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), REALIZADA AOS 23 DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE 1975

Às dezoito horas e quinze minutos do dia vinte e três do mês de abril do ano de mil novecentos e setenta e cinco, reúne-se a Comissão de Redação sob a Presidência do Senhor Senador Danton Jobim, presentes os Senhores Senadores José Lindoso, Virgílio Távora e Dirceu Cardoso.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Renato Franco, Vice-Presidente, Orestes Quercia e Orlando Zancaner.

É lida e aprovada a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova o parecer em que o Senhor Senador José Lindoso apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 15, de 1975, que autoriza a Prefeitura do Município de São Paulo a realizar operação de empréstimo no valor de US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares norte-americanos), a ser utilizado na construção da linha Leste-Oeste da Companhia do Metropolitano de São Paulo — METRO.

Nada mais havendo a tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Maria Carmen Castro Souza, Assistente, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

#### 10º REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), REALIZADA AOS 25 DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE 1975

Às onze horas do dia vinte e cinco do mês de abril do ano de mil novecentos e setenta e cinco, reúne-se a Comissão de Redação sob a Presidência do Senhor Senador Danton Jobim, Presidente, presentes os Senhores Senadores Virgílio Távora, José Lindoso e Dirceu Cardoso.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Renato Franco, Vice-Presidente, Orestes Quercia e Orlando Zancaner.

É lida e aprovada a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova o parecer em que o Senhor Senador Virgílio Távora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 13, de 1975, que suspende a proibição contida na Resolução nº 58, de 1968, revigorada pelas nºs 79, de 1970, 52, de 1972, e 35, de 1974, todas do Senado Federal, para permitir que a Prefeitura Municipal de Pederneiras (SP) fixe em Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros) o limite de sua dívida consolidada.

Nada mais havendo a tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Maria Carmen Castro Souza, Assistente, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

#### 11º REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) REALIZADA AOS 30 DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE 1975

Às onze horas do dia trinta do mês de abril do ano de mil novecentos e setenta e cinco, reúne-se a Comissão de Redação sob a Presidência do Senhor Senador Danton Jobim, presentes os Senhores Senadores Orestes Quercia, José Lindoso e Virgílio Távora.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Renato Franco, Vice-Presidente, e Orlando Zancaner.

É lida e aprovada a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova os seguintes pareceres:

a) em que o Senhor Senador José Lindoso apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 1, de 1975-DF, que altera a denominação da Central de Abastecimento de Brasília S/A — CENABRA; e a redação final do Projeto de Resolução nº 9, de 1975, que suspende a proibição contida nas Resoluções nºs 58, de 1968, 79, de 1970, 52, de 1972, e 35, de 1974, para permitir que a Prefeitura

Municipal de Santa Bárbara do Sul (RS) fixe em Cr\$ 600.000,00 (seiscientos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada; e

b) pelo Senhor Senador Orestes Quêrcia da redação final do Projeto de Resolução nº 6, de 1975, que suspende, por constitucionalidade, a execução do inciso II do § 1º do art. 16 do Decreto nº 683, de 3 de setembro de 1971, do Estado de Santa Catarina.

Nada mais havendo a tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Maria Carmem Castro Souza, Assistente, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

## COMISSÃO DE SAÚDE

### 2ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), REALIZADA EM 7 DE ABRIL DE 1975

Às quinze horas do dia sete de abril do ano de mil novecentos e setenta e cinco, no Auditório Milton Campos, presentes os Senhores Senadores Fausto Castelo-Branco, Presidente, Catete Pihheiro, Ruy Santos, Otair Becker, Gilvan Rocha, Adalberto Sena e Altevir Leal, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Saúde.

Iniciados os trabalhos e dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, o Senhor Presidente faz ingressar no recinto o Senhor Ministro da Saúde, Professor Paulo de Almeida Machado, convidando-o a assumir o lugar de honra à Mesa. São também convidados para comporem a Mesa os Senhores Deputado Fábio Fonseca, Presidente da Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados, Dr. José Carlos Seixas, Secretário-Geral do Ministério da Saúde, Dr. Newton Muylaert de Azevedo, Secretário de Saúde do Distrito Federal, e Dr. Frederico Bressani, Chefe da 5ª Zona da Organização Pan-Americana da Saúde e representante da Organização Mundial da Saúde.

Ao conceder a palavra ao Ministro Paulo de Almeida Machado, o Senhor Presidente assinala o regozijo da Comissão de Saúde em contar com a presença do ilustre convidado que, em comemoração ao transcurso do Dia Mundial da Saúde, proferirá palestra sobre o evento e esclarece que, dado o caráter especial da reunião, não haverá o debate tão comum nesta Casa do Congresso Nacional.

Inicialmente, o Senhor Ministro da Saúde salienta que a escolha do Congresso Nacional para a celebração da data, "sob seu teto amplo e generoso, lado a lado com os representantes eleitos do povo brasileiro", deve-se à convicção de que "Saúde Pública não se faz para o povo mas com o povo, porque ela não é uma dádiva e sim uma conquista, fruto do esforço comum".

Dizendo ser a erradicação da varíola o tema recomendado pela Organização Mundial da Saúde para as comemorações deste ano, o Ministro Almeida Machado afirma que "ao fim de quatro anos de esforço, com assessoria técnica internacional, recursos substanciais fornecidos pela OMS e dispendendo até um milhão e duzentos mil dólares de recursos próprios em um ano, o Brasil conseguiu finalmente vacinar toda a sua população e erradicar a varíola". Adverte, entretanto, que ela existe em outros países na África e na Ásia. E continua: "Para manter o nosso País livre daquela doença, é necessário não esquecer da possibilidade de sua reintrodução e manter permanente vigilância até que se complete a erradicação da moléstia em todo o mundo". Por esta razão, entende que o programa de vacinação deve prosseguir com igual vigor.

Revela o titular da Pasta da Saúde que "em 1974, em todo o território nacional, chegou-se a atingir 93,8% da meta estabelecida para a vacinação antivariólica, sendo que o Pará, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Fernando de Noronha e Distrito Federal atingiram os 100%. Mas, por outro lado, assevera que o Acre, Amazonas, Amapá, Piauí, Rio Grande do Norte, Bahia e Mato Grosso continuam com os índices de vacinação baixos, em torno dos 50%, mesmo considerando os dados acumulados de 73/74".

Prosseguindo, o Ministro Almeida Machado lembra ser necessário um esforço concentrado este ano, para que seja mantido um índice superior a 80% em cada unidade da Federação, e assegura

que "o Governo do Presidente Ernesto Geisel, tendo eleito o Homem como objeto supremo de todo o planejamento nacional, não poupa esforços para que seja atingida aquela meta".

"Por isto é que — conclui o orador — a Saúde Pública Brasileira, em todos os níveis, deve aprimorar a vigilância dominada por um só pensamento: é impossível retroceder."

Em seguida, o Senhor Presidente concede a palavra ao Dr. Frederico Bressani, Chefe da 5ª Zona da Organização Pan-Americana da Saúde, que faz um histórico da instituição do Dia Mundial da Saúde, agradece o realce que este ano vem sendo conferido à data e, na qualidade de representante da Organização Mundial da Saúde, termina por ler a mensagem do seu Diretor-Geral, Dr. H. Mahler, sob o título: "Varíola: impossível retroceder".

O Senhor Senador Fausto Castelo-Branco, antes de dar a palavra ao Senhor Deputado Fábio Fonseca, Presidente da Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados, apresenta as suas escusas por não ser possível a Mesa acolher as destacadas autoridades presentes à solenidade, dentre elas o Presidente da ARENA e Líder do Governo, representantes das Forças Armadas e do Congresso.

O Senhor Deputado Fábio Fonseca, em virtude da afonia de que está acometido, solicita que fale em nome da Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados o Senhor Deputado Valério Rodrigues. Este, em seu pronunciamento, faz uma análise da evolução da vacina antivariólica e da sua eficácia, e termina exaltando o papel da Organização Mundial da Saúde no combate à varíola; doença que considera praticamente erradicada graças à união de todos os países, numa ação conjunta, sem precedente no Setor Saúde.

Concluindo, o Sr. Presidente agradece a presença do Sr. Ministro da Saúde e dos demais componentes da Mesa, dos Membros das Comissões de Saúde do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, das autoridades civis e militares, e determina que as notas taquigráficas, tão logo decifradas, sejam publicadas em anexo à presente Ata.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Ronaldo Pacheco, Assistente da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

### ANEXO À ATA DA 2ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE SAÚDE, REALIZADA EM 7 DE ABRIL DE 1975

**Integra do pronunciamento do Senhor Ministro da Saúde, Dr. Paulo de Almeida Machado, em Comemoração ao Dia Mundial da Saúde.**

*Publicação devidamente autorizada pelo Senhor Presidente*

**O SR. PRESIDENTE (Fausto Castelo-Branco) —** Ao declarar abertos os nossos trabalhos de hoje, dois fatos importantes marcam, de modo especial, esta reunião.

A presença de S. Ex<sup>a</sup> ou Sr. Ministro da Saúde, Professor Paulo de Almeida Machado, que aqui veio espontaneamente para este contato com a Comissão de Saúde da Câmara e do Senado, na data de hoje, 7 de abril, Dia Mundial da Saúde.

Antes de dar início aos nossos trabalhos, eu gostaria de convidar, para comporem a Mesa, o Sr. Deputado Fábio Fonseca, Presidente da Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados; o Dr. Newton Muylaert de Azevedo, Secretário de Saúde do Distrito Federal; o Dr. José Carlos Seixas, Secretário-Geral do Ministério da Saúde; o Dr. Frederico Bressani, da 5ª Zona Pan-Americana de Saúde.

Antes de dar início à reunião, como se trata de uma data especial, anteriormente circunscrita ao gabinete ministerial e aos pronunciamentos na Câmara e no Senado, é-me grato registrar que, desta vez, o Ministro veio até nós, para proferir uma palestra sobre a data, e peço desculpas por não haver o diálogo e o debate, tão comum nesta Casa do Congresso Nacional.

Com a palavra S. Ex<sup>e</sup> o Sr. Ministro da Saúde, Professor Paulo de Almeida Machado.

**O SR. PAULO DE ALMEIDA MACHADO (Ministro da Saúde) —** Sr. Presidente da Comissão de Saúde do Senado Federal, Sr. Presidente da Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados, Sr. Delegado da Organização Pan-Americana de Saúde, Sr. Secretário de Saúde do Distrito Federal, Srs. Deputados, prezados colegas, minhas senhoras, meus senhores, meus companheiros do Ministério da Saúde:

Comemora-se, hoje, em todo o Brasil e em todos os países-membros da OMS, o Dia Mundial da Saúde.

Integrando o Brasil aquela organização internacional, o Ministério da Saúde tem promovido, anualmente, a comemoração desta data, que lembra, antes de mais nada, a cooperação mundial para preservação da saúde, cooperação cuja importância cresce à medida em que aumenta a densidade do tráfego internacional, encurtam-se as distâncias e reduzem-se as situações de isolamento, eliminando-se, consequentemente, as antigas barreiras geográficas que limitavam a disseminação de doenças.

A magnífica cooperação internacional, coordenada pelo organismo em Genebra, já acumula um notável acervo de realizações, sendo justo rememorá-lo a cada ano, no Dia Mundial da Saúde.

Este ano o Ministério da Saúde não o comemora no ambiente limitado de suas dependências. Preferiu fazê-lo sob o teto amplo e generoso do Congresso Nacional, lado a lado com as dutas Comissões de Saúde do Senado e da Câmara, lado a lado com os representantes eleitos pelo povo brasileiro, fiel à convicção de que saúde pública não se faz para o povo, mas com o povo. Não é uma dádiva e, sim, uma conquista, fruto do esforço comum.

O tema recomendado pela Organização Mundial para as comemorações do Dia Mundial da Saúde, em 1975, é a erradicação da varíola, velha e devastadora enfermidade, que flagelava o mundo inteiro, ainda recentemente. De 1963 a 1970, a varíola ainda atingiu 410.775 casos, em vários continentes, sendo que nas Américas foram notificados 36.512. Em 1966, a XIX Assembléia Mundial da Saúde aprovou a Resolução nº 16, concedendo recursos internacionais para a erradicação da varíola em todo o planeta. Foi a primeira vez que o homem decidiu riscar uma doença do quadro nozológico, meta ambiciosa, somente possível dada a existência de um organismo internacional. As Américas aceitaram prontamente o desafio e o Brasil, sistematicamente apontado como exportador de varíola, empenhou-se a fundo. Foram estruturadas pela Organização Mundial e pela oficina sanitária pan-americana as atividades de assessoramento técnico e de suplementação de recursos financeiros, para o programa de erradicação, que iria consolidar os esforços realizados, em diversas oportunidades, pelos vários países, como acontecera no Brasil, em 1962, com a instituição, pelo Ministério da Saúde, da Campanha Nacional contra a Varíola.

Assim, endossando sucessivas resoluções da Organização Mundial da Saúde e da Organização Pan-Americana de Saúde, respectivamente, o Governo do Brasil, pelo Decreto nº 59.152, de 31 de agosto de 1966 instituiu a Campanha de Erradicação da Varíola.

As dificuldades iniciais a superar, nos programas anteriormente empreendidos, eram de ordem financeira, carência de planos adequados e insuficiência de vacinas em qualidade e quantidade suficientes. Habilhou-se o pessoal indispensável à execução da Campanha, em todos os níveis, inclusive, nas técnicas de diagnóstico de laboratório. Equiparam-se e dinamizaram-se laboratórios de produção de vacina liofilizada, que chegaram a produzir, só no Brasil, no auge da Campanha, em 1970, cerca de 72.298.050 doses.

A estratégia adotada no Brasil consistiu, basicamente em:

1) — Desencadear ampla e eficiente fase de ataque, a fim de reduzir o número de casos a níveis que possibilitassem operações mais eficazes de vigilância e controle, a exemplo do que se executa atualmente nas áreas de maior incidência da doença meningocócica.

Foram realizadas, entre 1967 e 1972 — cinco anos — o total de 134.458.432 vacinações e revacinações antivariólicas.

2) — Neste segundo item da estratégia, consistiu em ativar os serviços de vigilância e controle, mediante a instalação de unidades dinâmicas de notificação, que alcançaram, no Brasil, até o ano de 1973, o total de 6.362 postos de notificação, cobrindo 3.542 dos 3.951 municípios do Brasil.

3) — O terceiro ponto foi a instituição de vacinação de manutenção, para conservar elevado o nível de proteção da comunidade.

4) — Dar prioridade, no programa de erradicação, às primovacinações, sobre as revacinações, e a cobertura, mais ampla possível, da população em idade inferior a quinze anos.

Os êxitos da Campanha de Erradicação, nos países da América, que haviam firmado acordo com a Organização Mundial de Saúde e Organização Pan-Americana de Saúde, foram surgindo e, finalmente, o Brasil que apresentara 7.407 casos, em 1969, descobertos graças às atividades de vigilância epidemiológica, reduziu este número para 1.771, em 1970, teve os últimos 19 casos confirmados até o dia 19 de abril de 1971, data histórica em que foi erradicada a varíola no Brasil.

Para se comprovar que realmente se interrompera a transmissão de varíola no Brasil e que o silêncio epidemiológico nas regiões das Américas era uma realidade, organizou-se ampla investigação, com equipes especiais, visando, em particular, às áreas onde a vigilância era menos eficiente e aquelas onde se haviam observado os últimos casos autóctones ou importados da doença. Um protocolo de dados, informações e buscas de casos, foi organizado com essa finalidade, a fim de dar uniformidade à avaliação.

Bolívia, Equador, Colômbia, Guiana, Peru e Venezuela, bem como Suriname e Guiana Francesa, foram investigados por consultores da OPAS e OMS e confirmada a ausência de casos. No Brasil, realizou-se investigação epidemiológica minuciosa, entre julho e novembro de 1972, cobrindo 451 localidades do País, entrevistadas 317.292 pessoas, dentre autoridades políticas e de saúde, médicos, particulares, cartorários, comerciantes, industriários, professores e escolares.

Foi designada pela Organização Mundial de Saúde uma Comissão especial para avaliar os resultados do programa de erradicação da varíola nas Américas, a partir de agosto de 1973, tendo como sede de seus trabalhos o Brasil, único País ainda endêmico desde 1967, e a Comissão encerrou o seu relatório na forma seguinte:

"A Comissão conclui que a transmissão da varíola está interrompida na região das Américas e que estão, assim, atendidos os requisitos estabelecidos pelo Comitê de peritos em varíola para considerar doença erradicada."

Agregou ainda a Comissão no seu relatório:

"A Comissão considera, finalmente, que haver eliminado a varíola endêmica que afetava a um país tão grande, em prazo tão curto, mediante um programa nacional, é acontecimento que não tem paralelo na história da saúde pública moderna."

Este grande sucesso deve ser motivo de orgulho para todos os brasileiros, especialmente para aqueles que participaram dessa campanha. A Comissão se congratula com todos e com cada um dos que contribuíram para êxito tão extraordinário."

Os esforços e recursos aplicados, que alcançaram cerca de 1.200.000 dólares anuais por parte do Brasil, no auge da Campanha, foram justificados e atingiram o seu objetivo.

Merce destaque especial no êxito obtido pelo Programa de Erradicação da Varíola nas Américas, a participação e apoio das autoridades nacionais dos vários países interessados, bem como dos médicos, auxiliares técnicos, vacinadores e demais participantes de todos os níveis, que tornaram possível esse marco histórico.

Igualmente são merecedores de encômios os integrantes do grupo de consultores da OMS/OPAS que, em Genebra, Washington ou nos Escritórios de Zona, sempre prestaram colaboração eficiente e oportuna às autoridades dos vários países integrantes do programa de erradicação da varíola.

O Conselho Diretor da Organização Pan-Americana da Saúde, pela sua Resolução XVII, aprovada a 16 de outubro de 1973, considerou a doença erradicada nas Américas e solicitou, ao mesmo tempo, que os países cuidassem com especial atenção dos programas de manutenção, não interrompendo prematuramente as medidas recomendadas pelo Regulamento Internacional de Saúde que visam a obstar a reintrodução da varíola.

É importante que se dê a devida atenção à recomendação do Conselho Diretor, com maior razão onde inexistem serviços de vigilância epidemiológica devidamente qualificados e eficientes para surpreender a importação de casos, adotando, prontamente, as medidas de bloqueio indicadas.

A vacinação de manutenção é o recurso mais eficiente para impedir a reintrodução da varíola nas áreas já erradicadas. Até ser alcançada essa meta na África e na Ásia, o que a OMS espera conseguir nos próximos seis meses, é recomendável manter os níveis de proteção das populações no limiar dos 80%, aceitos como margem de segurança contra nova invasão desse flagelo histórico, face a um risco potencial, contra o qual nos devemos acautelar, na salvaguarda dos recursos e árduos esforços despendidos.

Comprovado que seja o silêncio epidemiológico em todo o universo, estaremos, então, em condições de suspender todas as atividades de luta antivariólica, inclusive a produção da vacina específica. Essa é a política que consideramos mais apropriada no momento.

Desejamos, nesta oportunidade, congratular-nos com todos aqueles que tornaram possível levar a cabo tão meritória tarefa. A capacidade e a dedicação daqueles que elaboraram os manuais de atividade, a planificação rigorosa da logística, a execução do trabalho de campo, vacinando, buscando casos, supervisionando e avaliando a cobertura e as pegas obtidas pelos vacinadores, representou um esforço gigantesco de toda uma equipe, consciente de suas responsabilidades e da importância de erradicar a varíola das Américas e, em particular, do Brasil.

Os governos dos países que deram seu apoio às Resoluções da Assembléia Mundial da Saúde, mobilizando pessoal e recursos; a Organização Mundial da Saúde e a Organização Pan-Americana da Saúde, pela sua assistência eficiente e constante em todas as fases da Campanha; os participantes do programa, desde diretores, técnicos e pessoal auxiliar, todos enfim, devemos estar orgulhosos de poder comemorar nesta data, a meta tornada realidade a 19 de abril de 1971, marco da erradicação da varíola das Américas e esperança segura de que, em breve, estará extirpada de toda a face da Terra.

Ao fim de 4 anos de esforços, com assessoria técnica internacional, recursos substanciais fornecidos pela Organização Mundial da Saúde e despendendo até US\$ 1.200.000 de recursos próprios em um ano, o Brasil conseguiu finalmente vacinar toda a sua população e erradicar a varíola.

Mas a varíola ainda existe em outros países, na África e na Ásia.

Para manter o nosso País livre daquela doença, é necessário não esquecer a possibilidade de sua reintrodução e manter permanente vigilância até que se complete a erradicação da moléstia em todo o mundo. O programa de vacinação deve prosseguir com igual vigor. Em 1974, em todo o território nacional, chegou-se a atingir 93,8% da meta estabelecida para a vacinação antivariólica. Pará, Fernando de Noronha, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e o Distrito Federal atingiram 100%. Considerando o biênio 73/74 acumulado, ainda teríamos a adicionar Roraima à relação dos que chegaram a 100%. Algumas unidades da Federação, como Acre, Amazonas, Amapá, Piauí, Rio Grande do Norte, Bahia e Mato Grosso, ainda continuam abaixo de 50%, mesmo considerando os dados acumulados de 73/74.

É necessário um esforço concentrado em 1975 para que seja mantido um índice superior a 80% em cada Unidade da Federação.

O Governo do Presidente Ernesto Geisel, tendo eleito o Homem como objeto supremo de todo o planejamento nacional, não poupa esforços para que seja atingida aquela meta.

Por isto é que, comemorando hoje o grande fruto de tão laborioso esforços, a Saúde Pública Brasileira, em todos os níveis, deve aprimorar a vigilância dominada por um só pensamento: é impossível retroceder. (*Muito bem! Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Fausto Castelo-Branco)** — Continuando a nossa reunião, concedo a palavra ao Sr. Dr. Frederico Bressani, representante da 5ª Zona da Organização Pan-Americana de Saúde.

**O SR. FREDERICO BRESSANI** — Sr. Ministro da Saúde, Professor Paulo de Almeida Machado; Sr. Presidente da Comissão de Saúde do Senado Federal; Sr. Presidente da Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados; Sr. Secretário de Saúde do Distrito Federal, Sr. Secretário-Geral do Ministério da Saúde:

Considero pertinente, nesta oportunidade, recordarmos alguns fatos importantes da Organização Mundial da Saúde, relativamente à comemoração que hoje celebramos.

Em 1948, há vinte e sete anos, a I Assembléia Mundial da Saúde resolveu encarregar o Conselho Executivo de patrocinar o Dia Mundial da Saúde. E propôs o dia 22 de julho, para a sua comemoração. Foi em 22 de julho de 1948 que sessenta e uma nações do mundo subscreveram a constituição da Organização Mundial da Saúde. No ano seguinte, em 1949, ao reunir-se pela segunda vez, a Assembléia Mundial da Saúde, considerando o expresso pela I Assembléia Mundial da Saúde, decidiu que a Organização patrocinasse a celebração, por todos os Estados-membros, do Dia Mundial da Saúde, a 22 de julho de cada ano. Posteriormente, considerando uma série de fatos, a data foi transferida para 7 de abril, dia da entrada oficial em vigor da constituição da OMS, em 1948, e a partir daí se vem comemorando.

Quero aproveitar esta oportunidade para agradecer, muito sinceramente, ao Sr. Ministro da Saúde, às autoridades do Ministério, aos Srs. Senadores e Deputados, pelo realce com que neste ano, têm brindado este dia em que se comemora o Dia Mundial da Saúde.

Ao terminar, peço ao Sr. Presidente permissão para ler a mensagem do Dr. Mahler, Diretor-Geral da Organização Mundial da Saúde, para o Dia Mundial da Saúde do ano de 1975:

Mensagem do Dr. H. Mahler  
Diretor-Geral da Organização Mundial da Saúde

para o  
**DIA MUNDIAL DA SAÚDE, 1975**  
**VARIOLA: IMPOSSÍVEL RETROCEDER**

O Dia Mundial da Saúde, 1975, assinala o começo do fim em nossa campanha para erradicar a varíola do mundo, e também — em mais amplo sentido — o início de nova era para a própria Organização Mundial da Saúde.

A erradicação da varíola figurará como um marco na história da medicina; mas do que isso, porém, essa primeira erradicação total de uma das principais doenças humanas constituirá notável exemplo dos resultados construtivos que os países podem alcançar trabalhando juntos em prol da causa comum de melhor saúde para todos.

Quando, há oito anos, se deu início ao programa da OMS para a erradicação da varíola, a doença era endêmica em trinta países e muitos outros informavam sobre casos de importação de vírus. Hoje em dia se encontram libertados dessa terrível infecção. Continentes inteiros, e as populações que ainda correm o risco de contágio são apenas uma fração mínima das que viviam sob o domínio da doença há exatamente uma década.

Em muitos países, esses extraordinários resultados puderam ser obtidos graças ao fortalecimento de seus serviços de saúde pública — através do aperfeiçoamento dos serviços nacionais de informação sobre doenças contagiosas, do desenvolvimento de melhores técnicas de imunização, da expansão dos serviços de controle daquelas doenças.

Todavia, muito ainda terá de ser feito, antes que se alcance a certeza de ter sido a varíola realmente derrotada. Nas áreas endêmicas remanescentes devemos identificar as últimas cadeias de transmissão e destruí-las. É necessário, portanto, manter os programas de intensa vigilância por mais dois anos, para garantia de que, em parte alguma da Terra, subsistam focos ocultos de varíola. Finalmente, cabe a comissões internacionais investigar e comprovar que a doença foi realmente erradicada.

Até que se consiga alcançar este marco, a pesquisa para a descoberta de casos e os sistemas de informação devem manter-se alerta; os sistemas de repressão à varíola devem continuar rápidos e vigorosos. Só assim podemos sentir-nos confiantes de alcançar, finalmente, a vitória total sobre uma doença que vem assolando a humanidade desde suas origens.

Nesse dia, os recursos mobilizados para vencer a varíola poderão ser concentrados sobre outros grandes problemas de saúde que nos afligem. Quando essas grandes batalhas vierem a ser travadas, os serviços estarão muito mais fortes: disporão das armas fundidas, a alta temperatura, na força da campanha antivariólica.

A experiência adquirida na vitoriosa luta contra a varíola há de, certamente, servir de base para um ataque mais eficiente e mais bem planejado contra outras doenças contagiosas. Em sonho, apenas, podemos antever os grandes progressos que seriam alcançados se todos os povos do mundo aplicassem, em conjunto, seus recursos e energias a outros problemas sanitários comuns, como foi feito na campanha contra a varíola — mas é preciso sonhar.

Com a certeza da vitória sobre a varíola, chegamos ao momento em que é "impossível retroceder". Estamos no começo do fim da varíola, que nunca mais voltará a assolar a Terra, como nos séculos passados. Mas, estamos também no limiar de nova era para a OMS que, tendo podido mostrar o que pode ser feito, na eliminação das doenças, quando todos os países se unem em um esforço comum e coordenado — pode agora atacar com eficiência maior a multiplicidade de outros grandes problemas de saúde com que ainda nos desfrontamos.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Fausto Castelo-Branco)** — Antes de conceder a palavra ao Sr. Presidente da Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados, que nos foi solicitada, gostaria de pedir desculpas pela exiguidade do recinto, pequeno para acolher tantas autoridades — inclusive a nossa Mesa não pode acolher a todos — nem pudemos chamar todos os representantes das Forças Armadas e do Congresso, e o Presidente da ARENA e Líder do Governo, que se encontra, também, prestigiando estas nossas homenagens.

A data é importante. A solenidade tomou aspecto festivo.

Concede a palavra ao Sr. Presidente da Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados.

**O SR. FÁBIO FONSECA** — Exmo. Sr. Ministro Almeida Machado; Exmo. Sr. Senador Fausto Castelo-Branco, Presidente da Comissão de Saúde do Senado, e mais autoridades.

Em face da minha aferia, peço ao Sr. Deputado Valério Rodrigues, Membro da Comissão de Saúde, que faça uso da palavra em nome da nossa Comissão.

**O SR. VALÉRIO RODRIGUES** — Exmo. Sr. Ministro, Sr. Presidente da Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados, Sr. Secretário da Saúde do Distrito Federal; Sr. Frederico Bressani, da Organização Pan-Americana de Saúde; autoridades Militares e Civis, Srs. Senadores e Srs. Deputados:

Nesta data, toda a Humanidade comemora o **Dia Mundial da Saúde**. O tema escolhido: Varíola — Impossível Retroceder — foi selecionado pela própria Organização Mundial de Saúde, tendo em vista a provável erradicação desta doença, em todo o mundo ainda este ano.

O combate à varíola foi iniciado pela Organização Mundial da Saúde no ano de 1967, doença até então endêmica em aproximadamente 40 países. Cinco anos após o início da programação da erradicação, a Organização Mundial da Saúde chegou à conclusão de que os países endêmicos estavam reduzidos apenas a 6. Partiu-se então para, num esforço global, prever a extinção da doença em 1975.

Com esse fim, a Organização Mundial da Saúde melhorou a qualidade das vacinas e aumentou a quantidade da sua fabricação. Surgiu novo tipo de vacina a "Seco-Congelada", que mantém o efeito de sua ação mesmo sob condições climáticas desfavoráveis e adotou um injetor a jato, com agulha bifurcada, permitindo um maior número de vacinações.

Atualmente, são mantidos no Brasil, através da SUCAM, serviços de vigilância epidemiológica, que se dedicam principalmente à análise das condições de cada indivíduo e, também, à ampliação de vacinas, o que possibilita a criação da barreira imunológica contra casos que possam vir a ser importados e a guardar a população nova que surge.

Está pois, de parabéns, a Organização Mundial da Saúde quando vê coroados os seus esforços, através da união de todos os países, numa ação conjunta, sem precedente, no Setor Saúde, tendo erradicado praticamente esta terrível doença: a varíola. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Fausto Castelo-Branco)** — Encerrando os nossos trabalhos e consciente de que esta data é um marco histórico na conquista científica nas principais doenças já em escala mundial, penso que esta luta serve de base a outras lutas, desde que todos os países se unam no esforço comum para combater doenças e endemias que se encontravam, antes da erradicação da varíola, no mesmo estado e na mesma face em que a varíola se encontrou, há cerca de 175 anos. É um programa em escala mundial e serve de exemplo a todos nós, que trabalhamos em benefício da Humanidade, médicos que somos, dedicados a uma causa comum.

Agradeço a presença de S. Exº o Sr. Ministro da Saúde, dos Srs. Membros que compuseram esta Mesa, e de todas as autoridades aqui presentes, congratulando-me pela homenagem prestada, principalmente, pela erradicação da varíola.

Muito obrigado a todos os presentes (Palmas.)

Está encerrada a reunião.

**MESA**

**Presidente:**  
Magalhães Pinto (ARENA—MG)

**1º-Vice-Presidente:**  
Wilson Gonçalves (ARENA—CE)

**2º-Vice-Presidente:**  
Benjamim Farah (MDB—RJ)

**1º-Secretário:**  
Dinarte Mariz (ARENA—RN)

**2º-Secretário:**  
Marcos Freire (MDB—PE)

**3º-Secretário:**  
Lourival Baptista (ARENA—SE)

**4º-Secretário:**  
Lenoir Vargas (ARENA—SC)

**Suplentes de Secretários:**

Ruy Carneiro (MDB—PB)  
Renato Franco (ARENA—PA)  
Alexandre Costa (ARENA—MA)  
Mendes Canale (ARENA—MT)

**LIDERANÇA DA ARENA  
E DA MAIORIA**

**Líder**  
Petrônio Portella  
**Vice-Líderes**  
Eurico Rezende  
Jarbas Passarinho  
José Lindoso  
Mattos Leão  
Osires Teixeira  
Ruy Santos  
Saldanha Derzi  
Virgílio Távora

**LIDERANÇA DO MDB  
E DA MINORIA**

**Líder**  
Franco Montoro  
**Vice-Líderes**  
Mauro Benevides  
Roberto Saturnino  
Itamar Franco  
Evandro Carreira

**COMISSÕES**

**Diretor:** José Soares de Oliveira Filho  
**Local:** Anexo II — Térreo  
**Telefones:** 23-6244 e 24-8105 — Ramais 193 e 257

**A) SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES**

**Chefe:** Cláudio Carlos Rodrigues Costa  
**Local:** Anexo II — Térreo  
**Telefone:** 24-8105 — Ramais 301 e 313

**COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)**  
(7 Membros)**COMPOSIÇÃO**

**Presidente:** Orestes Quêrcia  
**Vice-Presidente:** Benedito Ferreira

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
ARENA	
1. Vasconcelos Torres	1. Altevir Leal
2. Paulo Guerra	2. Otair Becker
3. Benedito Ferreira	3. Renato Franco
4. Italívio Coelho	
5. Mendes Canale	
MDB	
1. Agenor Maria	1. Adalberto Sena
2. Orestes Quêrcia	2. Amaral Peixoto

**Assistente:** Mauro Lopes de Sá — Ramal 310.  
**Reuniões:** Quartas-feiras, às 10:30 horas.  
**Local:** Sala "Coelho Rodrigues" — Anexo II — Ramal 613.

**COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR)**  
(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

**Presidente:** Cattete Pinheiro  
**Vice-Presidente:** Agenor Maria

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
ARENA	1. Saldanha Derzi 2. José Sarney 3. Renato Franco
MDB	1. Evelásio Vieira 2. Gilvan Rocha

**Assistente:** Leda Ferreira da Rocha — Ramal 312.  
**Reuniões:** Terças-feiras, às 10:00 horas.  
**Local:** Sala "Epitácio Pessoa" — Anexo II — Ramal 615.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)**  
(13 Membros)**COMPOSIÇÃO**

**Presidente:** Accioly Filho  
**Vice-Presidente:** Gustavo Capanema

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
ARENA	1. Mattos Leão 2. Henrique de La Rocque 3. Petrônio Portella 4. Renato Franco 5. Osires Teixeira
MDB	1. Franco Montoro 2. Mauro Benevides

**Assistente:** Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 305.  
**Reuniões:** Quartas-feiras, às 10:00 horas.  
**Local:** Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623.

**COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF)**

(11 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Heitor Dias  
 Vice-Presidente: Adalberto Sena

**Titulares****Suplentes****ARENA**

1. Helvídio Nunes
2. Eurico Rezende
3. Renato Franco
4. Osires Teixeira
5. Saldanha Derzi
6. Heitor Dias
7. Henrique de La Rocque
8. Otair Becker

**MDB**

1. Adalberto Sena
2. Lázaro Barboza
3. Ruy Carneiro

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306.

Reuniões: Quartas-feiras, às 11:30 horas.

Local: Sala "Epitácio Pessoa" — Anexo II — Ramal 615.

**COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)**

(11 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Milton Cabral  
 Vice-Presidente: Renato Franco

**Titulares****Suplentes****ARENA**

1. Milton Cabral
2. Vasconcelos Torres
3. Wilson Campos
4. Luiz Cavalcante
5. Arnon de Mello
6. Jarbas Passarinho
7. Paulo Guerra
8. Renato Franco

**MDB**

1. Franco Montoro
2. Orestes Quêrcia
3. Roberto Saturnino

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675.

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala "Epitácio Pessoa" — Anexo II — Ramal 615.

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Tarso Dutra  
 Vice-Presidente: Henrique de La Rocque

**Titulares****Suplentes****ARENA**

1. Tarso Dutra
2. Gustavo Capanema
3. João Calmon
4. Henrique de La Rocque
5. Mendes Canale

**MDB**

1. Evelásio Vieira
2. Paulo Brossard

1. Franco Montoro
2. Itamar Franco

Assistente: Cleide Maria B. F. Cruz — Ramal 598.

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623.

**COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)**

(17 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Amaral Peixoto

Vice-Presidente: Teotônio Vilela

**Titulares****Suplentes****ARENA**

1. Saldanha Derzi
2. Benedito Ferreira
3. Alexandre Costa
4. Fausto Castelo-Branco
5. Jessé Freire
6. Virgílio Távora
7. Mattos Leão
8. Tarso Dutra
9. Henrique de La Rocque
10. Helvídio Nunes
11. Teotônio Vilela
12. Ruy Santos

**MDB**

1. Amaral Peixoto
2. Leite Chaves
3. Mauro Benevides
4. Roberto Saturnino
5. Ruy Carneiro

1. Danton Jobim
2. Dirceu Cardoso
3. Evelásio Vieira

Assistente: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 303.

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:30 horas.

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716.

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)**  
(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Nelson Carneiro  
Vice-Presidente: Jessé Freire

**Titulares**

1. Mendes Canale
2. Domício Gondim
3. Jarbas Passarinho
4. Henrique de La Rocque
5. Jessé Freire

**ARENA**

1. Franco Montoro
2. Nelson Carneiro

**Suplentes**

1. Virgílio Távora
2. Eurico Rezende
3. Accioly Filho
1. Lázaro Barboza
2. Ruy Carneiro

Assistente: Cláudio Vital Rebouças Lacerda — Ramal 307.  
Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas.

Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623.

**COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)**  
(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: João Calmon  
Vice-Presidente: Domício Gondim

**Titulares**

1. Milton Cabral
2. Arnon de Mello
3. Luiz Cavalcante
4. Domício Gondim
5. João Calmon

**ARENA**

1. Dirceu Cardoso
2. Itamar Franco

**Suplentes**

1. Paulo Guerra
2. José Guiomard
3. Virgílio Távora
1. Gilvan Rocha
2. Leite Chaves

Assistente: Mauro Lopes de Sá — Ramal 310.

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:30 horas.

Local: Sala "Epitácio Pessoa" — Anexo II — Ramal 615.

**COMISSÃO DE REDAÇÃO — (CR)**  
(5 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Danton Jobim  
Vice-Presidente: Renato Franco

**Titulares**

1. José Lindoso
2. Renato Franco
3. Orlando Zancaner

**ARENA**

1. Danton Jobim
2. Orestes Quêrcia

**Suplentes**

1. Virgílio Távora
2. Mendes Canale
1. Dirceu Cardoso

Assistente: Maria Carmen Castro Souza — Ramal 134.

Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas.

Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623.

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)**  
(15 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Daniel Krieger  
Vice-Presidente: Luiz Viana

**Titulares**

1. Daniel Krieger
2. Luiz Viana
3. Virgílio Távora
4. Jessé Freire
5. Arnon de Mello
6. Petrônio Portella
7. Saldanha Derzi
8. José Sarney
9. João Calmon
10. Augusto Franco

**ARENA**

1. Accioly Filho
2. José Lindoso
3. Cattete Pinheiro
4. Fausto Castelo-Branco
5. Mendes Canale
6. Helvídio Nunes
1. Danton Jobim
2. Gilvan Rocha
3. Itamar Franco
4. Leite Chaves
5. Mauro Benevides

Assistente: Cândido Hipperti — Ramal 676.

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:30 horas.

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716.

**COMISSÃO DE SAÚDE — (CS)**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Fausto Castelo-Branco

Vice-Presidente: Gilvan Rocha

**Titulares**

1. Fausto Castelo-Branco
2. Cattete Pinheiro
3. Ruy Santos
4. Otair Becker
5. Altevir Leal

**ARENA**

1. Adalberto Sena
2. Gilvan Rocha

**MDB**

1. Saldanha Derzi
2. Wilson Campos
3. Mendes Canale

1. Evandro Carreira
2. Ruy Carneiro

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306.

Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas.

Local: Sala "Epitácio Pessoa" — Anexo II — Ramal 615.

**COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)**  
(7 Membros)**COMPOSIÇÃO**

Presidente: José Guiomard  
Vice-Presidente: Vasconcelos Torres

**Titulares**

1. Luiz Cavalcante  
2. José Lindoso  
3. Virgílio Távora  
4. José Guiomard  
5. Vasconcelos Torres

**ARENA**  
**Suplentes**

1. Jarbas Passarinho  
2. Henrique de La Rocque  
3. Alexandre Costa

**MDB**

1. Amaral Peixoto  
2. Adalberto Sena

1. Agenor Maria  
2. Orestes Quercia

Assistente: Lêda Ferreira da Rocha — Ramal 312.

Reuniões: Quartas-feiras, às 11:30 horas.

Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623.

**COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL — (CSPC)**  
(7 Membros)**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Lázaro Barboza  
Vice-Presidente: Orlando Zancaner

**Titulares**

1. Augusto Franco  
2. Orlando Zancaner  
3. Heitor Dias  
4. Accioly Filho  
5. Luiz Viana

**ARENA**  
**Suplentes**

1. Mattos Leão  
2. Gustavo Capanema  
3. Alexandre Costa

**MDB**

1. Itamar Franco  
2. Lázaro Barboza

1. Danton Jobim  
2. Mauro Benevides

Assistente: Cláudio Vital Rebouças Lacerda — Ramal 307.

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala "Coelho Rodrigues" — Anexo II — Ramal 613.

**COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS — (CT)**  
(7 Membros)

Presidente: Alexandre Costa  
Vice-Presidente: Luiz Cavalcante

**Titulares**

1. Alexandre Costa  
2. Luiz Cavalcante  
3. Benedito Ferreira  
4. José Esteves  
5. Paulo Guerra

**ARENA**  
**Suplentes**

1. Orlando Zancaner  
2. Mendes Canale  
3. Teotônio Vilela

**MDB**

1. Evandro Carreira  
2. Evelásio Vieira

1. Lázaro Barboza  
2. Roberto Saturnino

Assistente: Cândido Hippert — Ramal 676.

Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas.

Local: Sala "Coelho Rodrigues" — Anexo II — Ramal 613.

**B) SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS, ESPECIAIS E DE INQUÉRITO****Comissões Temporárias**

Chefe: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga.

Local: Anexo II — Térreo.

Telefone: 24-8105 — Ramal 303.

- 1) Comissões Temporárias para Projetos do Congresso Nacional.  
2) Comissões Temporárias para Apreciação de Votos.  
3) Comissões Especiais e de Inquéritos, e  
4) Comissão Mista do Projeto de Lei Orçamentária (art. 90 do Regimento Comum).

Assistentes de Comissões: José Washington Chaves — Ramal 762; Haroldo Pereira Fernandes — Ramal 674; Marília de Carvalho Brício — Ramal 314; Cleide Maria B. F. Cruz — Ramal 598.

**SENADO FEDERAL**  
**SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**  
**SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES**  
**HORÁRIO DAS REUNIÕES DAS COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL**  
**PARA O ANO DE 1975**

HORAS	TERÇA	S A L A	ASSISTENTE	HORAS	QUINTA	S A L A S	ASSISTENTE
10:00	C.A.R.	EPITACIO PESSOA Ramal - 615	LEDA		C.B.C.	CLOVIS BEVILACQUA RAMAL - 623	CLEIDE
	HORAS	QUARTA	S A L A S	10:00	C.E.	EPITACIO PESSOA RAMAL - 612	DANIEL
10:00	C.C.J.	CLOVIS BEVILACQUA Ramal - 623	MARIA HELENA		C.S.P.C.	COELHO RODRIGUES Ramal - 613	CLAUDIO LACERDA
	C.R.E.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	CANDIDO		C.F.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	MARCUS VINICIUS
10:30	C.A.	COELHO RODRIGUES Ramal - 613	MAURO	10:30	C.M.E.	EPITACIO PESSOA Ramal - 615	MAURO
	C.R.	CLOVIS BEVILACQUA Ramal - 623	MARIA CARMEN		C.L.S.	CLOVIS BEVILACQUA Ramal - 623	CLAUDIO LACERDA
11:00	C.D.P	EPITACIO PESSOA Ramal - 615	RONALDO	11:00	C.S.	EPITACIO PESSOA Ramal - 615	RONALDO
11:30	C.S.N.	CLOVIS BEVILACQUA Ramal - 623	LEDA		C.T.	COELHO RODRIGUES Ramal - 613	CANDIDO



# **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

## **QUADRO COMPARATIVO**

**VOLUME COM 328 PÁGINAS — PREÇO: CR\$ 15,00**

**CONTÉM, COMPARADAS EM TODOS OS ARTIGOS:**

**Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969.**

**Constituição do Brasil de 24 de janeiro de 1967 (e as alterações introduzidas pelos Atos Institucionais de nºs 5 a 17 e Ato Complementar nº 40/69, ratificado pelo art. 3º do Ato Institucional nº 6/69).**

**Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 18 de setembro de 1946 (com as Emendas Constitucionais e Atos Institucionais que a alteraram).**

**Em notas, além de outras observações, são destacadas as alterações aprovadas pelo Congresso Nacional, através de emendas, ao Projeto de Constituição remetido ao Congresso pelo Presidente Humberto de Alencar Castello Branco, em dezembro de 1966.**

**Trabalho organizado e revisado pela Subsecretaria de Edições Técnicas  
e impresso pelo Centro Gráfico do Senado Federal**

**À VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR**

**Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à  
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL,  
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes – 70000 - BRASÍLIA - DF,  
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do  
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL.  
ou pelo sistema de reembolso postal.**

**Centro Gráfico do Senado Federal  
Caixa Postal 1.203  
Brasília — DF**

**EDIÇÃO DE HOJE: 48 PÁGINAS**

**PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 0,50**